

RELATÓRIO DO 25 DE NOVEMBRO

Esquerda recusa direita aplaude

As organizações partidárias acusadas, directa ou indirectamente, no Relatório Preliminar do 25 de Novembro começaram já a reagir, repudiando as acusações de envolvimento nos acontecimentos e alertando para os resultados que as forças de direita pretendem obter especulando com o conteúdo daquele documento. No entanto, e apesar da hora grave que o País vive, aquelas organizações manifestam confiança na possibilidade do socialismo em Portugal e na capacidade de luta e organização dos trabalhadores.

No que se refere à prisão de Otelio Saraiva de Carvalho, ocorrida imediatamente antes da divulgação do Relatório, também alguns partidos a repudiaram, ao mesmo tempo que chamam a atenção para a libertação dos principais políticos do regime fascista e de dezenas de «pides».

Entretanto, numa nota da Comissão Política do Comité Central, P. C. P. toma posição sobre o Relatório. Começando por salientar a propaganda e especulação reaccionárias, internas e externas, que já estão a ser feitas em torno do Relatório, a nota lembra que o P.C.P. «já do tempo do V Governo Provisório, e mesmo quando estavam em desenvolvimento os acontecimentos de Novembro defendeu persistentemente uma solução política e negociada da crise. Sublinhou os perigos da cisão do M.F.A., procurou pela sua acção política influenciar a reaproximação e reunificação de todos os sectores do M.F.A. e advertiu que um confronto militar só à direi-

ta reaccionária poderia aproveitar».

A nota prossegue sobre a matéria do Relatório, esclarecendo a posição do partido: «a) Nunca existiu qualquer linha P.C.P.-F.U.R., nem P.C.P.-F.U.R.-U.D.P. ou P.C.P.-F. U. R.-Copcon. A presença de um representante do P.C.P. num Secretariado Provisório que precedeu a constituição da F.U.R. durou apenas poucos dias, dadas as profundas divergências existentes. Como é sabido, o rompimento deu-se precisamente porque o P.C.P. defendeu com propostas concretas e públicas a solução negociada da crise. São também públicas e constam de documentos da Direcção Central do P.C.P. divergências do P.C.P. com a chamada linha de oficiais do Copcon. Com a U.D.P., profundamente anticomunista, nunca o P.C.P. teve qualquer contacto; b) Como já tem sido afirmado pela Direcção do P.C.P., houve membros do P.C.P. que tiveram contactos e manifestaram a sua simpatia com unidades e militares sublevados, mas deve ter-se em conta que esses contactos vinham de trás, eram conhecidos, habituais e normais como contactos com as autoridades militares constituídas.

«Num momento em que recrudescia a campanha anticomunista e se multiplicavam impune as acções terroristas, com atentados à bomba e novos assaltos e incêndios a centros de trabalho do P.C.P., como acaba de acontecer em Olhalvo, o P.C.P. adverte contra especulações abusivas em torno do Relatório Preliminar rela-

tivo aos acontecimentos militares de Novembro» — diz a nota.

«O P.C.P. não se deixará arrastar em polémicas conflituosas e provocatórias que a reacção está procurando. A história reaccionária da direita, as forças populares e democráticas devem opor a verdade, a serenidade, a unidade e a firmeza.

OUTRAS POSIÇÕES

Entretanto, outras organizações partidárias, atingidas no Relatório, tomaram posição. Estão neste caso o M.E.S., o M.D.P./C.D.E., a L.C.I., e a F.S.P.

O Movimento de Esquerda Socialista refere que o «reacender da vaga de atentados contra partidos e organizações progressistas dos trabalhadores coincide curiosamente com o anúncio e publicação do Relatório Preliminar do 25 de Novembro». Mais adiante, salientando a prisão de militares empenhados no avanço da Revolução, como Otelio, a nota do M.E.S. prossegue: «O chamado Relatório Preliminar acerca do 25 de Novembro não é outra coisa senão o início do processo político e ideológico da própria Revolução, criação das forças de direita, civis e militares, que preparam afanosamente as condições para a última fase do golpe fascista».

Para o M.D.P./C.D.E., «a orientação propositadamente dada ao Relatório vem desviar as atenções do perigo da direita e procura responsabilizar forças de esquerda e organi-

zações de trabalhadores por acontecimentos ocorridos numa situação complexa e agitada».

Assim, «O M.D.P./C.D.E. alerta o povo português para a séria possibilidade de as forças de direita quererem transformar este Relatório em mais um pretexto para prosseguir a sua ofensiva, para atacar as organizações de trabalhadores, para instalar no País um clima de retaliação que nenhum cidadão, amante da paz e da liberdade pode desejar».

Por seu turno, a L.C.I. considera: «As forças políticas burguesas e a hierarquia militarista pretendem, com este Relatório, prosseguir e aprofundar a sua ofensiva iniciada contra Vasco Gonçalves e que hoje continua. Essa ofensiva é dirigida contra todos os obstáculos que de algum modo dificultam ainda a operacionalidade total do aparelho de dominação burguês e em particular do Exército. Que outro significado terá a prisão de Otelio Saraiva de Carvalho, enquanto se libertam à discarada os principais políticos do antigo regime e os seus servidores da P.I.D.E./D.G.S.?»

A F.S.P., após uma referência ao chamado Plano dos Coronéis «que está hoje praticamente cumprido», afirma que «ao ler hoje o Relatório Preliminar da Comissão de Inquérito ao 25 de Novembro, compreende-se claramente que se pretende incriminar o próprio processo revolucionário e neutralizar todos os que nele mais estavam empenhados. Aí são citados como

Continua na pág. 5



Costa Gomes a mulheres de militares presos:

“ESTOU ATENTO À SITUAÇÃO DO PAÍS”

«Estou atento à situação do País» — sublinhou o presidente Costa Gomes durante a audiência que concedeu ontem à tarde em Belém, ao Secretariado da Comissão de Familiares de Militares revolucionários Presos. O Secretariado, composto, na generalidade, por mulheres dos referidos, deu conta ao Chefe do Estado das arbitrariedades cometidas em relação aos detidos, e, particularmente das circunstâncias da visita do 1.º tenente Miguel Judas a seu pai, internado em estado grave num hospital de Lisboa, tendo o general Costa Gomes lamentado o facto e apresentado desculpas a Fernanda Judas, mulher daquele oficial, presente também na audiência.

Além de relatar as arbitrariedades cometidas em Custódias, nomeadamente as revistas às celas e as dificuldades postas às visitas das próprias mulheres dos detidos (sob alegação de que não são familiares em primeiro grau...), aquela delegação considerou junto de Costa Gomes que o Relatório

Preliminar de 25 de Novembro, além de «subjectivo e completamente anticientífico» contém sucessivas inexactidões. Lembrou também que enquanto dos implicados do 11 de Março («que fizeram bombardeamentos reais») apenas quatro se encontram na prisão, os detidos na sequência dos acontecimentos de 25 de Novembro aguardam a liberdade num País «com a liberdade de reunião» e a partir da qual se organizou e foi divulgado o «documento dos nove».

Costa Gomes tomou nota por escrito e reiterou o seu apoio ao trabalho desenvolvido pelas mulheres dos militares presos e prometeu investigar as arbitrariedades.

Ao pedido da delegação de que permanecesse no seu posto de Presidente da República, pois «o povo português pede que a lhe estenda as mãos», Costa Gomes considerou ser sobretudo militar e não um político mas sublinhou, entretanto, como já referimos «estar atento à situação do País».

ÁGUA mais cara no dia 1

São já conhecidos os novos preços da água para a população de Lisboa, que até 31 do corrente pagará uniformemente 4\$50 por metro cúbico. A partir de 1 de Fevereiro, esse preço será cobrado a todo o consumidor que não exceda mensalmente os 5 metros cúbicos e de 5 a 15, o cliente passará a desembolsar 6\$50. De 15 a 50, está estipulado o preço de 7\$50 e, para além desse limite, haverá um quantitativo uniforme: 12\$00 por metro cúbico.

O aumento nos preços da água salvaguarda os locais de abastecimento comuns a mais de duas famílias, e bem assim os «pátios» e os reformados.

Continua na pág. 20



Angola domina encontro Breznev-Kissinger

MOSCOVO, 21 — (R.) — O secretário de Estado americano Henry Kissinger, e o dirigente do Partido Comunista Soviético Leonid Breznev reunem-se hoje para conversações destinadas a solucionar uma disputa nascida há um ano e que tem impedido a conclusão de um novo acordo de limitação de armas estratégicas (SALT).

Mas a questão tem sido lançada para segundo plano nestas últimas semanas pelo conflito em Angola, onde altos funcionários americanos estão

a ver os dois movimentos que apoiaram contra a administração de orientação marxista em Luanda, a capital sofrer pesadas derrotas.

A União Soviética tem dado forte apoio sob a forma de armamento moderno e — de acordo com algumas notícias — conselheiros, à administração de Luanda, e o seu aliado comunista, Cuba, tem enviado vários milhares de soldados

para combater os dois movimentos não marxistas.

Kissinger declarou aos jornalistas em Copenhaga, na sua viagem para Moscovo, ontem, que a atitude soviética em Angola, se não fosse alterada, poderia conduzir a uma deterioração nas relações entre as duas potências. No entanto, disse também que continuaria a procurar alcançar um acordo

Continua na pág. 20

Convenções com Bismar:
matéria especial

Nacional

DECIDIU O CONSELHO DE MINISTROS

Carne e peixe congelado têm preços máximos

O tabelamento dos preços de carne, peixe e mariscos congelados e a fixação do horário de trabalho nacional em 40 e 45 horas, máximo e mínimo, respectivamente, são as decisões mais importantes da reunião do Conselho de Ministros de ontem.

Quanto ao tabelamento do preço da carne trata-se, como é óbvio, preços políticos (e neste momento elitistas) só possíveis através da concessão de subsídios a retirar das receitas fiscais para as quais contribuíram todos os trabalhadores. Quer dizer, os trabalhadores que auferem retribuições a nível de salário mínimo ou médio e que contribuem, através dos impostos, para serem possíveis os preços ora fixados continuam a não ter acesso ao elemento bife. No entanto, é positivo o intuito manifestado de assegurar preços razoáveis aos produtores de bovinos, em detrimento da especulação dos marchantes e talhantes. Em relação ao peixe a conclusão é: peixe congelado para os trabalhadores, peixe fresco para a burguesia.

No que se refere ao horário de trabalho nacional, embora os tenham sido aprovados princípios gerais, é de salientar que foi desde já recusada a semana de 40 horas — objecto das reivindicações de milhares de operários.

Eis o comunicado:

«O Conselho de Ministros reuniu em S. Bento (residência oficial do Primeiro-Ministro), tendo sido tomadas as resoluções e aprovados os projectos de diplomas a que a seguir se faz referência sumária:

1. Como ponto prévio, o ministro do Comércio Externo fez uma exposição ao Conselho de Ministros em que relatou os mais relevantes aspectos da sua recente deslocação à Jugoslávia e os resultados francamente positivos alcançados, que podem resumir-se na existência de boas perspectivas no domínio das trocas comerciais do nosso país. O ministro transmitiu ainda ao Primeiro-Ministro e ao Conselho o apreço das autoridades jugoslavas pela Revolução Portuguesa pela linha política do seu actual Governo, traduzida por uma franca abertura à cooperação mútua em vários domínios.

2. Também como ponto prévio foi rectificada a resolução do Conselho de Ministros de 16.12.1975 que nomeou dois vogais da Comissão Interministerial de Saneamento e Reclassificação, por forma a atribuir à nomeação efeitos a partir de 1 de Novembro de 1975.

3. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução segundo a qual os critérios a adoptar em matérias de licenciamento o registo prévio de operações de Comércio Externo são os constantes da legislação em vigor e das instruções, sobre esta matéria, emanadas da Direcção-Geral do Comércio Externo, devendo as entidades com competência para conceder licenciamentos e elaborar registos enviar a essa direcção-geral, mensalmente, um relatório completo das suas actividades já realizadas ou em curso de realização.»

PREÇOS MÁXIMOS DA CARNE DE BOVINO

«4. O Conselho de Ministros aprovou um projecto de decreto-lei do Ministério do Comércio Interno que fixa os preços de compra à produção e entrega ao comércio de gado bovino e estabelece tabelas de preços máximos de venda ao público de carne verde e congelada de bovino e de carne de vitela. Este decreto, e as tabelas anexas, entrarão em vigor na data da sua publicação no «Diário do Governo».

A margem mais elevada do circuito comercial da carne é actualmente absorvida pelo interveniente de função social mais discutível e de menor contribuição para o todo.

A correcção de tal circuito só é possível quando um com-

prador público assegurar os preços à produção, de acordo com os seus custos e uma razoável margem de lucro. Tal implica que se alargue gradualmente o número de matadouros em que actua, como comprador, a Junta Nacional de Produtos Pecuários, que, comprando o gado a preço fixo, o pode entregar ao talhante aos preços também fixados, só deste modo se garantindo verdadeiramente a eficácia das vendas ao público.

O diploma aponta claramente os objectivos a atingir e tem em conta as limitações dos recursos existentes e que impedem a concretização imediata de tais objectivos.

Por isso, e a curto prazo, o diploma limita-se a concretizar legislativamente práticas iniciadas sem a necessária cobertura financeira e que só por esta razão não puderam ser minimamente actantes.

O financiamento adequado, agora previsto, permitirá intervenções a tempo e uns prazos de pagamento operacionais e mobilizadores. Por isso se poderá de algum modo afirmar que os preços fixados à produção, sendo já praticados, passam a ter agora, e só agora, realmente garantida uma correspondente melhoria do rendimento dos pequenos e médios agricultores.

O esquema de intervenção agora estabelecido consiste essencialmente em fixar preços à produção de acordo com os seus custos e uma razoável margem de lucros. Estes preços passam a ser assegurados à produção por um comprador público que será a Junta Nacional de Produtos Pecuários no matadouro.

O primeiro preço fixado é, pois, o preço à produção, segundo o preço da carcaça e a respectiva categoria. O apresentador do animal para abate poderá ser o produtor ou o marchante. Mas, neste caso, o produtor fica dotado de meios para poder comparar o preço que lhe é oferecido pelo marchante e aquele a que teria direito se apresentasse o animal a abate. Todo o gado abatido fica, na altura do abate, propriedade da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, que o entrega ao talhante ao preço também fixado.

É assim possível assegurar também preços máximos de venda ao público, regime a que são sujeitas todas as categorias de carne de bovino e novilho e ainda a carne de vitela, que, tradicionalmente, se encontrava sujeita ao regime de preços livres.

O diploma anexo contém — e com ele foram aprovadas — as seguintes tabelas de preços

máximos:

Preços máximos de venda de carne verde e congelada de bovino adulto do público (continente — Corte do Sul):

Lombo, sem osso, 140\$00; vazia, sem osso, 120\$00.

1.ª categoria: acém redondo, pojadouro, coberta de pojadouro, rabadilha, acém comprido, alcatra, chã de fora e cheio, agulha, espelho e sete da pá, sem osso, 100\$00; com osso, 75\$00.

2.ª categoria: resto da pá, aba grossa, cachaço, peito alto, chambões e coberta do acém sem osso, 64\$00; com osso, 48\$00 o quilograma.

3.ª categoria: aba delgada, aba das costelas, prego do peito e rabo sem osso, 48\$00; com osso, 36\$00. Língua limpa, 80\$00; rim limpo, 80\$00; rilada e gordura, 4\$00.»

PREÇOS MÁXIMOS DO PEIXE E MOLUSCOS CONGELADOS

«5. Foi também aprovado um diploma do Ministério do Comércio Interno que fixa os preços máximos de venda ao público de peixe e moluscos congelados, descrevendo-os substancialmente no seu conjunto.

Trata-se de um diploma que é o resultado de concretização de um contrato de programa de abastecimento de peixe congelado ao País, em que intervieram toda a indústria pesqueira nacional, os trabalhadores do mar e o Estado, e que assegura assinaláveis benefícios para o público consumidor e uma produção mensal regular de peixe congelado com salários garantidos e preços fixados.

Por outra via, e além de estabelecer minuciosas regras para embalagem do peixe congelado, no caso de ser preparado comercialmente, o diploma assegura aos retalhistas para espécies congeladas margens de comercialização.

É a primeira vez que se intenta uma acção de «controlo» de preços ao consumidor em tão vasta gama de espécies de peixe congelado.

As tabelas e margens aprovadas estão «a priori», condicionadas pela tabela ao armador aprovada em 16 de Novembro de 1975 entre a Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau e os armadores, com intervenção e acordo dos trabalhadores do mar.

As tabelas agora aprovadas têm um âmbito nacional, destinando-se a uniformizar os preços do peixe congelado a todo o País, independentemente do ónus do transporte ao interior.

Tenta-se um primeiro passo para o aumento do consumo de espécies com alto valor alimentar e de captura habitual pela frota nacional, que não estão, neste momento dentro dos hábitos de consumo dos portugueses.

A maior capacidade de oferta facultada pelo acordo de preços celebrado com os armadores, não só em quantidade como em variedades de peixe, criou condições propícias à expansão do consumo de peixe congelado que reflectindo-se em mais acelerada rotação de «stocks», permitiu fixar mais moderadas margens unitárias.

Continua na pág. 17

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

1. Quem paga as receitas

Num estado democrático o Orçamento Geral do Estado merece o interesse de todos os cidadãos, quer no período da sua elaboração quer na sua análise e execução. A dificuldade em interpretar alguns dos seus conceitos e rubricas, o carácter autocrático do antigo regime, a falta de credibilidade nos diferentes valores apresentados para cada uma das verbas e a impossibilidade de controlar a sua aplicação, justificam o desinteresse com que a maior parte dos cidadãos continua a olhar este plano de acção do Governo que é ao mesmo tempo económico e político. Político, porque define um conjunto de opções do Governo acerca dos procedimentos que utiliza para recolher receitas e dos critérios que pratica na distribuição das despesas, quer sob forma de investimentos, quer de repartição dos rendimentos.

Em resumo, pode dizer-se que o Orçamento Geral do Estado é o conjunto de receitas e despesas que o Governo vai realizar para obter a curto e médio prazo a satisfação das necessidades (subsistência, educação, saúde, etc.) de todos os cidadãos. É evidente que num estado democrático e socialista os cidadãos devem participar na elaboração e controlo da execução desse orçamento nas suas organizações de base e através dos seus órgãos eleitos. A abordagem da leitura e interpretação do Orçamento Geral do Estado tem como pergunta inicial saber portanto, quem participou na sua elaboração e quem vai controlar a sua aplicação. Outras interrogações podem servir de ponto de partida para essa análise: âmbito de intervenção na actividade económica do país; onde, como e a quem é que o Governo vai buscar o dinheiro das receitas; em que é que o Governo vai gastar o dinheiro e que necessidades, e de quem, vai satisfazer a curto e médio prazo, etc.

É evidente que o Orçamento Geral do Estado, tal como o orçamento familiar ou de uma empresa, supõe o conhecimento do conjunto das pessoas existentes e quais as suas necessidades, o conhecimento do comportamento previsível das principais variáveis económicas das quais irá depender a regularidade da recolha das receitas e da aplicação das despesas e a definição de um modelo político de sociedade que se deseja construir a curto e médio prazo. Supõe, por um lado, um recenseamento quantificado dos indivíduos das suas necessidades individuais e sociais e os recursos existentes e por outro plano a médio prazo, cujos objectivos a distribuição das receitas e despesas anuais procura alcançar. E supõe, finalmente, uma capacidade de gestão suficiente para pôr em prática com rendibilidade as acções previstas. O aparelho administrativo do Estado pode prejudicar gravemente os cidadãos por falta de capacidade técnica ou por utilização desvirtuada dos meios que lhe são entregues.

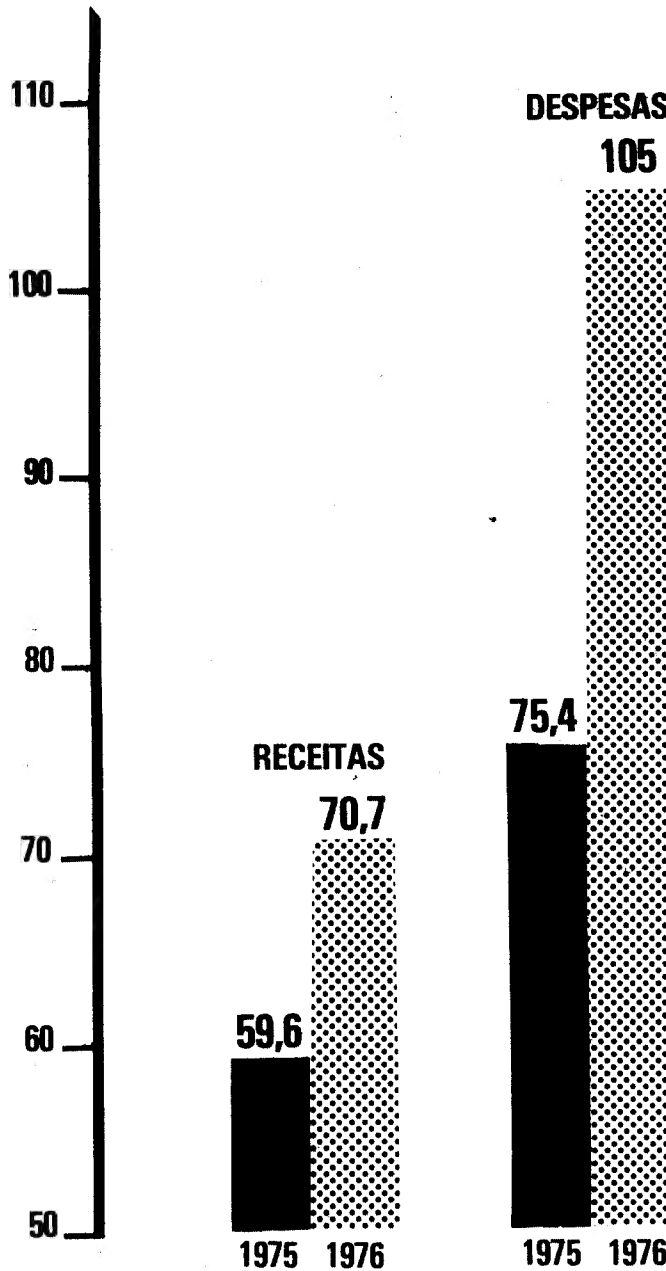
O Orçamento Geral do Estado para 1976, não teve um plano a médio prazo para a economia portuguesa que se prevê ser possível para o ano de 1977, segundo declarações do Secretário de Estado do Planeamento e do Orçamento, recentemente feitas perante a TV e a Radiodifusão. Por outro lado, em virtude das transformações operadas na economia portu-

guesa, depois do 25 de Abril, existe uma imprecisão generalizada nas bases estatísticas sobre as quais são calculados os valores das diferentes rubricas, sobre as limitações do seu âmbito de intervenção, além de deficiências na sua estruturação que o próprio texto oficial distribuído aos órgãos de informação, reconhece. «Existe, como é natural, afirma-se na introdução, inúmeras difi-

cesso político, as mudanças de estruturas, às reorganizações dos serviços e ministérios, acompanhados de alterações de responsáveis e de políticas e aos consequentes atrasos das respectivas propostas orçamentais.

A previsão das receitas ordinárias e extraordinárias foram avaliadas em cerca de 70.743 milhares de contos a das receitas, ordinárias e extraordi-

Millhões de contos



culdades na realização das previsões, indispensáveis à aplicação rigorosa de tal critério. Isto, quer no que respeita às componentes da despesa, que, além de mais, são afectadas pelo nível de impostos fixados no próprio Orçamento e pela forma de financiamento do deficit, quer no que se refere à estimativa da capacidade produtiva máxima disponível (ou produto potencial). A elaboração do Orçamento Geral do Estado assentou na interpretação genérica e mais ou menos quantificada com os dados de 1975, de que a realidade conjuntural da economia portuguesa se encontra em situação de recessão com desemprego elevado e capacidade não utilizada e que em boa parte, isso se deve a uma quebra de alguns dos componentes da procura — fundamentalmente o investimento e as exportações. Por outro lado essa elaboração esteve sujeita, de acordo com as considerações gerais do referido texto: às flutuações ao próprio pro-

nárias, em 39.502 milhares de contos. O deficit é consequentemente de 34 778 milhares de contos e será coberto por recurso à dívida pública. Esta previsão de receitas e despesas, refere-se apenas à administração pública entendida no sentido tradicional, deixando portanto de lado o sector das empresas nacionalizadas, e a Previdência, por exemplo, e foi realizada com «a preocupação de apresentar um quadro realista e não deformado a as previsões estão ajustadas às possibilidades e necessidades da máquina do Estado e o saldo do orçamento é suficientemente expressivo para fundamentar a afirmação de que é essencial que a execução orçamental não venha a alterar profundamente os montantes agora orçamentados.»

Nos próximos dias apresentaremos mais alguns aspectos que parecem revestir-se de maior interesse para os leitores.

M.B.

post scriptum

Onde está a carne de vaca?

Gostaria de saber o que se passa, afinal, com a carne de vaca. Vem um ministro e diz que sim, senhor, carne há, e bastante, e a preço tabelado, e a seguir vou ao talho onde só encontro porco, borrego e carneiro, a preços proibitivos. Há dias nem frango consegui. Sou uma dona de casa com uma família de seis pessoas, e tenho que fazer as compras com um orçamento curto. Por isso, quero saber se afinal há carne (da Argentina, dos Açores, ou seja lá de onde for) e, se não há, de quem é a culpa. Em última análise, quero saber quem é que me está a mentir.

Rosa S. Palmeiro — CRUZ QUEBRADA

Fado, Fátima e Futebol

Agora o povo já tem os olhos bem abertos e diz outra vez que não quer ouvir a «maçadora nacional». Vejam lá o que o povo chama à emissora que conseguiu «sossego» absoluto no País. Diz-se também que voltaram os «três efes»: Fado, Fátima e Futebol! A gente que afinal paga à EN não gosta de «sossego», só gosta de ouvir programas que elevem o povo, que ensinem algo: adora canções revolucionárias. Às vezes ouve-se a música de que se gosta (para não parecer mal tira-tota totalmente) mas com a voz presa nas paredes de Custóias e Caxias.

Agostinho Justo — LISBOA

Das promessas aos factos

Praticamente desde o 25 de Abril de 1974 que eu andava atarefado a tentar compreender o que seria isso do «Socialismo em Liberdade». Pelos poucos conhecimentos políticos que tinha (e tenho...) a palavra socialismo queria dizer isso mesmo: — Liberdade! Mas lá vinham uns senhores à televisão, e catapuz: — «Socialismo, sim, mas em liberdade!» E eu à rasca, sem perceber nada daquela música.

A partir do 25 de Novembro comecei já a topar qualquer coisa. Finalmente, no dia primeiro do ano da graça de 1976, junto ao forte de Caxias, compreendi o resto.

Para quem ainda não percebeu, eu explico:

— Vivemos agora, sem qualquer sombra de dúvida, num «regime democrático rumo ao socialismo pluralista e em liberdade». Assim, há inteira liberdade para despedir, sanear ou «suspender» todos os trabalhadores que não sejam da cor dos pluralistas lusiadas. Há liberdade para mandar vir com o merceiro da esquina contra o aumento brutal do custo dos ingredientes que nos permitem cozinhar as migas com que ainda vamos aquecendo as tripas. Há liberdade para os senhores ministros, secretários e subsecretários de Estado virem à televisão «informar» o povo de que as decisões do VI Governo são da responsabilidade inteirinha do V Governo.

Tudo isto, portanto, segundo parece, é uma amostra do tão falado «Socialismo em Liberdade».

Mas que raio, dirão alguns, este «socialismo» já nós tínhamos no tempo do Marcelo Caetano... Então para quê o 25 de Abril? Bom, também não será tanto assim, penso eu. Por exemplo, se nessa tempo, nas discussões com o merceiro, não podíamos acusar directamente os responsáveis pelo agravamento do custo de vida, agora podemos: são os comunistas, atão não se tá mesmo a ver?

Muitas diferenças ainda existem, portanto. Mas cuidado, companheiros trabalhadores de Portugal. Não é este «socialismo» que nos interessa. Só com o nosso trabalho e esforço alcançaremos a sociedade socialista que nos prometeram, mas que ninguém nos pode dar».

Adventino Pinheiro de Amaro — LOURES

O COMÉRCIO DOS «SUBALUGAS»

Quando virão as medidas que acabem de vez com a sublocação, quase sempre sinónimo de parasitismo e exploração? Vivemos num país onde o Governo, os partidos políticos, e a esmagadora maioria da população, se dizem a favor de transformações profundas no sentido de uma maior justiça nos aspectos económico e social.

Importantes conquistas foram já alcançadas, mas temos de reconhecer que ainda há muito a fazer se queremos acabar com as mais gritantes desigualdades e injustiças. Como admitir a existência de um intermediário que, tendo simultaneamente os direitos de senhorio e inquilino, se furta a cumprir as respectivas obrigações? Como tolerar que um indivíduo, sem nada produzir, não trabalhando nem criando postos de trabalho, acumule, com o subaluguer de casas, lucros escandalosos, frequentemente sem pagar qualquer imposto?

Como se pode compreender que, num país a braços com uma tremenda falta de habitação, haja pessoas que figurem como inquilinos de 10, 20 e mais casas? Há milhares de pessoas em Lisboa que apenas pretendem que lhes seja rapidamente permitido celebrar contrato com o senhorio da casa que habitam: será pedir muito?

Verifica-se assim que o morador efectivo é simplesmente ignorado embora, na prática, se possa dizer que tem dois senhorios e paga duas rendas.

Henrique Manuel P. Duarte — Lisboa

CABINAS TELEFÓNICAS AVARIADAS

Há cabinas telefónicas que se encontram mutiladas por mãos criminosas que deviam ser severamente castigadas. Na Praça da Figueira e Entrecampos, estão outras sem auscultadores e outras com as caixas avariadas. Não seria possível chamar a atenção da Companhia para o estado em que estão quase todas? Era um grande favor que se prestava ao público, mandando arranjá-las.

Francisco Santos — Lisboa

SOCIAL-DEMOCRACIA PORTUGUESA E CAPITALISMO EUROPEU

MÁRIO MURTEIRA

No número de Outubro, a *Monthly Review* publicou o segundo e último artigo de Paul Sweezy sobre a *Luta de Classes em Portugal*, após uma estadia do autor no nosso País.

Escrevendo dois meses antes dos acontecimentos de 25 de Novembro, Sweezy cita Engels, quando este afirma que «todos os Governos, por mais independentes que o sejam, não são mais, em última análise, do que os executantes das necessidades económicas da situação nacional». E passo a transcrever o que diz Sweezy no desenvolvimento desta ideia.

«Em Portugal, a situação nacional é uma economia capitalista em crise. Faz sentido propor, como o faz a esquerda revolucionária, que o sistema seja derrubado e desencadeado um processo de transição para o socialismo. Mas impossibilitado isto, a única alternativa com sentido é dar aos capitalistas, sejam portugueses ou estrangeiros, tudo o que for necessário para restabelecer a sua confiança e persuadi-los a investir de novo — depois de praticamente um hiato de ano e meio — numa escala suficiente para inverter o presente transcendente da economia.

Ninguém pode dizer precisamente o que significa isto em termos concretos, mas certamente incluiria no topo da lista a restauração da autoridade e da disciplina nas relações de trabalho tanto no sector público como privado, e em forma satisfatórias para os capitalistas. Austeridade, claro (para a massa dos consumidores). Garantias da propriedade e incentivos aumentados para os empresários. Subordinação da política externa, económica e outras, aos imperativos dos bancos estrangeiros e das agências financiadoras governamentais. Para quê continuar? A história recente está repleta de exemplos do que significa para um pequeno país capitalista tentar lutar para sair de uma crise sem modificar o seu sistema socio-económico. A crise pode ser vencida, ao menos por algum tempo, mas um preço assustador é pa-

go invariavelmente pelas massas em termos de nível de vida e pela nação em termos da sua independência.

Da passagem, citemos ainda Sweezy — que é um marxista independente, longe de fascinado pelo modelo soviético e crítico desapaixonado do PCP — na sua avaliação do Partido Socialista Português:

«Ninguém com um mínimo de conhecimento da história das organizações socialistas e laborais europeias poderia acreditar por um minuto que um partido com as características do PS pudesse ter alguma simpatia por uma autêntica revolução socialista, ou ser na verdade mais do que contra-revolucionário no contexto de duras lutas de classe como as que se verificaram em Portugal durante o último ano e meio».

Sweezy não descobriu nada de novo para os observadores portugueses minimamente esclarecidos sobre o que se passa na sua terra. Mas vale a pena citar, em seu apoio, o depoimento desse economista norte-americano que é figura mundialmente respeitada do mais válido pensamento socialista do nosso tempo.

Afastada — por tempo indeterminado, mas provavelmente longo — a possibilidade de transição revolucionária para o socialismo em Portugal, que futuro nos espera? Terminada a idade das ilusões no processo desencadeado em 25 de bril de 74 um Governo de largo predomínio social-democrata está, na prática, condicionado pelo capitalismo europeu no sentido de criar condições para o restabelecimento do capitalismo em Portugal. Sem isso, não haverá «compreensão» para os nossos problemas; sem essa «compreensão», o VI Governo falhará os seus propósitos. E se for necessário encontrar soluções políticas mais à direita do que o actual arranjo governamental, esperar-se-á o tempo preciso para que tal desfecho amadureça.

Neste jogo do rato e do gato — um embrionário progressismo português, meio ingenuo e sentimental, à procura, sem êxito, da sua saída face aos

capitalismo dominante na área geográfica do Sul europeu, onde alguns encontram o elo mais fraco da cadeia imperialista actual — o rato parece dominado e as questões verdadeiramente preocupantes transferem-se para longe, em Angola principalmente. Passará alguma vez por aqui, no projecto tão caro a Melo Antunes, alguma «ponte entre a Europa e o Terceiro Mundo», que não seja mero desejo e desenho intelectual? Nenhuma força política civil do actual Governo parece verdadeiramente interessada nisso, e haverá certamente razões para tanto. Tal ponte não interessa sobremaneira à social-democracia europeia. Será necessário demonstrar que interessa aos trabalhadores portugueses, tal como lhes interessa, em concreto a (praticável) independência económica do País, em alternativa da crescente subordinação do capitalismo internacional.

A palavra de ordem oficial é, portanto, *relançar a economia e ir fazendo a democracia*. Tenta-se fazer crer que a situação da economia resulta da «demagogia, incompetência e irresponsabilidade» de anteriores Governos. Deduz-se que estes atributos não se aplicam aos representantes e simpatizantes do PS e do PPD nos citados Governos, mas sobretudo ao tenebroso V, cujo maquiavelismo foi ao ponto de num mês (aliás, com a atenuante de ser Agosto, mês de férias) ter sabotado o investimento e o produto nacional do ano inteiro. E a política económica surge-nos, de novo, como malabarismo inacessível de ingredientes tais como preços, tarifas, subsídios, taxas de juro, e sobretudo milhões, muitos milhões de contos de défices. O português comum, mais atormentado que esclarecido, assusta-se e desiste de perceber.

Renovando a citação de Engels, o essencial na política de Governo é a economia, enquanto a democracia, como o socialismo, são apenas palavras que servem interesses

mais persistentes e profundos na boca das marionetas que povoam grande parte da cena política actual.

Qual o projecto político, e correspondentes apoios sociais, que tem melhores condições para reconstruir a economia nacional, eis a questão-chave da presente conjuntura política.

Pelos anos 30, um homem chamado Oliveira Salazar deu resposta a questão semelhante pelo prazo de algumas décadas. No final dos anos 60, um discípulo daquele, Marcelo Caetano, tentou adaptar a resposta, mas falhou no ponto então nevrálgico — a solução da guerra colonial. No Governo de Palma Carlos, este foi imolado na tentativa de Spínola, Sá Carneiro e outros, para corrigirem o que falhara na «liberalização» caetanista. De certo modo, estamos na continuação disto, encerrada a questão colonial e travadas as fugazes arremetidas de esquerda nos Governos de Vasco Gonçalves, impotentes, aliás, perante a direita como o actual VI já se não encontra perante a esquerda.

Fazer funcionar a economia portuguesa é, em primeiro lugar, dispor de um poder político *representativo*, não no sentido eleitoral, mas de uma base social capaz de exercer suficiente hegemonia sobre as outras classes ou estratos da sociedade portuguesa actual. O interesse do «New York Times» pelo entendimento PS-PPD corresponde à suposição de que ele permitirá o necessário apoio dos vários estratos das classes médias, ao projecto social-democrata na versão portuguesa. Os operários da cintura industrial de Lisboa e os alentejanos sem terra ficarão satisfeitos com algumas nacionalizações e um mínimo de reforma agrária. Um partido comunista domesticado pelos emulos sul-europeus assegurará a necessária compreensão, pluralista e democrática, dos trabalhadores

Continua na pág. 12

CARTA PÓSTUMA DE UM JOVEM CRISTÃO LIBANÊS

Ghasibé Kayrouz, jovem cristão libanês de vinte e dois anos, que se preparava para o sacerdócio, foi morto na véspera de Natal entre Balbek e Nabha, quando se dirigia à aldeia de Bekaa Norte a fim de aí passar as festas com a família. Tendo tido o pressentimento da morte, escrevera, antes da partida, uma carta, que seria depois encontrada no seu quarto de Jamnour. Eis alguns excertos:

«Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo:

«Quando comecei a escrever este testamento, dir-se-ia que era outra pessoa quem estava a escrever em meu lugar. Actualmente todos os libaneses e residentes no Líbano estão em perigo. Como sou um deles, vejo-me raptado e morto na estrada que conduz à minha aldeia de Nabha. E se uma tal intuição se verificar, deixo estas palavras à minha família e à gente da minha aldeia e do

meu país. Digo à minha mãe e às minhas irmãs que não estejam tristes, ou, pelo menos, que não chorem, nem se lamentem com exagero. Com efeito, esta ausência, por mais longa que seja, é curta. É certo que nos encontraremos na eterna casa do céu. Já existe a alegria, e a tristeza se ficar-mos separados. Mas não tenham medo: a misericórdia de Deus reunir-nos-á a todos.

«Tenho um só pedido a fazer-vos: perdoai de todo o coração aqueles que me mataram, peçam comigo que o meu sangue, mesmo que seja o de um pecador, sirva de resgate (fidya) ao pecado do Líbano; que ele se misture ao de todas as vítimas de todas as religiões que tombaram, e seja oferecido como preço da paz, do amor e do entendimento aos que desaparecem deste país e até do mundo inteiro. Que a minha morte ensine aos homens a caridade; que Deus vos

console, cuide de vós, vos ajude na vida. Não tenham medo, não lamento absolutamente nada deste mundo. O que me entristece é pensar que vão ficar tristes.

«E ao meu país eu digo: 'Os habitantes da casa podem ter opiniões diferentes; eles não se odeiam; podem zangar-se entre si mas sem se tornarem adversários; disputem-se mas sem se matarem uns aos outros. Lembrai-vos dos dias de entendimento e de caridade. Deixai tombar os da cólera e do desacordo. Juntos comemos, bebemos, trabalhamos, juntos oramos ao Deus único, juntos teremos de morrer. O meu pai era sócio de um 'chiita' a quem eu chamava 'tio Hussein'. Gostava de lhe chamar assim. Foram sócios durante setenta e cinco anos sem romper o seu contrato nem fazer contas. Lembrem-se disto: acontece não podermos pedir 100 libras ao nosso próprio ir-

mão e bastar procurar alguém da aldeia, seja ele metonali, maronita, sunita ou druze, e ele salva-nos. Todos sabem isto mas o pecado cega-nos. Temos que voltar à oração para que Deus suprima a cólera, e os planos dos grandes deste mundo sejam reduzidos a pó no solo deste país que não é obrigado a pagar com sangue as maquinações deles.

«Enquanto durar esta situação no Líbano não estarei em repouso no céu.

«Fazei do meu funeral um dia de ordenação, não de enterro ou de tristeza.

«As pessoas vão falar, mas isso não deve ter importância para vós. Se eles ao menos tivessem um pouco de piedade e não se matassem uns aos outros e não deixassem os lobos ser melhores do que nós... Como se enganam!...»

Le Monde

Nacional

Colagem de cartazes:

Duzentos contos para limpar o Terreiro do Paço

Serão necessários cerca de 200 contos para proceder à limpeza dos edifícios do Terreiro do Paço, onde foram afixados cartazes. A Secretaria de Estado das Obras Públicas, que refere que depois de se proceder à remoção dos cartazes, outros foram colados, apela à população no sentido de que não sejam prejudicados os trabalhos de remoção iniciados noutros pontos da cidade.

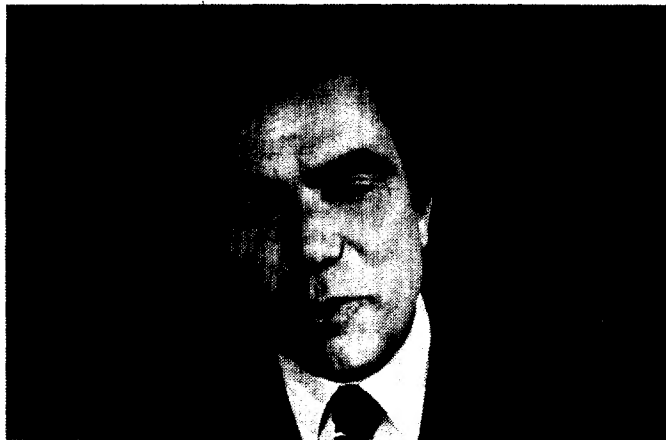
A pouco mais de um mês da campanha eleitoral, a Secretaria de Estado das Obras Públicas faz um apelo a toda a população, sindicatos, partidos e movimentos políticos, autarquias locais e M. E. I. C. (por divulgação adequada em todos os estabelecimentos de ensino) no sentido de não se colar cartazes nem proceder a pinturas em monumentos nacionais, edifícios públicos e sinalização das estradas.

Embora considerando compreensível que o povo português, depois de recuperar a liberdade que lhe fora retirada

durante 48 anos, tenha procedido a afixação de cartazes de propaganda política e a pinturas de idêntico objectivo, em paredes de edifícios públicos e monumentos, salienta o texto que «será desnecessário acentuar o quanto é nefasto para o património colectivo e cultural do País a sistemática utilização dos monumentos nacionais para colagem de cartazes e pinturas de legendas ou símbolos, visto que a introdução de produtos diversos — não só na própria acção empreendida como nas que se lhe seguem, tendentes a promover a sua limpeza — que atacam mais ou menos profundamente a composição dos materiais em que foram construídos, contribuem, por tal facto, para a sua degradação».

No texto chama-se também a atenção para os «evidentes e profundos prejuízos» que essas pinturas causam ao público utente de certas estradas, a descaracterização e camuflagem dos sinais de trânsito.

Galvão de Melo candidato à Presidência da República



Enfim, candidato...

O general na reserva Galvão de Melo, que foi membro da extinta Junta de Salvação Nacional até 28 de Setembro de 1974 e é actualmente deputado «independente» pelo C. D. S. à Assembleia Constituinte, poderá ser um dos candidatos às eleições para a Presidência da República a realizar muito provavelmente ainda este ano.

A hipótese levantava-se há muito nos bastidores da vida política portuguesa e começou a ganhar proporções de probabilidade com uma notícia (em interrogativa suspensa) publicada há dois dias num matutino de Lisboa. Ontem, por sua vez, o «Jornal Novo» adiantava um dado que, a confirmar-se, revela a intenção que Galvão

de Melo tem de apresentar a sua candidatura: uma unidade gráfica de Lisboa, ligada aos meios eclesiásticos, «tem já em execução material de propaganda» onde — diz a local — consta uma afirmação do general que pode vir a ser o seu slogan para a campanha eleitoral: «Se o povo quiser, serei seu presidente».

O citado vespertino adianta um pormenor a reter: caso o general Costa Gomes não venha a concorrer às eleições presidenciais, admite-se que o Conselho da Revolução poderá propor o nome de outro general: Ramalho Eanes, actual chefe do Estado-Maior do Exército.

40 milhões para a CP

O ministro dos Transportes e Comunicações, que se deslocou à Figueira da Foz para presidir à cerimónia de encerramento do 1.º Encontro Nacional dos Ferrovieiros Socialistas, adiantou aos participantes na sessão informações sobre um investimento da ordem dos 40 milhões de contos que será feito entre 1976 e 1986, para beneficiação das redes subur-

banas de Lisboa e Porto, escoamento dos minérios de Moncorvo e da Beira Alta e respectiva ligação ferroviária, bem como a construção de uma nova ponte sobre o rio Douro.

O eng. Walter Rosa, que se fazia acompanhar pelo dr. Marcelo Curto, secretário de Estado do Trabalho e Aires Rodrigues, ambos do Secretariado Nacional do Partido Socialista, assistiu à leitura das conclusões do plenário e de diversas moções, uma apontando claramente a política geral dos transportes, na qual se salienta a necessidade do estabelecimento de uma coordenação eficiente entre os diferentes meios de transporte no sentido de um aproveitamento mais racional das suas vocações técnico-económicas.

No âmbito da segurança social e de matéria sindical foram aprovadas moções em que se propugna a criação de uma rede interna de instalações de carácter social. Foram, também, apreciados problemas suscitados pela gestão e seu controlo. Relativamente a assuntos sindicais, os participantes aprovaram uma moção de repúdio à adesão dada à manifestação no Estádio 1.º de Maio pelas direcções sindicais dos ferroviários do Centro e do Sul.

Dissidentes do PPD elegem comissão coordenadora

Os dissidentes do PPD vão eleger uma comissão coordenadora e realizar novo encontro dentro de três semanas. A decisão foi tomada no encontro realizado este fim-de-semana na Curia, convocado para reflexão sobre a situação política actual, papel a desempenhar pelos sociais-democratas que saíram do partido da sequência do último congresso e definição das linhas gerais que deverão presidir a uma possível intervenção da cena política portuguesa. A comissão, a eleger imediatamente, é o primeiro passo para uma acção concertada e consequente. No próximo encontro devem ser tomadas «as decisões julgadas oportunas», segundo um comunicado emitido no final da reunião de ontem.

Do comunicado emitido no final consta, além das decisões referidas, mais duas: os dissidentes «reafirmam os seus vínculos de união e de solidariedade camaradagem que os congrega e associa na defesa dos valores da social-democracia como via para um socialismo humanista português»; «pa-

ra tanto — acrescentam — não abdicam de intervir na vida política portuguesa ao serviço desses valores».

Embora não se saiba ainda que nomes farão parte da comissão que vai coordenar os trabalhos dos dissidentes, sabe-se (o comunicado diz) que ela terá representação distrital e dela farão parte elementos dissidentes da JSD.

MDP prepara congresso

As vias e os objectivos do MDP/CDE com vista à preparação do Congresso deste partido a realizar em Lisboa a 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro, foram discutidas em duas reuniões realizadas na Faculdade de Engenharia do Porto: o plenário distrital do Porto e o Encontro Regional do Norte. Segundo uma comunicação final distribuída à imprensa, o dr. Macedo Varela, da Comissão Central do M.D.P., salientou que o seu partido se propõe assumir um projecto político de unidade, pelo qual se responsabilizarão os seus militantes numa atitude revolucionária e patriótica.

Durante o Plenário, cujos trabalhos foram coordenados pelo dr. Raul de Castro, aprovaram-se quatro moções a enviar ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução. A primeira reprova os saneamentos à esquerda em grande escala que se vêm verificando, a segunda refere-se à actual orientação do VI Governo, considerada direita por congelar a contratação colectiva, permitir o aumento galopante do custo de vida e decidir pagar 4 milhões de contos aos accionistas do Banco de Portugal, de Angola e Nacional Ultramarino. As duas moções restantes respeitavam à onda de terrorismo fascista, condenando o desinteresse e inacção com que as forças civis, militares e militarizadas actuam, e aos militares revolucionários presos, cuja libertação se exigia.

O encontro teve a participação de numerosas delegações nomeadamente de quatro membros da Comissão Central: Horácio Guimarães, Vitor Costa, José Manuel Mendes e Calvet de Magalhães.

Militantes do PCP perseguidos em Alenquer

Com os sinos a tocar a rebatete, e aos gritos de «Mata-se! Mata-se!», um grupo afecto a um grande agrário assaltou e incendiou ontem de madrugada o Centro de Trabalho do P.C.P. da freguesia de Olhavo (Alenquer).

O Centro ficou completamente destruído, tendo sido feridos oito militantes do P.C.P. Outros três militantes, perseguidos, tiveram de refugiar-se algures, só comparecendo esta manhã na freguesia.

O agrário acima referido possui, além de outras propriedades, cerca de cem hectares de vinha. Quer antes, quer depois do 25 de Abril, era useiro e vezeiro no despedimento de rendeiros e outros trabalhadores rurais.

Há fotografias que mostram os empregados do agrário a tirarem os móveis do Centro de Trabalho pela janela e a incendiarem livros e documentos.

«Tudo parece indicar» — segundo informações colhidas em fonte fidedigna — «o início de uma campanha anticomunista em zonas próximas da região de Lisboa».

De notar que o referido agrário «é frequentador assíduo das reuniões de Rio Maior» — conforme aourámos.

MAIS DOIS PETARDOS

Entretanto, rebentou um petardo de fraca potência junto à sede do Movimento de Esquerda Socialista (M.E.S.), em Faro.

O engenho, que explodiu às 4 da manhã de ontem, não causou vítimas nem danos materiais.

Este é o primeiro atentado terrorista no Algarve.

No Porto, e pouco antes das 24 horas, viria a rebentar outro petardo, desta vez à porta da Tabacaria «Sevilha», situada na Rua Latino Coelho, 226. A deflagração danificou a porta do estabelecimento, bem como a de uma tabacaria contígua.

No caso deste último petardo, e a julgar por informações que obtivemos, parece estar posta de parte qualquer intenção de natureza política.



CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

NOVAS TAXAS

* PARA DEPÓSITOS A PRAZO novos e renovações:

* 6 meses 9,5% * Superior a 1 ano 10,5%

(*) Cativo de Imposto

PARA DEPÓSITOS À ORDEM

Depósitos de particulares até 70 contos 4%
Depósitos de particulares acima de 70 contos 2%



ESTAS TAXAS ESTÃO EM VIGOR NOS ESTABELECIMENTOS ESPECIAIS DE CRÉDITO

REACÇÕES AO RELATÓRIO DO 25 DE NOVEMBRO

Continuação da pág. 1

factores susceptíveis de incriminação uma série de factos que nada mais representam do que a prática política normal, naquela fase do processo revolucionário. Com os militares presos a pretexto de um suposto envolvimento na conjura do 25 de Novembro pretende-se aprisionar o projecto da Revolução socialista em Portugal.

De resto vale a pena referir que o C.D.S. num comunicado sobre o Relatório saúda o C.R. e exprime a sua admiração pelo Relatório, exigindo depois o afastamento do P.C.P. do Governo.

P.R.P. DEFENDE-SE

Face ao Relatório, o P.R.P. emitiu o seguinte comunicado: «Perante o Relatório Preliminar do 25 de Novembro tem o P.R.P. a dizer, antes de tudo, que considera como uma provocação, o tratamento de P.R.P.-B.R. que lhe é dado ao

longo do texto, visto que na meses que estas duas organizações se encontram desligadas e têm as duas uma estrutura orgânica distinta, que não só não é compreendida pelas cabeças estreitas de mediocres candidatos a políticos. Quanto às acusações concretas que nos são feitas temos a declarar:

«1. Que se desconhece neste partido a existência de um racial cedido pela R.P.M. ou de qualquer outro posto emissor-receptor, pelo que se convide a Comissão de Inquérito a apresentar provas da posse por parte deste partido do aparelho de que fala o texto.

«2. Convida-se igualmente a Comissão de Inquérito a apresentar provas de que houve um «desvio de G-3 para o P.R.P., quando é sabido que o capitão Fernandes fez entrega dessas armas a «operários e camponeses» de acordo com as suas próprias declarações.

«3. Só num aspecto o Rela-

tório é verdadeiro: «papel da firma de construção civil Xavier de Lima na rede de Rádio do P.R.P.-B.R.». Mas com um pequeno erro de data... é que esta rede não foi usada no 25 de Novembro, mas sim no 11 de Março (do que temos provas). De modo que perguntaremos: a investigação é sobre o 25 de Novembro ou sobre o 11 de Março? E sendo sobre o 11 de Março, o que é que se procura investigar: os reaccionários que fizeram o golpe ou os revolucionários que dele se defenderam? É decerto estes últimos que neste momento e em atitude de «revanche» procuram investigar, visto que essa rede de Rádio foi realmente usada nas movimentações de combate aos fascistas, no 11 de Março.

«4. Quanto ao clima criado pela palavra de ordem «Insurreição Armada» lançada pelo P.R.P., considera este partido que é a única opção que poderá impedir a guerra civil ou o

fascismo, tal como foi explicado em publicações e comícios. Tal como se explicou também várias vezes e detalhadamente, a insurreição armada é o contrário do golpe militar. Só reaccionários e fascistas poderão tirar conclusões caluniadoras desta posição. Outros o fizeram ao Partido Bolchevique, em 1917, acusando Lenine de traição à pátria e de conspiração com os alemães, quando aquele partido apelou à insurreição armada, antes do triunfo da Revolução.

«A avaliar pela veracidade destas afirmações, calculamos a veracidade de todas as outras que são feitas e dizem respeito a organizações e unidades. Mas o que nos ressaltava no conjunto do Relatório, muito mais do que os detalhes, é o seu carácter de peça política de direita, elaborada com o fim de destruir as forças de esquerda e as conquistas dos trabalhadores, e reimplantar o capitalismo em Portugal.

«Ao longo do relatório não encontramos a descrição de qualquer golpe de esquerda. A inexistência nessa data de um comando militar de esquerda bem o prova e os autores do Relatório vêm-se obrigados a explicar isso com desculpas que só enganam quem quer ser enganado. Quando declaram referindo-se ao suposto golpe «que o chefe ou chefes militares não estariam claramente definidos» e que «sem comando único a acção concertada teria necessariamente de ressentir-se» põem-se na situação de se lhes perguntar: quem é que acredita que a esquerda militar seria tão estúpida e tão incapaz que faria um golpe sem chefes e sem comando? Com esta afirmação desmascaram-se.

«Este Relatório não é a descrição de um golpe de esquerda porque o único que existiu foi de direita. Este relatório limita-se a fazer a história das unidades militares desde o 25 de Abril considerando criminosa toda a actividade de colaboração com os organismos eleitos pelos trabalhadores, tudo aquilo que foi revolucionário,

tudo aquilo que foi ligação Povo-M.F.A. Enfim, este relatório coloca-se do lado da direita, do capitalismo, dos exploradores. Considera crime tudo o que no passado foi considerado legal, legítimo, revolucionário.

«Mas ficam por explicar os verdadeiros acontecimentos do golpe de 25 de Novembro:

«1. Porque é que há, a 24, a movimentação de 25 000 agrários em Rio Maior e as barragens ao Norte de Lisboa?

«2. Porque é que o Regimento de comandos atacou a P. M.?

«3. Porque é que o R. C. de Santarém ocupa Beiroas?

«4. Porque é que o R. C. de Estremoz avança sobre Setúbal?

«5. Porque é que as unidades de Centro e Norte se prepararam para avançar sobre Lisboa?

«São estas as respostas que ficam por dar neste relatório, o que é natural, visto que ele se situa do lado oposto ao dos trabalhadores, do lado oposto aos que fizeram o 25 de Abril para acabar com a exploração. Situa-se enfim do lado dos que fizeram o golpe reaccionário do 25 de Novembro e que hoje avançam passo a passo na reinstauração do fascismo. Este relatório visa, como é natural, o aniquilamento da esquerda. Procura justificar as prisões dos militares revolucionários, procura razões para a prisão de Otelo e para todos os actos fascistas que serão feitos daqui em diante».

P S E P P D

Até ao fim desta manhã não tinham chegado ainda à nossa redacção os resultados da análise que desde ontem responsáveis do P. P. D. e do P. S. estavam a fazer ao relatório.

Um matutino de Lisboa («O Dia»), no entanto, publica na sua edição de hoje depoimentos dum porta-voz do P. P. D. e de Manuel Alegre (do P. S.).

Segundo o referido porta-voz do P. P. D. este Partido considera o relatório em questão como «autenticamente militar, na medida em que se trata de um documento conciso, claro e concreto», que «esclarece suficientemente os acontecimentos, apontando as responsabilidades das várias forças partidárias políticas e militares».

Não é muito diferente a posição que assume o destacado dirigente do P. S., Manuel Alegre. «Nas suas linhas gerais, o relatório preliminar sobre o 25 de Novembro confirma a análise feita pelo Partido Socialista, logo anunciada, no Porto, no dia 26, por Mário Soares e por mim» (Manuel Alegre). «O 25 de Novembro foi o fruto de uma estratégia de tomada do Poder por métodos antidemocráticos, por um acto de força» o relatório em questão «confirma a responsabilidade das forças que o P. S. apontou logo, na devida altura».

Também o Comité de Luta para a Libertação dos Antifascistas e Revolucionários Presos tomou posição face ao relatório, considerando que o seu teor «não é mais do que a justificação encontrada pela direita militar e civil para as prisões de antifascistas e revolucionários e para o seu avanço em todas as frentes contra as conquistas populares posteriores ao 25 de Abril». Mais adiante depois de repudiarem a prisão de Otelo o C. L. A. R. P. exorta: «Façamos da prisão de Otelo bandeira para a libertação de todos os antifascistas e revolucionários presos».

Prisão de Otelo comentada na Imprensa estrangeira

Um telegrama da agência Reuter noticia que a edição do «Times», de Londres, dizia hoje que a «alegação de Portugal sobre ter alcançado uma democracia estável seria mais digna de crédito se os presos políticos não fossem mantidos sem julgamento».

Este jornal, que é classificado como «independente», dizia em editorial que o major Otelo Saraiva de Carvalho era «o mais parecido com Robespierre que a Revolução portuguesa tinha produzido, mas a comparação está muito a seu favor». E acrescentava: «Ele junta-se agora a cerca de 1.700 pessoas que foram presas em Portugal por motivos políticos em várias alturas desde o 25 de Abril de 1974, nenhuma das

quais foi ainda levada a julgamento».

O «Time» escreve ainda que «se existe democracia ou não deve ser avaliado não só por isso, mas pela realização de eleições livres e pela formação de um Governo baseado na escolha do povo», acrescentando que «parece ser esta, agora, a intenção daqueles que se encontram no Poder».

Já a France Presse, transmitindo os comentários do diário de informação económica francês «Les Echos» que «a prisão do major Saraiva de Carvalho — anteriormente general e o herói predilecto dos militantes progressistas — não é só espectacular mas também simbólica: marca, sem dúvida, o ponto final do período romântico e efervescente da Revo-

lução portuguesa».

O jornal francês continua: «Após tantas peripécias em que se viu a evicção sucessiva dos «spinolistas», depois dos «gonçalvistas», e, por fim, dos homens do Copcon, os portugueses sentem bem que o tempo já não é para torneios ideológicos, mas para a solução de problemas concretos, que continuam em suspensão desde há muito tempo. A restauração da economia exangue exige medidas de austeridade que não agradarão a ninguém, e o funcionamento das instituições, supõe que seja concluída, o mais rapidamente possível, a redacção da Constituição, se se deseja que as eleições presidenciais e legislativas possam realizar-se antes de 25 de Abril».

IMPLICADOS QUE SE "FURTARAM" SÃO EXPULSOS DAS FILEIRAS

Serão «expulsos das fileiras das Forças Armadas os implicados no golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro que se furtaram ou venham a furtar às suas responsabilidades por se terem ausentado dos seus locais de serviço ou que deixem de se apresentar quando para tal sejam convocados». A decisão consta de um decreto-lei do Conselho da Revolução ontem publicado no «Diário do Governo».

A expulsão tem consequências e o decreto enuncia-as: «suspensão do exercício dos direitos políticos pelo tempo de vinte anos»; «perda de direito de usar medalhas militares, condecorações e de haver recompensas ou pensões por serviços anteriores»; «a inabilidade para o serviço militar».

Esta disposição — diz ainda o decreto-lei — «não prejudica o ulterior apuramento da responsabilidade civil e criminal».

TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS

TEMPORADA DE INVERNO DE 1976

(Homenagem à VERDI e WAGNER)

ÓPERA EM S. CARLOS

ESTA SEMANA (lotações esgotadas):

AMANHÃ 5. -feira, 22 (às 21 horas) — No DOMINGO, 25 (às 16 horas)

AIDA

(G. VERDI)

Elenco de cantores: GILDA CRUZ-ROMO, FIORENZA COSSOTTO, NICOLA MARTINUCCI, BENITO DI BELLA, IVO VINCO, CARLOS FONSECA, ELIZETTE BAYAN, FERNANDO SERAFIM.

Direcção Musical: SILVA PEREIRA.

Encenação: GIUSEPPE DE TOMASI.

ORQUESTRA DO TEATRO DE S. CARLOS

CORO DO TEATRO DE S. CARLOS

ÓPERA NO COLISEU DOS RECREIOS

(a preços populares, para maiores de 10 anos)

Amãhã 5. -feira, 22 de Janeiro (às 13 horas): ABERTURA DA BILHETEIRA

para venda avulso de todos os espectáculos a realizar no Coliseu:

— AIDA (G. Verdi): 3. -feira, 27 de Janeiro (às 21 horas).

— UM BAILE DE MÁSCARAS (G. Verdi): 3. -feira, 24 de Fevereiro (às 21 h.).

— A VALQUIRIA (R. Wagner): 3. -feira, 16 de Março (às 20 h.).

— SIEGFRIED (R. Wagner): 3. -feira, 23 de Março (às 20 h.).

● As bilheteiras funcionam nos dias úteis das 13 às 19 horas, e desde uma hora antes até uma hora depois do começo de cada espectáculo.

ACADEMIA MILITAR

CONCURSO DE ADMISSÃO

A MATRÍCULA NA ACADEMIA MILITAR

AVISO

1 — FAZ-SE PÚBLICO que de 19 de Janeiro a 2 de Fevereiro, está aberto o concurso de admissão à matrícula nos seguintes cursos da Academia Militar:

a. Com destino ao Exército — Cursos de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, aos quais poderão candidatar-se:

- (1) Os oficiais do QC cujos pedidos de admissão ao QEO se encontravam pendentes em 03FEV75, na Repartição de oficiais desde que satisficam as condições de ingresso naquele Quadro Especial de oficiais.
- (2) Oficiais e sargentos do QC e sargentos do QP nos termos do Decreto-Lei n.º 42.151 de 12FEV59 com a redacção alterada pela Portaria n.º 17.894 de 10AGO 60 e pelo Decreto-Lei n.º 516/70 de 03NOV 70.

b. Com destino à Força Aérea — Curso de Aeronáutica Militar (Pilotos), podendo candidatar-se:

- (1) Oficiais e sargentos do QC e sargentos do QP nos termos do Decreto-Lei n.º 42.151 de 12FEV59, com a redacção alterada pela Portaria n.º 17.894 de 10AGO60 e pelo Decreto-Lei n.º 516/70 de 03NOV 70 oriundos da Força Aérea.
- (2) Candidatos civis, nos termos do Decreto-Lei n.º 42.151 de 12FEV59, com a redacção alterada pela Portaria n.º 22.176 de 19AGO66.

2 — Por decisão superior foi cancelado o concurso de admissão que decorreu de 21 de Novembro a 12 de Dezembro.

3 — As condições de admissão e demais elementos respeitantes ao concurso, constam de um folheto que pode ser obtido através da academia Militar (Paço da Rainha — Lisboa), Quartéis — Generais das Regiões Militares e Comandos Territoriais, do Continente e Ilhas Adjacentes, e Distritos de Recrutamento e Mobilização.

4 — Os processos de admissão dos candidatos militares devem ser entregues na Unidade, Base ou Estabelecimento Militar a que pertencem. Os candidatos civis entregam os seus processos directamente na Academia Militar, devendo enviá-los pelo correio para este Estabelecimento de Ensino se residirem fora de Lisboa.

O DIRECTOR DO SERVIÇO DE INSTRUÇÃO:

ANTÓNIO PEDRO RIBEIRO GASPAR

Ten-cor. de Infantaria

Nacional

Alteração à lei do divórcio

Um decreto-lei do Ministério da Justiça, publicado na folha oficial, regulamenta a situação dos separados judicialmente de pessoas e bens a quem, por morte do outro cônjuge, já não é possível requerer a conversão de tal separação em divórcio.

Segundo o artigo 1.º do referido diploma, «além dos casos contemplados no n.º 4 do artigo 1605.º do Código Civil, cessa (...) o impedimento do prazo internupcial, se houver separação judicial de pessoas e bens de conjuges casados catolicamente decretada há mais de cento e oitenta dias ou trezentos dias, conforme se trate

de varão ou mulher e um dos cônjuges tiver falecido à data da entrada em vigor deste diploma.»

O artigo 2.º diz: «É ainda permitido à mulher contrair novas núpcias se tiverem decorrido cento e oitenta dias sobre a sentença de separação judicial de pessoas e bens, se entretanto houver falecido o outro cônjuge com quem estava casada catolicamente e obtiver a declaração judicial de que não está grávida ou tiver tido algum filho depois de a sentença que decretou a separação ter transitado em julgado.»

Incorporações

Quinze mil em Março, trinta mil num ano

Eleva-se a mais de quinze mil — exactamente 15504 — o número total de mancebos que vão frequentar o primeiro turno de incorporação de recrutados este ano — segundo fontes próximas do EME, em informação à Anop. A instrução começa no dia 3 de Março nos diversos quartéis das quatro regiões militares: Norte, Centro, Lisboa e Sul.

O maior número de incorporações regista-se na RML: 4961. Pouco menor é o número de incorporações na RMC:

4796. Na RMN o número de incorporações a fazer é de 3079, e, na RMS, de 2208.

Ainda este ano haverá outra incorporação. O número relativo a 1976 prevê-se que não ultrapasse os 30 mil, o que representa um decréscimo de cerca de 10 mil em relação ao ano passado.

Mas mais assinalável é o decréscimo em relação aos anos anteriores quando, por causa da guerra colonial, ao número de incorporações era de cerca de 60 mil por ano.

Justiça tributária do imposto complementar

Assinala o preâmbulo a um decreto-lei publicado no «Diário do Governo» de 31 de Dezembro último, agora distribuído, que reside no anseio de justiça a necessidade de modificar o imposto complementar. Na introdução ao mesmo diploma afirma-se também que «o imposto complementar é o que no nosso sistema fiscal apresenta, em maior número, características que permitem concretizar uma maior justiça tri-

butária». As alterações promulgadas pelo novo decreto-lei e justificadas na introdução ao diploma resumem-se ao novo conteúdo das declarações, à auto-liquidação e ao pagamento do imposto, procurando-se «racionalizar o processo de apuramento e englobamento dos rendimentos» e ensaiar um novo sistema de pagamento dos impostos normais através da rede bancária, visando uma

maior comodidade por parte dos contribuintes.

Entre as alterações introduzidas, que contemplam o imposto complementar, doações e sucessões, bem como a sisa, avulta as introduzidas na secção B (sociedades), respeitantes à declaração de rendimentos e ao processo de liquidação do imposto (autoliquidação), efectuando-se a sua operação em qualquer repar-

tação de finanças (salvo em Lisboa e Porto), banco nacionalizado, Caixa Geral de Depósitos ou Montepio Geral.

Quanto às alterações no Código da Sisa e Impostos sobre Sucessões e Doações, procurou-se evitar acumulações de riqueza individual e fomentar o nivelamento dos patrimónios. O pagamento do mesmo será dividido entre 6 e 16 prestações, de harmonia com o montante.

Rectificadas as datas de recrutamento

Do Estado-Maior do Exército, com pedido de publicação, recebemos a seguinte nota:

«Por ter havido erro na comunicação referente às notas de início das Juntas de Recrutamento que funcionarão em Leiria, Évora, Santarém, Abrantes, Beja e Faro, se avisam os mancebos pertencentes aos distritos de recrutamento destas localidades que as mesmas começam os seus trabalhos, em 21, 26 e 27 de Abril e em 6, 6 e 10 de Maio, respectivamente e não nas datas que por lapso foram indicadas.»

Autoridades fecham escola no Funchal

FUNCHAL, 21 — A Escola Industrial e Comercial do Funchal (a única escola de ensino técnico no arquipélago da Ma-

Costa Gomes louvou a P.S.P.

A actuação da Polícia de Segurança Pública no decurso dos acontecimentos do «25 de Novembro» mereceu do Presidente da República «uma palavra de louvor e agradecimento pela forma altamente eficiente e de total entrega no cumprimento da missão cometida às forças do seu Comando». A transcrição faz parte do texto duma nota da própria Presidência da República subscrita pelo general Costa Gomes e divulgada pelo Comando da própria polícia através da D. G. I.

«Além das tarefas de natureza operacional, onde determinação e continuidade de

acção, sem regatear esforços, foram factores determinantes, também no campo de transmissões foi fundamental para o êxito das operações, a contribuição dada» — diz o louvor e agradecimento referindo-se à acção da polícia. — «As operações iniciadas com meios de transmissões, muito escassos, existentes no Regimento de

Comandos, não teriam o desenvolvimento necessário, se não fosse a disponibilidade e eficiência quer dos meios, quer do pessoal desta Corporação.»

Diz o texto, a concluir: «É de toda a justiça destacar a validade da actuação de todo o pessoal na defesa dos mais altos interesses do povo português.»

Coimbra paga mais pelos transportes suburbanos

COIMBRA, 21 — A alteração das tarifas nos transportes colectivos foi o assunto dominante na última reunião da comissão administrativa da Câmara Municipal de Coimbra. Assim, à semelhança do que aconteceu em Lisboa e no Porto, Coimbra também poderá passar a pagar mais caro pelo transporte dentro da cidade.

O eng. Carlos Lopes, responsável pelos Serviços Municipais, informou que foi entregue um estatuto na Secretaria de Estado dos Transportes e das Comunicações, no qual foram explicitados os pontos essenciais do assunto. Propôs ainda que, enquanto se aguarda o resultado das diligências

já superiormente empreendidas, a Câmara deliberasse no sentido de que os Serviços Municipais passem a praticar as novas tarifas estabelecidas pela portaria de 31 de Dezembro de 1975 da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações, e que possam introduzir-se as correcções de zonas nos percursos praticados. O eng. Carlos Lopes sugeriu também que possam começar a ser utilizados, a título precário, tipos de passes semestrais (1950\$00), mensais (325\$00) e mensais para estudantes (220\$00), em toda a rede e sem limite de viagens. Após uma demorada discussão, essas propostas foram aprovadas.

Ladrões de automóveis fogem sob rajadas de "G-3"

Inconformados com um sinal de paragem da Polícia, que realizava uma operação «stop», um grupo de três ladrões de automóveis decidiu-se pela fuga. Algumas consequências: um agente da PSP atropelado, dois ladrões no hospital e outro, ferido, a morte.

A acidentada fuga teve início na Estrada do Poço do Chão, onde decorria a operação «stop». Depois de atropelarem um dos guardas, os marginais avançaram sob uma chuva de metralhadora «G-3» desferida por outro agente.

Pouco mais tarde, quando passava pela Estrada da Luz, o automobilista José Luciano Silva viria a socorrer dois homens que se esvaíam em sangue, prostrados no solo. No momento em que se preparava para atender aos feridos, notou que o condutor de um automóvel estacionado no local punha o carro em marcha e desaparecia rapidamente. Era o «terceiro homem».

No Hospital St.ª Maria, para

onde foram transportados, declararam que também o outro tinha sido atingido, num braço, o que o obrigava a conduzir com uma só mão. A partir daqui, admite-se que este último marginal venha acair, igualmente nas malhas da Polícia.

Os delinquentes hospitalizados são Carlos Alberto Campos, sem profissão, e José Joaquim Passarinho.

Congresso de turismo

Com a participação de 800 delegados das principais correntes turísticas mundiais, vai realizar-se de 25 a 29 de Fevereiro, na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, o IV Congresso Internacional de Turismo da I. D. A. — International Association of Tour Operators — tema «I. D. A. — constrói para desenvolver», será subdividido em quatro secções: bicentário americano-Asta; estratégia de marketing no Atlântico-Norte, companhias aéreas e grupos de viagens na Europa; organismos oficiais. Como inovação, a I. D. A. promoverá em Lisboa um «travai show» no Hotel Ritz, a que o público terá acesso, e onde estará representada toda a indústria turística. Durante o congresso será também publicado um jornal diário.

Em ALJUSTREL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFE ALIANÇA

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE PORTARIA, VIGILÂNCIA, LIMPEZA E ACT. SIMILARES

(Antigo Sind. dos Contínuos e Porteiros)

COMUNICADO N.º 4

AOS TRABALHADORES PORTEIROS

Companheiro (a) Porteiro (a) :

Conforme a classe já por muitas vezes se pronunciou, vão-se realizar reuniões de Trabalhadores Porteiros para se debater assuntos referentes à actual Portaria e à futura, e para se analisar a Dinamização do Sector Porteiros. Assim, e conforme o quadro abaixo, vão-se realizar consoante as ZONAS DE HABITAÇÃO :

DIA

21	Algés e Miraflores	LIGA DE ALGÉS — Rua Ernesto Silva, 95
23	Campo d'Ourique	OFICINAS DE S. JOSÉ — Largo dos Prazeres a Cp. d'Ourique
24	Benfica e Sate-Rios	Salão de Festas do Bairro das Furnas
28	Lumiar	Acad. Joaquim X. Pinheiro — Alameda das Linhas de Torres
30	Alvalade e Areeiro	Anfiteatro de Eng. do Inst. Superior Técnico
3/2	Cascais e Oeiras	Bombeiros de Oeiras
4/2	Almada	Acad. Almadense — Rua Capitão Leitão
6/2	Setúbal	Capricho Setubalense — Largo da Misericórdia

Companheiro (a), comparece à reunião da tua ZONA e avisa os teus colegas de trabalho.

NÃO FALTES
SÓS NADA SOMOS — UNIDOS VENCEREMOS

A DIRECÇÃO

NOTA — TODAS AS REUNIÕES SÃO AS 21 HORAS

Racismo em Lisboa

Uma leitora do «D. L.» que tem um ligeiro sotaque cabo-verdiano e anda à procura de casa, leu um anúncio que lhe interessou e ligou para o número indicado — o 49470 — a fim de obter pormenores sobre a casa anunciada. Respondeu-lhe a proprietária dizendo que a renda era de 8.000\$00 mas... «as suas casas não eram para alugar a gente de cor».

Dito isto, e sem que a nossa leitora tivesse aberto a boca, a distinta proprietária mandou-a «para o diabo» e desligou o telefone.

CASA TRESPASSA-SE

FOTOGRAFIA OU PARA OUTRO RAMO, 2 BOAS MONTRAS, EM BOM LOCAL, NA BAIXA DA BA-NHEIRA. TELEF. 325864.

Geral

EFFECTIVOS ACTUAIS VÃO DUPLICAR

África do Sul
reforça exército regular

Sob a alegação de que a situação em Angola ameaça as suas fronteiras, a África do Sul reforça o seu exército regular que actualmente conta com 15 mil e 700 oficiais e peças, além de 90 mil reservistas capazes de entrarem imediatamente em operações. A mobilização parcial, decretada há dias pelo Governo de Pretória, deverá elevar este último número para 195 mil homens, o que corresponde à duplicação dos efectivos, e visa atingir aquilo que o director-geral dos Recursos da Defesa Nacional sul-africana, general Neil Webster, classifica como «eficácia máxima do dispositivo de defesa».

A questão do envolvimento sul-africano no conflito angolano está a ser examinado, desde ontem, numa reunião do gabinete do primeiro ministro John Vorster, preparatória dos trabalhos do Parlamento da África do Sul, que principiam depois de amanhã.

Esta sessão do Parlamento sul-africano vai decorrer paralelamente com os debates do Senado norte-americano, cujos trabalhos recomeçaram anteontem, com a tradicional mensagem ao país do Presidente dos Estados Unidos. As referências feitas por Ford ao caso angolano, estão a ser alvo de reacções dos senadores, sendo de destacar que mesmo a ala republicana mais conservadora se não permite um apoio franco à política presidencial.

Para o senador democrata William Proxmire, o apoio dado por Ford à intervenção americana em Angola demonstra que o presidente «nada compreendeu acerca dos erros da guerra no Vietname».

Os novos debates do Senado deverão ser desde já animados por novas revelações sobre o apoio concedido pela C.I.A. à F.N.L.A., via Zaire, as quais demonstram que o montante das

verbas deslocadas foi, afinal, superior aos 25 milhões de dólares inicialmente anunciados. Com efeito, está já demonstrado que a Agência Central de Informações (C.I.A.) subvalorizou o custo das armas americanas enviadas para Angola, numa tentativa para evitar críticas do Congresso.

Os procedimentos contabilísticos da C.I.A. permitiram à agência avaliar as armas por um valor consideravelmente inferior aos 25 milhões de dólares que a administração Ford já havia confessado ter dispensado. As fontes do Congresso não revelaram quanto havia sido gasto na realidade, dizendo apenas que vai muito além dos 25 milhões de dólares.

Novos elementos para o debate senatorial sobre Angola deverão ainda ser fornecidos por Mark Edward Moran, membro daquele órgão legislativo, que actualmente se encontra em Luanda, onde já foi recebido pelo primeiro-ministro Lopo do Nascimento.

Moran chegou no domingo à capital da República Popular de Angola com o objectivo de se «informar in loco, sobre diversos pontos, e em particular sobre a política externa da R.P.A.».

Nas reuniões que o senador americano deve ter em Luanda, serão estudados ainda certos contenciosos económicos e, em particular, o problema da «Gulf Oil», que explorava jazidas de petróleo em Cabinda.

FORA DE QUESTÃO
O CESSAR-FOGO

José Eduardo dos Santos, ministro da Informação da R.P. de Angola, falando em Helsinquia após uma cessão de emergência do Conselho Mundial da Paz, afirmou, categoricamente, que «está fora de questão o estabelecimento de um cessar-fogo com a F.N.L.A. e U.N.I.T.A.», porque o povo

de Angola, representado pelo M.P.L.A., está a defender a sua independência e integridade territorial contra tropas estrangeiras e mercenários».

O ministro da Informação angolano desloca-se seguidamente a Moscovo, onde é esperado a 24 ou 25 do corrente, depois do termo da visita que o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, inicia hoje à capital soviética.

Entretanto, Jonas Savimbi, presidente da U.N.I.T.A., encontra-se presentemente em Kinshasa, após conversações realizadas em Lusaca com o presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda. Na capital zambiana, Savimbi efectuou contactos ao mais alto nível, sendo provável que se tenha avistado também com o ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia, Munyua Waiyaki, que se encontrava na mesma altura em visita à Zâmbia. Embora não tenha sido publicado qualquer comunicado sobre as conversações, supõe-se que tenham versado pontos relacionados com a presente campanha desenvolvida por Kaunda, no sentido de forçar um acordo entre a U.N.I.T.A. e o M.P.L.A.

Boas Festas
dos Comandos

O Estado-Maior do Exército divulgou ontem o seguinte agradecimento do Regimento de Comandos:

«Na impossibilidade de nos dirigirmos pessoalmente a quantos gentilmente nos enviaram os seus votos de Natal e Ano Novo felizes, vimos publicamente agradecer o carinho que nos dispensaram nesta quadra festiva.

O Regimento de Comandos faz votos para que 1976 corresponda às esperanças dos portugueses.»

RECONHECE MELO ANTUNES

"Relações com Moçambique
têm passado por um período difícil"

«As nossas relações com Moçambique têm passado por um período difícil, também devido, segundo suponho, a certos problemas internos da vida política de Moçambique com os quais nós pouco temos a ver, visto que uma das constantes da nossa política externa é, de facto, a não ingerência nos assuntos internos de outros países e sobretudo quando são antigas colónias» — disse o ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes ontem à tarde à entrada para a reunião do Conselho de Ministros, falando aos jornalistas que o interrogaram acerca do assunto em questão. — «Existem, evidentemente, questões que derivam do facto de haver uma comunidade portuguesa importante em Moçambique, cujos interesses temos a obrigação de defender. Temos feito todas as diligências que é possível efectuar no campo diplomático, continuamos a insistir nessas mesmas diligências, e eu estou convencido de que, apesar de tudo acabaremos por encontrar plataformas de acordo».

Melo Antunes historiou brevemente a evolução do problema

ultimamente muito em foco, e principalmente explorado pelos sectores políticos da direita, designadamente através dos órgãos de informação que lhes são afectos. «Nós tínhamos um embaixador em Moçambique — disse; — houve problemas vários na vida interna da embaixada que aconselharam a sua retirada mas evidentemente que o aspecto formal está perfeitamente salvaguardado visto que nós temos uma Embaixada a funcio-

nar em Moçambique e um encarregado de negócios que é, de resto, uma pessoa bastante activa e dinâmica e que tem desempenhado perfeitamente as suas funções, que equivalham às de embaixador. Resumindo a situação actual: «Considero este assunto como secundário, não pode ser hiper-trofiado e está de resto a ser estudado no quadro geral de certas colocações e transferências, que tenho estado a estudar».

Intelectuais portugueses
visitam a R.D.A.

A convite da Associação Portugal-R. D. A. e do Comité D. D. R. — Portugal da Liga para a Amizade entre os Povos, da R. D. A., partiu para Berlim (República Democrática Alemã) uma delegação constituída pelos profs. Joel Serrão, Vasco Magalhães Vilhena e Luís de Albuquerque, maestro Fernando Lopes Graça, poeta Casimiro de Brito e pintor Marcelino Vespeira. A delegação

deverá observar a realidade socio política, económica e cultural da R. D. A. e contactar com altas personalidades da Cultura e da Ciência daquele país, inclusive os reitores das Universidades de Humboldt, Leipzig, Dresden e Rostock e ainda Institutos de Investigação Científica, a fim de desenvolver um intercâmbio cultural e científico entre os dois países.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores
da Construção Civil
do Distrito de Lisboa

PARALISAR PARA AVANÇAR

É nas acções práticas que a nossa classe manifesta a sua unidade de acção e firmeza em combater por objectivos justos e dignos de trabalhadores explorados que vêm na emancipação a meta final a atingir.

As formas de luta aprovadas no Encontro de Organizações de Trabalhadores ligadas à Construção Civil e Obras Públicas, no passado dia 10 na F. I. L. em Belém, constituíram sem sombra de dúvida o pulsar de uma classe que em lutar nada tem a perder, bem pelo contrário, é por acções decididas e firmes que levaremos a cabo e em triunfo a nossa justa causa — a saída do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical.

Os salários de fome que a maioria dos operários da construção civil está a receber neste momento, para além de serem só por si mais que insuficientes vêm-se agora agravados com a alta do custo de vida, o que leva a que milhares de famílias vejam reduzidas as suas possibilidades económicas de subsistência. O falso principio que o salvamento da crise da nossa economia se resolve continuando a espremer quem sempre foi espremido, assume agora a verdade nua e crua sentida por milhares de trabalhadores para quem o futuro se apresenta sombrio. Ao mesmo tempo que os nossos salários são desvalorizados pelo fraco poder de compra que a inflação e o custo de vida acarretam nos nossos gastos diários, desde os transportes até à comida, também no terreno da política, as forças da opressão avançam a passos largos com a intenção clara de suprimir a conta-gotas as liberdades e as conquistas conseguidas após o 25 de Abril, através de uma luta tenaz e persistente.

No campo sindical existem forças apostadas em dividir-nos, em pôr sindicatos contra sindicatos, trabalhadores contra trabalhadores e em lançar as mais baixas calúnias sobre alguns sindicatos, mas não nos podemos iludir pelo canto desses senhores. O que eles querem é enfraquecer e acabar com o movimento sindical, para melhor nos explorarem. Arrancar aos patrões capitalistas e exploradores o nosso Contrato Colectivo de Trabalho Vertical, não é só uma vitória para a Construção Civil, é também um exemplo que será seguido pelos nossos camaradas de outros sectores e profissões. Outra das ervas daninhas que crescem à nossa volta são aqueles que fazem o jogo dos patrões, incitando-nos a desistir da nossa luta. Em muitas obras surgiram papéis anónimos, espalhados durante a noite, talvez nos carros dos patrões, papéis esses que incitavam à não paralisação. No entanto, as centenas de moções e propostas aprovadas pelos trabalhadores em plenários realizados durante a paralisação, bem como a impressionante adesão que esta teve em Lisboa e no resto do País, demonstram bem que os trabalhadores sabem o que querem e porque lutam. A esses divisionistas e cobardes que fizeram e distribuíram tais panfletos, mais não ficou que o seu anonimato escondido por detrás de intenções escuras e antioperárias.

A Direcção do nosso sindicato não pode deixar de enviar uma grandiosa saudação de luta a todos os camaradas que souberam cumprir com a paralisação, que souberam aprovar moções de repúdio pelo congelamento da contratação, pela alta do custo de vida e o mais enérgico repúdio pela actuação do ministro do Trabalho Tomás Rosa, que fiel aos seus amigos patrões mais não faz que gastar o dinheiro do povo em conversatas com os capitalistas da C. I. P. e das Associações Patronais.

Estamos certos camaradas que a luta é dura mas há-de de ser nossa, custe o que custar. Atentos às provocações e fiéis ao espírito de unidade e combatividade que sempre demonstrámos, alcançaremos a vitória final.

VIVAM OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

VIVA A CLASSE TRABALHADORA

Lisboa, 21 de Janeiro de 1976

A Direcção

Trabalho

NOTAS OFICIOSAS

Do Ministério do Trabalho recebemos para publicação a seguinte nota oficiosa:

«Tendo sido dirigidas a este Ministério numerosas perguntas procurando saber do estado actual do trabalho em Coimbra, a propósito da emissão pelo secretariado da Intersindical Nacional, por via daquela delegação, de um telex, em 25 de Novembro de 1975, onde se dão instruções a elementos da União de Sindicatos local (nomeadamente «ir para as unidades militares progressistas, ir para os postos de comunicação (Rádio, Televisão e emissores regionais), ir para as centrais de água e energia», com palavras de ordem como «Contra o comando da direita da Região Militar de Lisboa», «Por um Governo ao serviço da «Revolução» e, «Apoio aos militares revolucionários», esclarece-se que tal inquérito foi transferido para o âmbito da sindicância à Secretaria de Estado do Trabalho, esperando-se para breve a sua conclusão.

O diferendo entre as entidades patronais e os trabalhadores do sector editor e livreiros é motivo para uma nota oficiosa do Ministério do Trabalho, que transcrevemos na íntegra:

«Dado o interesse de a opinião pública tem manifestado pelo diferendo existente entre os trabalhadores e as entidades patronais do sector de Editores e Livreiros, vem a Secretaria de Estado do Trabalho tornar público o seguinte:

«De acordo com o despacho do ministro do Trabalho de 19 de Dezembro de 1975, estão os serviços competentes deste Ministério a proceder ao estudo económico do sector de Editores e Livreiros visando apenas as cláusulas, suspensas neste despacho. Tendo em atenção os dados já disponíveis, e ainda os que se pretendem obter

das associações patronais e dos sindicatos representativos dos trabalhadores, espera esta Secretaria de Estado, apesar da complexidade que o assunto envolve, encontrar uma justa solução, com a celeridade possível, que tenha em conta as possibilidades económicas do sector em causa.

«Aproveita-se a oportunidade de esclarecer que, contrariamente ao afirmado num telegrama, publicado na imprensa e referente a este assunto, o Ministério do Trabalho não se comprometeu a qualquer prazo de cinco dias para a clarificação de determinadas cláusulas do C. C. T. dos Editores e Livreiros.»

A Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços remeteu-nos para publicação a seguinte nota oficiosa:

Perante a gravidade dos acontecimentos ocorridos em 15 de Janeiro no matadouro de Arrentela (concelho do Seixal), em que uma brigada da fiscalização económica foi sequestrada por um numeroso grupo de talhantes do concelho, os quais pretendiam com este acto fazer chantagem para que a fiscalização económica não actuasse no sector de carnes e permitisse aos talhantes a prática de preços arbitrários, a Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços torna público o seguinte:

«Foi remetido ao tribunal da comarca do Seixal um processo-crime em que são arguidos Manuel Francisco da Silva Costa e Adelino Baptista Portugal, entre outros, por crime de desobediência à autoridade, injúrias e cárcere privado.

2. A brigada de fiscalização económica da zona de Setúbal deslocou-se ao matadouro de Arrentela para a realização de diligências relacionadas com a investigação de um crime de especulação, e no local foi detida por um numeroso grupo de talhantes que exigiram que as brigadas da fiscalização económica não actuassem contra os talhantes encontrados em especulação, o que, obviamente, não podia ser aceite pelos fiscais.

Esta detenção só cessou graças à intervenção da Guarda Nacional Republicana.

3. É de salientar o apoio dado à brigada da fiscalização económica por várias comissões de moradores do Seixal, as quais, além da sua presença em protesto pela detenção da brigada, fizeram sentir à autoridade local o seu desejo de que fossem tomadas providências para que a brigada fosse liber-

tada.

4. Verificou-se que alguns dos arguidos, que já estão identificados, têm um cadastro de crimes de especulação e infracções antieconómicas.»

O Ministério do Trabalho divulgou a seguinte nota oficiosa sobre a luta dos trabalhadores do comércio retalhista:

«Por resolução do Conselho da Revolução de 27 de Novembro de 1975, a contratação colectiva foi suspensa, e, posteriormente, tal suspensão prorrogada pelo Conselho de Ministros até 29 de Fevereiro de 1976. Esta suspensão tem por finalidade permitir ao Governo adoptar as medidas necessárias a uma recuperação do poder de compra e, ao mesmo tempo, estudar uma política de salários, preços e rendimentos.

Entretanto, através de comunicados difundidos por alguns órgãos de Comunicação Social, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Lisboa anunciou uma paralisação do sector retalhista no próximo dia 21, das 15 às 17 horas, com encerramento dos estabelecimentos, caso o patronato não comparecesse no Ministério do Trabalho no passado dia 19 às 10 horas, para iniciar as negociações do respectivo contrato colectivo.

Na sequência desta tomada de posição, no dia e hora indicados, um grupo de trabalhadores do comércio retalhista compareceu neste Ministério pretendendo tirar partido da presença da RTP, efectuando uma entravista, com a intenção de imporem a negociação e exercerem pressão sobre o Governo, tentando impedi-lo de elaborar, em clima de paz social os estudos necessários para que possam ser publicados os diplomas legais que ponham em prática aquelas medidas. Se esta agitação aventureira lograsses impedir a elaboração deste estudo e a sua aplicação prática, deste facto, apenas beneficiariam as forças da direita. Será isto que os trabalhadores do comércio retalhista querem? Por enquanto mantemos a dúvida. Mas não toleraremos por muito mais tempo estas manobras objectivamente reaccionistas. Pela sua parte, o Ministério do Trabalho reafirma que a negociação deste contrato colectivo como de outros tanto ou mais importantes será retomada de acordo com uma linha justa e correcta e de defesa dos interesses dos trabalhadores, após o termo da suspensão da contratação colectiva, em curso.»

Assim vai a sindicância à Secretaria de Estado do Trabalho

Circula pelo Ministério do Trabalho um questionário convidando os funcionários a responder a várias perguntas sobre o funcionamento daquele departamento de Estado durante o tempo em que o dirigiu o major Costa Martins. Uma vez respondido, o questionário será peça da sindicância levantada à Secretaria de Estado do Trabalho.

A anteceder as perguntas, pode ler-se uma «observação importante», na qual, nomeadamente, se avisa que «a tudo devem os questionados responder com a certeza de que não se desconhece que uma generalidade de funcionários cometeu erros e irregularidades». E mais: «que um certo nível de faltas devidamente reportadas e compreendidas na época do cometimento não pode esperar máxima brandura por parte dos seus apreciadores.»

Depois destes avisos, dá-se conta do intuito de proceder à «fixação de factos, acontecimentos, ocorridos no âmbito da Secretaria de Estado do Trabalho que apontem, indiciem, revelem ou encerrem

ilícitos ou irregularidades financeiras, disciplinares, criminais». Deixando claro que o questionário visa essencialmente a actuação dos empregados públicos «e o funcionamento dos serviços integrantes da Secretaria de Estado do Trabalho criada após a Revolução-1974 e um tanto a acção de governantes», a «observação importante» continua: «A cautela, acentua-se que a todo o empregado público a todo o cidadão assiste o poder-dever de revelar às instâncias superiores quaisquer irregularidades concernentes aos serviços públicos». Explana este conceito, manifestando o seguinte desejo: «também não queremos que se não extravase o âmbito da própria sindicância, pelo que se deve endereçar autonomamente ao senhor ministro do Trabalho tudo aquilo que não concerne aos serviços da Secretaria de Estado do Trabalho».

Feita esta recomendação, os questionados são então convidados a «referir» coisas várias. Logo de início, «tudo quanto conheça ou saiba em termos de se poder controlar aquilo

que de ilegal ou irregular, de favoritismo ou perseguição, de comprometimento ou abstenção, de obstrução ou de boicote, de coacção ou de constrangimento fizeram ou geraram por ocasião do desempenho das suas funções:

1) — O major Costa Martins, enquanto ministro do Trabalho; 2) — O lic. Carlos Carvalhas enquanto secretário de Estado do Trabalho.

«Refira no mesmo estilo» — segue o questionário — «quanto saiba ou conheça acerca do modo ineficaz ou irregular como trabalharam» (sublinhado nosso) as pessoas que compunham os gabinetes de Costa Martins e de Carlos Carvalhas, o lic. Barros Moura, o lic. Eugénio Rosa, o lic. Rui Pinto e o lic. Joaquim Correia.

Depois disto, os questionados são convidados a referir, sempre «no mesmo estilo», outras coisas prepotências, rispidez, métodos antidemocráticos, venalidades, corrupções, subornos, faltas, ao serviço, «irregularidades consumadas (sic) em relação a processos», usos indevidos de veículos oficiais, dispêndio de dinheiros públicos, etc.

PORTO

Trabalhadores do comércio ameaçam boicotar eleições

Pode vir a realizar-se dentro de pouco tempo um plenário de sindicatos a nível nacional, com vista a consagrar formas de luta unitária contra o congelamento dos contratos colectivos de trabalho e o aumento galopante do custo de vida, conforme foi anunciado durante um plenário de trabalhadores do comércio.

O congelamento da contratação colectiva a alta do custo de vida foram os temas dominantes da reunião, tendo-se afirmado ser uma traição aos trabalhadores tal congelamento, numa altura em que os bens de consumo estão a aumentar assustadoramente. Foram aprovadas várias moções, entre as quais uma de apoio aos trabalhadores agrícolas pela aplicação da lei da Reforma Agrária. Foi ainda sugerido o boicote às eleições de Abril, se, até ao próximo dia 1 de Março, não for revogado o decreto que congela a contratação.

Relativamente à acção da Direcção Geral de Fiscalização das Actividades Económicas, manifestou-se estranheza pelo facto de existirem no Porto apenas 42 agentes de inspecção, para as vinte mil empresas comerciais existentes no distrito. «Se compararmos isto a milhares de agentes da P.S.P. e da G.N.R. veremos logo a diferença...», salientou um dirigente sindical, acrescentando: «Lamentamos que os ins-

pectores actuem mais sobre os pequenos e médios comerciantes, em vez de actuarem sobre os grandes grossistas».



PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL MOÇÃO

- Considerando a fraca participação na reunião hoje realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul e, por este convocada para se discutir o problema do C. C. T.
- Considerando que a maioria dos trabalhadores das Tinturarias e Lavandarias continuam muitos deles, a ganhar salários de miséria, nem o 1.º salário mínimo de 3.300\$00 ganham.
- Considerando o crescente aumento de custo de vida.

DECIDEM:

- 1.º — Que a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, convoque uma nova reunião para o dia 23 de Janeiro às 21 horas na sua sede, a fim de se fazer uma discussão muito mais ampla, a qual será precedida de uma grande mobilização.
- 2.º — Que nessa reunião seja aprovado um processo de luta que faça pressionar o Ministério do Trabalho a:
 - a) Fazer sair uma portaria com as cláusulas aprovadas até à altura do rompimento das negociações.
 - b) Fazer com que os patrões sejam obrigados a cumprir o referido em a) e o salário mínimo actual, mesmo nas empresas com menos de 10 trabalhadores.
 - c) Fazem convocar as partes (Sindicato e Associação) para a mesa das negociações com o fim de se chegar a um acordo com as 22 cláusulas já acordadas.

TODOS A REUNIÃO DO DIA 23 DE JANEIRO!
A LUTA CONTINUA!
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA!
MORTE AO FASCISMO E A QUEM O APOIAR!
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Lisboa, 14 de Janeiro de 1976.

PELA DIRECÇÃO (Illegível)

CURSOS

- DACTILOGRAFIA
- MECANOGRRAFIA

Perfuração/Verificação

Sistemas: IBM e UNIVAC
Início dos cursos: 23 Janeiro
Informações e Matrículas no
EXTERNATO CONTINENTAL
Telef. 32 56 52
Rua do Arsenal, 100 - 1.º

Em ALVERCA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA FERREIRA Rua Manuel Maria, Vieira, 7

SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS-ARTES

CICLO CINEMATOGRAFICO

Integrado na exposição

PENA DE MORTE, TORTURA E PRISÃO POLÍTICA

organizado com a colaboração de

DIRECÇÃO-GERAL DA ACÇÃO CULTURAL CINEMATECA NACIONAL

- 5.º programa — 21 de Janeiro de 1976 — 18.15
«Bronenosets Potyomkin» («Coração Potyomkin») Sergei Eisenstein — União Soviética, 1925
- 6.º programa — 21 de Janeiro de 1976 — 21.30
«La Tierra Prometida» («A Terra Prometida») Miguel Littin — Chile, 1973
- 7.º programa — 22 de Janeiro de 1976 — 18.15
«La Tierra Prometida» («A Terra Prometida») Miguel Littin — Chile, 1973
- 8.º programa — 22 de Janeiro de 1976 — 21.30
«Shanghai» B. Muel, C. Vidal e S. Scialon — França
«Classe de Lutte» Grupo Medvedkin — França, 1969
«Las Hurdes — Terresans Pain» Luis Buñuel — Espanha, 1932
- 9.º programa — 23 de Janeiro de 1976 — 18.15
«Shanghai» B. Muel, C. Vidal e S. Scialon — França
«Classe de Lutte» Grupo Medvedkin — França, 1969
«Las Hurdes — Terresans Pain» Luis Buñuel — Espanha, 1932
- 10.º programa — 23 de Janeiro de 1976 — 21.30
«Intolerance» («Intolerância») David Wark Griffith — Estados Unidos, 1916

Este programa pode ser alterado por motivos imprevistos
ENTRADA LIVRE

BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS PARA HOMENS E SENHORA

TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções
Av. João XXI, 52 — Rua da Lapa, 13, 25 C — LISBOA

Trabalho

Esclarecimento do cap. Tomás Rosa

«Ao abrigo do artigo 16 da Lei de Imprensa», o ministro do Trabalho solicita-nos a publicação da seguinte resposta às afirmações contidas em dois artigos publicados nesse jornal e que reputa contrárias à verdade dos factos e ao teor da nota oficiosa emitida por este Ministério em 12/1/76:

1.º — No primeiro artigo publicado em 13/1/76, sobre o título «Direcção dos Químicos analisa intervenção do Ministério», pode ler-se em dado passo o que a seguir se transcreve: «Alguns membros da ex-direcção foram mesmo detidos, por segundo a nota oficiosa, esses dirigentes estarem li-

gados à C.I.A., e da sua implicação nas movimentações spinolistas de 11 de Março etc.

Ora, esta redacção bastante equivocada — não sabemos se por gralha se por intenção reservada de deturpar o verdadeiro sentido da nota oficiosa — não corresponde de forma alguma ao que está escrito na referida nota.

De facto, o que foi afirmado é que o Ministério do Trabalho reconhece que houve responsabilidade sua (motivada pela publicação das notas oficiais do ex-ministro Costa Martins) na campanha de calúnias e insinuações torpes movidas pe-

los órgãos de Comunicação Social contra os dirigentes dos Químicos. Entre essas calúnias estão as que vêm referidas no jornal, como se fossem repetidas ou caucionadas pela nota oficiosa.

2.º — Seguidamente, o articulista insinua que a intervenção do Ministério do Trabalho no caso do Sindicato dos Trabalhadores Farmacêuticos se tratou de uma ingerência. Porém, como aliás ficou bem vincado na nota oficiosa, esta intervenção realizou-se «in extremis» não para apoiar determinado grupo de sócios que pretendia a direcção eleita democraticamente mas, sim, para repor os corpos gerentes eleitos no exercício normal das suas funções, em virtude de terem sido impedidos de o fazer pela força (inclusive dum grupo de civis armados).

3.º — Do segundo artigo publicado em 14/1/76 e intitulado «A cerca de um ano o actual Ministro do Trabalho dirigiu o inquérito aos «químicos», respingamos a seguinte frase: «O inquérito oficial instaurado há cerca de um ano para esclarecer os acontecimentos ocorridos durante o período eleitoral, para os corpos gerentes do Sindicato dos Químicos, e que ontem o Ministério do Trabalho, numa nota oficiosa, acusou de ter enfermado de irregularidades, foi orientado pelo actual ministro do Trabalho».

Esta afirmação de que o inquérito aos acontecimentos verificados no Sindicato dos Químicos de Lisboa «enferma de irregularidades» é completamente incorrecta. Como é que se pode compreender que o actual ministro do Trabalho, que dirigiu esse inquérito e que agora publica as suas conclusões em nota, oficiosa, venha fazer tal afirmação?

De facto as «irregularidades» de que falou na nota oficiosa foram as que diziam respeito «à colocação do sindicato sob controlo de dois oficiais das Forças Armadas, que chegaram a dirigir uma «comissão eleitoral», à marcação de eleições sindicais e seu regulamento por portaria ministerial e ainda à participação que esteve na origem da prisão dos

dirigentes pelo Copcon». Todas estas decisões são da responsabilidade inequívoca do ex-ministro Costa Martins, as quais exarou em documentos assinados pelo seu punho e que constam do processo.

O presidente da Comissão de Inquérito, capitão Tomás Rosa, não tem qualquer responsabilidade nestas decisões, pela simples razão de nem sequer as ter proposto. A sua participação neste caso limita-se à direcção da equipa que elaborou o Inquérito, e que, ao fim e ao cabo, permitiu apurar a verdade dos factos e fazer justiça a quem tinha direito a ela.

4.º — É bom que se esclareça que o actual ministro nunca «orientou... os trabalhos da Assembleia Geral Eleitoral do Sindicato dos Químicos», como foi referido pelo articulista com a nítida intenção de comprometer o capitão Tomás Rosa nos graves acontecimentos que então se verificaram no processo eleitoral dos Químicos.

Quem presidiu à «Comissão Eleitoral» nomeada por despacho do ex-ministro Costa Martins foram os alferes Ceris e Ferreira. Estes oficiais eram da inteira confiança daquele e agiam em estreita ligação com ele, a tal ponto que estão actualmente detidos por implicação no golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro.

Sr. director: A publicação das conclusões deste inquérito foi feita a pedido tanto da actual direcção como da que foi deposta com a ajuda do meu antecessor. O facto dessas conclusões serem desfavoráveis a uma das partes em confronto não lhe dá o direito, nem a ela nem aos jornais que apoiam a sua posição, de recorrer à injúria, à mistificação da opinião pública, em suma, à baixa política.

Na esperança de contribuir para que, ao menos nos jornais do Estado, a verdade prevaleça sobre a mentira e a política democrática sobre a baixa política de tipo fascista, me subscrevo atenciosamente.

NR. — A carta do capitão Tomás Rosa aqui fica, sem prejuízo de ulteriores considerações que, naturalmente, ela nos merece.



COMÉRCIO RETALHISTA PARALISA

Os trabalhadores do comércio retalhista paralisam esta tarde, entre as 15 e as 17 horas, no sentido de pressionar a entidade patronal ao reatamento das negociações do contrato colectivo de trabalho.

Um representante da entidade patronal afirmou ontem na Televisão que não se podia ir de encontro à decisão do Conselho da Revolução no que diz respeito ao congelamento da contratação colectiva. Este um dos argumentos utilizados na nota oficiosa colectiva. Este é um dos argumentos utilizados na nota oficiosa do Ministério do Trabalho. Depois de acentuar que se tenta impedir a elaboração «em clima de paz social, os estudos necessários para que possam ser publicados os diplomas legais que ponham em prática aquelas medidas. Se esta agitação aventureira lograsses impedir a elaboração deste estudo e a sua aplicação prática, deste facto apenas beneficiariam as forças de direita. Será isto que os trabalhadores do comércio querem? Por enquanto mantemos a dúvida. Mas não toleraremos por muito mais tempo estas manobras objectivamente reac-

cionárias».

A paralisação é apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio. Algumas dezenas de trabalhadores, reuniram-se ontem à noite nas instalações da sede do Sindicato. Ficou decidido que se formará esta tarde, grupos de zona, distribuídos por Lisboa e arredores a fim de controlar o encerramento dos estabelecimentos. Esses grupos serão constituídos por vinte trabalhadores, delegados sindicais, representantes das comissões de luta e do sindicato. Entretanto, amanhã, pelas 21 horas, no Pavilhão dos Desportos haverá uma reunião geral de trabalhadores na qual «serão discutidas novas formas de luta».

No comunicado do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, a direcção «apela para a população no sentido de que compreenda e apoie esta justa luta, já que o horário adoptado tem em vista causar o mínimo prejuízo ao público consumidor».

O contrato colectivo vertical do ramo retalhista abrange 42 mil trabalhadores, e no qual participam 13 sindicatos.

Em ÁGUEDA, o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na Agência Conde — Rua Luis de Camões

Governo Civil adverte manifestantes do Rossio

Semana de 40 horas, aplicação do controlo operário, e fim do congelamento da contratação colectiva, são os temas centrais da manifestação convocada para hoje, no Rossio, pelas 18 e 30, por iniciativa do «Secretariado Nacional das Comissões de Trabalhadores» e das comissões de luta de certas empresas, com o apoio de sete direcções sindicais.

Algumas organizações representativas dos trabalhadores têm desmentido, nos últimos dias, qualquer responsabilidade na convocatória da manifestação, à qual apareceram associadas nos comunicados iniciais daquele «Secretariado». Estão neste caso as Comissões de Trabalhadores da Sociedade Central de Cervejas, que consideram «abusiva» a sua inclusão na convocatória.

Entretanto, a D.O.R.L. do Partido Comunista, em comunicado, manifesta a sua «estraneza ao verificar que as reivindicações que servem de base à convocação desta manifestação se afastam completamente dos objectivos mais sentidos pelas amplas massas trabalhadoras, e que ficaram bem expressos na moção aprovada

por mais de 100 mil trabalhadores da região de Lisboa e de Setúbal na grandiosa jornada de luta no sábado passado, no Estádio 1.º de Maio».

Alerta ainda o P.C.P., a este propósito, para «a necessidade de se saber isolar iniciativas ou projectos divisionistas que desviem as massas trabalhadoras da luta pelos seus verdadeiros interesses. Iniciativas ou projectos que, além do mais, se podem prestar a perigosas provocações».

Entretanto, o Governo Civil do distrito de Lisboa divulgou um comunicado em que, mais uma vez, «chama a atenção de todos os cidadãos e organizações para a necessidade do rigoroso cumprimento da lei que regula o exercício do direito de reunião, nomeadamente através de comícios e desfiles na via pública». Quanto à projectada manifestação, adianta o Governo Civil que «não foi feita a participação, nos termos legais, pelo que os seus anónimos promotores e quantos nela pensem eventualmente participar devem ficar cientes de que, com tal procedimento, se poderão ver colocados em posição de ilegalidade».

Baldios retornam à "posse" dos povos

A entrega dos terrenos baldios às comunidades que deles foram desapossadas pelo Estado fascista, foi decidida e publicada na folha oficial, sob a forma de decreto-lei do Ministério da Agricultura e Pescas.

Este diploma legal contém «os fundamentos de uma política de Reforma Agrária orientada para objectivos sociais precisos, entre eles a destruição do poder dos grandes agrários e estímulo às formas locais e directas de expressão e organização democráticas, que permitirão aos trabalhadores do campo avançar no controlo do processo produtivo e dos recursos naturais».

O Decreto-Lei n.º 39/76 do Ministério da Agricultura e Pescas divide-se por 20 artigos que explicitam as condições em que se processará a devolução dos terrenos, sendo desde já atribuída a resolução de quaisquer dúvidas a futuro despacho do titular daquela pasta.

Assim, de acordo com o texto agora publicado, «são devolvidos ao uso, fruição e administração dos respectivos compartimentos, nos termos do presente diploma, por cujas disposições passam a reger-se, os baldios submetidos ao regime florestal e os reservados ao abrigo do

n.º 4 do art.º 173.º do Decreto-Lei n.º 27 207, de 16 de Novembro de 1936, aos quais a Junta de Colonização Interna não tenha dado destino ou aproveitamento».

Por outro lado, o Decreto-Lei 40/76, ontem publicado define «um baldio como um terreno insusceptível de apropriação individual, usufruído colectivamente por uma comunidade segundo o direito que lhe é conferido pelos usos e costumes e que a cada geração compete transmitir, sem perda de usufruto, às gerações que se lhe seguem».

Neste diploma salvaguardam-se os casos em que o aproveitamento do terreno baldio teve em vista edificações, realçando-se a constituição de Comissões de representantes dos povos e do Estado que, presididas pelo juiz de comarca, julgarão segundo a equidade, as questões ligadas à recuperação dos baldios.

Num artigo determina-se que «os actos ou negócios jurídicos que tenham como objecto a apropriação de terrenos baldios por particulares, bem como as subseqüentes que não foram nulas, são, nos termos do direito, anuláveis a todo o tempo».

S. R. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS INSTITUTO DE APOIO AO RETORNO DE NACIONAIS AVISO

Avisam-se todas as firmas e entidades que as facturas relativas ao ano de 1975 deverão ser entregues impreterivelmente até 30 de JANEIRO, inclusive, no antigo Palácio Sotto Mayor, Rua Martens Ferrão (defronte do Cinema Mundial).

O pagamento de toda a documentação referente a 1975, entregue depois da data fixada, só poderá ser considerado por exercícios findos.

Lisboa, 19 de Janeiro de 1976.

O DIRECTOR DO INSTITUTO DE APOIO AO RETORNO DE NACIONAIS

Fernando Cardoso do Amaral
Major

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE, PAPEL, CARTÃO CANELADO, SACOS DE PAPEL E AFINS DOS DISTRITOS DE AVEIRO, BRAGA E VISEU

Sede em PAÇOS DE BRANDÃO — Telef. 96 71 26

MOÇÃO

Os Delegados Sindicais deste Sindicato reunidos extraordinariamente no dia 16/1/76 pelas 18 horas, decidiram exigir do Governo o descongelamento imediato da Contratação Colectiva e o reenício imediato da negociação do CCT Vertical iniciado no dia 25/8/75 que afecta 3565 trabalhadores abrangidos por este Sindicato.

Exigir a imediata convocação das entidades patronais para que assim se evite a tomada de uma prova de força pelos trabalhadores que a ninguém beneficiará.

Assina: Os Delegados Sindicais presentes.

Geral



«Em Outubro de 1930 parti para a U. R. S. S. com Louis Aragon e Elsa Triolet...»

Em 1954, a «História do Cinema Mundial» de Georges Sadoul é a pequena bíblia de todos os cinéfilos que leram com paixão a sua «História Geral do Cinema» em curso. Esta obra monumental chegou até 1920, a grande época do cinema mudo. E os leitores sentem-se impacientes por entrarem num mundo já mais próximo. Mas bruscamente Sadoul salta por cima dos anos 20 e 30 para publicar o «Cinema durante a Guerra» (1938-45).

É ele o primeiro a dar o balanço do cinema hitleriano (tema tabu), da gestação do neo-realismo italiano sob o fascismo. O primeiro a explorar, além das «grandes nações», dezoito países europeus e as Américas (sem os EUA). Surgindo nesse momento, o livro é o testemunho directo de uma época (e como tal se mantém ainda hoje). Que ele não é definitivo, sabe-o em consciência o autor. «Se o público sem esperar mais tempo — explica ele numa advertência — uma obra evidentemente imperfeita, é para chamar a atenção para o fenómeno capital e geralmente pouco desconhecido da multiplicação dos cinemas nacionais. É também para provocar (sobretudo nos leitores estrangeiros) cartas e notas que me permitam completar as lacunas e rectificar os meus erros numa eventual reedição». E, mais adiante: «Um filme não se consulta como uma obra impressa. Foi-me materialmente impossível rever todos os filmes de que falo, e, como a memória é infiel, tive de citar as minhas antigas críticas em várias reposições».

Homem modesto, o historiador sabia que sempre teria alguma coisa a completar, apreciações a rectificar. E que outros o ajudariam ocasionalmente a corrigir aquilo que precisava de correcção ou pegariam no seu facho. Foi muito fácil para os seus detractores pôr a nu «erros» e «lacunas» de que Sadoul tinha consciência, para minimizar a real importância de uma obra que nunca encontrou séria concorrência. Transformaram-na numa espécie de lenda, que não se mantém de pé perante trabalhos incansavelmente prosseguidos.

Até à sua morte, em 1967, Georges Sadoul não deixou de ver filmes, de escrever críticas, de publicar livros, como um «Dicionário dos Cineastas», um «Dicionário dos Filmes», um «Dicionário das Estrelas» (ainda inédito), um «Georges Meliè», um «Louis Lumière» e um «Dziga Vertov». Continuou a redigir — aperfeiçoando-a — a sua «História Geral». Sadoul tinha uma capacidade de trabalho fenomenal e era apaixonadamente curioso de tudo quanto acontecia no mundo do cinema. E, se lamentamos ter esperado tanto os volumes V e VI, é porque ele já não pode receber os nossos testemunhos de admiração e de amizade por tudo quanto ele nos dá na sua obra fundamental. Nem por isso se devem deixar no ouvido ou minimizar os recentes trabalhos de historiadores como Jean Mitry. Mas Sadoul foi o pioneiro.

O MÉTODO DO PIONEIRO

Nos anos que se seguiram à Libertação

só existia a «História do Cinema» de Bardeche e Brasillach, a história, sobretudo, dos gostos e dos ódios ideológicos dos dois autores. O interessante balanço mundial de Marcel Lapiere, «Les Cent Visages du Cinema» não teve grande audiência, desfavorecido como foi por uma apresentação num volume enorme, difícil de manusear, de consultar e que dorme hoje nas bibliotecas dos cinéfilos do pós-guerra.

Por que é que Sadoul é exemplar? Por que é que conheceu imediatamente — num domínio editorial tão aleatório — o êxito e uma reputação mundial? Primeiro porque desbravou o terreno, numa época em que as cinematecas ainda não estavam em pleno florescimento, em que os arquivos andavam dispersos, em que faltavam os catálogos exaustivos. O autor procurou um pouco por toda a parte uma massa enorme de documentos, que seleccionou e criticou.

Depois Sadoul amava o cinema, e a sua história. Reconheceu os testemunhos de homens do passado, ligou a «arte do cinema» aos costumes e



«Ao menos tive o prazer de ouvir no dia seguinte Paul Eluard...»

às sociedades. Este gosto pela história, aliado a poderosos dons de narrador, deu à leitura dos seus livros uma coloração muito especial. Por isso, a sua erudição nunca se tornou pesada.

Finalmente, e sobretudo, Sadoul inventou, para o cinema, um método histórico cuja

UMA VIDA PARA O CINEMA

estrutura é a análise marxista dos dados económicos. Em parte deve isso sem dúvida aos trabalhos, anteriores à guerra, de Leon Moussinac. Mas, também, sem dúvida, as suas próprias opções políticas o predispunham no mesmo sentido. O certo porém é que levou esta análise a um alargamento e

exemplo, como ele nos conta a primeira exibição em Paris do «Couraçado Potemkine», de Eisenstein, no Cineclube de França (o filme na altura era proibido pela censura):

«Recentemente chegado a Paris, em Novembro de 1926, ainda não tinha sido «admitido» no grupo surrealista

1930 parti para a URSS com Louis Aragon e Elsa Triolet. Éramos convidados como delegados franceses para o Congresso dos Escritores Revolucionários, que se reuniu em Khar'kov, em Novembro de 1930 com larga participação internacional. Aragon, já ilustre em França, estava perfeitamente qualificado

A IMPORTÂNCIA DE SE CHAMAR SADEUL

um rigor nunca desmentidos nos seis tomos da sua «História». Basta lê-los de ponta a ponta por ordem para nos apercebermos disso. Do artesanato das origens ao desenvolvimento industrial, da criação dos «trusts» de produção e distribuição capitalistas até à elaboração do «star system», do espectáculo de massas às dificuldades da criação «de autor», a revelação total das contingências económicas está subjacente nesta obra gigantesca onde surgem as guerras, as revoluções, as crises, as transformações das sociedades. Assim, apesar de algumas lacunas que Sadoul já não poderá preencher (os cinemas britânico e italiano após 1920, os cinemas fora da Europa e dos EUA), essa história, que se detém no limiar de 1930 e na invenção do sonoro, é a obra do século.

Mas algo mais se encontra nestes dois tomos da «Arte Muda» — é a juventude de Sadoul, as recordações das suas descobertas, da sua experiência vivida. Sadoul tem 20 anos em 1924. Em poucos anos é primeiro conquistado pelo surrealismo, depois pelo comunismo, que é a sua aprendizagem do «mundo real», a direcção dada, de uma vez por todas, ao seu futuro. Mais tarde, quando escreve sobre este período, é tanto testemunha como historiador. Vejamos, por

ta. Nos econtros de dois em dois dias do grupo, no Café Cyrano, ouvi falar com imenso interesse da exibição que devia realizar-se no cinema Artistic a dois passos dali. Mas não pude arranjar convite de entrada. Ao menos tive o prazer de ouvir no dia seguinte Paul Eluard e Louis Aragon contarem-me com profunda emoção na voz, a impressão inesquecível que os filmes lhes tinha deixado.

«Tornou-se a falar muitas vezes do «Potemkine» entre os surrealistas. Era essencialmente ao seu tema e à sua violência que os meus amigos de então rendiam homenagem. Nada se dizia sobre a forma, a montagem, a poesia, as metáforas, etc. E ninguém duvidava então de que o autor podia ter sido influenciado por correntes ou teorias de vanguarda, muito próximas, por vezes, das ideias surrealistas». (Tomo V, página 402).

Quando escreve na primeira pessoa, Sadoul retransmite a vibração da história tal como a recebeu. Esta recordação informa-nos sobre um certo clima intelectual parisiense, nascido em torno dum acontecimento cinematográfico estudado noutra obra (em profundidade), no contexto do ressurgimento histórico: a descoberta, na própria origem, dum filme de Dovjenko.

«Em Outubro de

como participante neste «plenário alargado», mas eu não — a minha actividade literária limitava-se então a alguns artigos publicados em diversas revistas de vanguarda. Já que nos encontrávamos na Ucrânia, pediram-nos uma noite que fossemos ver dois filmes ucranianos recentes, «A Terra» de Dovjenko, e «Primavera» de Mikhail Kaufman. «A Terra» causou-nos uma impressão muito profunda, de que são testemunho as duas estrofes do «Roman Inachevé» (1956), um dos romances mais bellos e mais populares de Aragon.

«Durante estes dias ucranianos, operou-se em nós uma profunda revolução, e, quando, em 1932, tivemos de optar entre o surrealismo e o comunismo, decidimo-nos pelo comu-

Cinema português em Cannes

Por despacho do ministro da Comunicação Social foi concedido um orçamento de 1000 contos à participação portuguesa ao Festival de Cannes para aluguer de um «stand». Pensa-se ainda que será alugada, durante uma quinzena, uma sala para exibição de cinema português naquela cidade.

«O Princípio de Sabedoria», de António Macedo, e «Os Demónios de Al-cácer-Quibir», de Fonseca e Costa, são as longas-metragens portuguesas concorrentes ao festival, que começa no próximo dia 12 de Maio.

Entretanto, e ainda no

nismo, mesmo pelo preço muito elevado dum ruptura om os nossos amigos mais queridos e mais íntimos». (Tomo VI, pgs. 506-507).

Esta história da arte muda, é pois, a ária dotemporeencontrado. Mesmo quando não é testemunhadirecta, Sadoul mantém-se fiel ao seu método: determinar as condicionantes

são acompanhados de puritanismo e de crises latentes. Estabelece-se um código de pudor e os escândalos de Babilónia comprometem ou arruinam certas carreiras: «Caligari» e «Les Trois Lumières» tiram a Alemanha do seu isolamento e contribuem para uma reconciliação cultural com a França. A

SADOUL

JACQUELINE PIATTIER



Hollywood atrai Greta Garbo: é a ruína do cinema sueco que começa

e consequentes económicas e sociais dum época. Não há aqui um mundo ou mundos fechados. As consequências da Primeira Guerra Mundial pesam sobre as nações vitoriosas como sobre as vencidas. Os «anos loucos» de Hollywood

França, essa, conhece as chamadas do «impressionismo», mas os cineastas da vanguarda estética isolam-se da realidade, enquanto Abel Gance realiza, como visionário, a epopeia de Napoleão Bonaparte. A realidade é a grande preocupação dum cinema soviético, que, no entanto, não desdenha as pesquisas formais. Carl Dryer evolui entre Copenhaga e Paris. O mudo é, então, uma linguagem universal, mas todo um jogo de interesses económicos, e, portanto, de concorrência se tece entre os países da Europa (excepto a Rússia Soviética) e os Estados Unidos. Hollywood arruna o cinema sueco em dificuldades, atraindo Maurice Stiller, Greta Garbo, Victor Sjostrom: a América importa» também alguns realizadores alemães... Murnan, Lubitsch.

Continua na pág. 12

A ESPANHA SEGUNDO RAMÓN NAVARRO

"Está a perder-se o medo de falar política"

Tenho 21 anos. Fui estudante e actualmente, tal como um milhão de espanhóis, sou um trabalhador em greve.

No ano de 1969, comecei a notar-se em Espanha uma tomada de consciência, por parte de alguns sectores da juventude, da falta de instrumentos adequados para apresentarem as suas reivindicações. O parágrafo inicial podia ter sido subscrito por milhares de jovens espanhóis, conscientes da situação económica, social e política que o seu país atravessa. A pessoa que nos disse essas palavras foi Ramón Navarro. Actual representante das Assembleia Democrática da Juventude na Comissão Permanente da Junta Democrática de Madrid, deslocou-se a Lisboa, para entrar em contacto com os meios de comunicação portuguesa. Na nossa conversa, focaram-se alguns aspectos relacionados com a problemática da juventude na actual situação política espanhola:

O Movimento Democrático da Juventude surgiu em Setembro de 1974 como uma organização política democrática, capaz de acolher aspirações e reivindicações, que, uma vez unificadas, se possam canalizar mediante um corpo de actuação com carácter orgânico. As dificuldades eram grandes, devido ao fenómeno da dispersão que se produzia entre os jovens. Não havia reivindicações juvenis específicas. A juventude tinha que integrar as suas reivindicações nas aspirações gerais da classe social a que pertencia. As tentativas de unificar forças políticas juvenis dos diferentes partidos políticos e organizações sindicais Juventudes Comunistas e Socialistas, Comissões Operárias Juvenís, etc., não tinham dado resultado nenhum. O que era patente é que a juventude tinha uma sensibilidade especial ante a acumulação de injustiças inerentes à estrutura fascista. Impunha-se uma luta directa da juventude, colocando os seus problemas próprios dentro do contexto geral da conquista das liberdades democráticas. O MDJ surgiu rapidamente, aproveitando-se os núcleos legais existentes: culturais, recreativos, desportivos, etc.

Sentindo-se marginalizados pelas próprias forças políticas actuaes sectores mais ou menos politizados da juventude dos anos 60 caíram no esquerdismo e inibiram-se mediante a droga, o álcool ou o sexo. Salvo os que se incorporaram nas fileiras de algum partido político, os mais felizes foram aqueles que consideraram ter-se «queimado» nos altares de uma boa causa. Jovens operários e estudantes que tiveram uma participação activa na luta política dos anos 64 a 68 ficaram depois à margem de toda a actividade, quando tomaram consciência de terem sido instrumentalizados por partidos políticos, que, com um desconhecimento bastante grande das realidades do interior do país, seguiam um activismo suicida que os fazia «estar na brecha».

Os que no ano de 1965 militavam em organizações da juventude viram na falta de independência política e económica e na carência de linhas de acção próprias os motivos de afundamento do movimento juvenil daqueles anos.

TRÊS REIVINDICAÇÕES BÁSICAS

O MDJ propôs-se inicialmente conseguir movimentações de massas juvenis em torno de três pontos básicos: amnistia, eleições livres e liberdades democráticas. A primeira reivindicação pela qual se mobilizou a juventude de Madrid foi a amnistia. Começou-se por apoiar o movimento «Justiça e Paz», da Democracia Cristã. Recolheram-se assinaturas e a acção culminou com uma manifestação no centro de Madrid na qual participaram uns 3500 jovens. A repressão que esse acto desencadeou levou à publicação de sucessivos comunicados. Com esta mobilização

vindo a unir ao MDJ, tais como a Junta de Delegados da Universidade ou as Comissões Juvenís de Bairro, entenderam que esta Assembleia era quem melhor representava, a nível geral, as aspirações da juventude madrileña. A Assembleia, por sua vez, nomeou-me como seu representante na J. D. M. em Março de 1975. Nas jornadas de luta de 3, 4 e 5 de Junho desenvolveram-se diversas acções por simpatizantes do movimento: piquetes de apoio à greve da construção civil contribuição para as tarefas de propaganda panfletos, tarjetas, inscrições. Realizou-se um comício público, no qual intervieram cinco oradores, perante

ENTREVISTA DE JUAN CASTELLANO

cos. Creio que o paternalismo desapareceu completamente nas estruturas políticas da esquerda. Há um reconhecimento pleno do valor da nossa organização, da nossa capacidade de mobilização. As nossas iniciativas e as nossas críticas são apreciadas a todos os níveis. É certo que nós, jovens, somos impulsivos e até temerários. Nas últimas acções de rua, temos visto os jovens na linha da frente, cortando o trânsito. Os operários manifestavam-se nas extremidades do trajecto. Quando a polícia nos dispersava, ficava a presença maciça dos operários. Temos melhores pernas para cansar os «grises» (policías).

Madrid já conheceu movimentos grevistas de grande envergadura. A satisfação de algumas das reivindicações apresentadas e uma boa dose de repressão fizeram relegar para segundo plano as exigências de tipo político que, normalmente, não eram satisfeitas. O presente movimento grevista de Madrid parece reunir características especiais.

Na actualidade vê-se que em Madrid a luta alcança proporções cada vez mais amplas. A nível operário, rompeu-se o marco estreito da fábrica para se sair à rua. Deu-se um salto qualitativo. Grandes sectores da população trabalhadora estão a assumir o carácter político da luta. A situação mudou muito em três meses. Está a perder-se o medo de falar em termos políticos, o que contribui para ampliar a consciência política. As greves de 1968 tiveram um carácter nitidamente laboral, basearam-se no prestígio e organização que as Comissões Operárias haviam alcançado. Quanto à repressão, naquela época o regime tinha as mãos mais livres. Agora encontra-se um pouco manietado pela imagem de renovação que pretende dar. Neste movimento grevista, assumindo-se o carácter político atinge-se outra dimensão. Aproveita-se a crise do Governo no seu dilema de tentar levar a cabo uma reforma sem convulsões evitando uma democratização efectiva. Por outro lado, o grau de unidade alcançado entre as forças democráticas não se conhecia naquela época. Há que ter em conta que o regime é incapaz de conceder as liberdades democráticas. Em princípio há liberdades que implicariam o desaparecimento do próprio sistema. Há que contar com o facto de a política oficial de abertura necessitar de uma representação mais selectiva nas bases do movimento democrático. O Governo contava com uma pausa mais prolongada, daí que peça incessantemente tréguas para poder dar provas da sua boa vontade. Estas vacilações do Governo permitem que novos sectores até agora indecisos entrem em luta. Lenine dizia que o momento culminante da luta se alcança quando a burguesia se encontra no transe de ter que fazer concessões para subsistir, e o proletariado apresenta uma frente cada vez mais ampla e pujante de luta, estando as classes médias vacilantes.

Continua na pág. 12



Ramón Navarro fala ao «Diário de Lisboa»: «A iniciativa das massas trabalhadoras é enorme. O moral é elevado.»

pró-amnistia, o Movimento alcançou um grande prestígio. O movimento de solidariedade com os presos políticos teve também grande destaque. Realizou-se uma campanha de porta a porta para recolha de livros, dinheiro, roupas. Esta campanha culminou com uma manifestação de 1500 jovens em frente da prisão de Carabanchel, no dia 6 de Janeiro de 1975, na qual se leu uma carta que os presos políticos dirigiram à Assembleia da Juventude, encorajando-a nas suas iniciativas. Estas acções deram prestígio suficiente ao MDJ para que este fosse aceite na JDM (Juventude Democrática Mundial). O conjunto de organismos específicos da juventude, ilegais, que se tinham

um grande número de assistentes. No dia 5 de Junho, convocou-se uma manifestação no centro de Madrid na qual participaram cinco mil jovens. As nossas fontes de financiamento provêm de algumas actividades legais e da recolha de fundos nas assembleias, comícios e manifestações. De momento, esses fundos chegam-nos.

O PATERNALISMO

Tal como noutros sectores, família, governo, etc., também nas nossas organizações políticas havia um paternalismo muito acentuado, que entravava as iniciativas e o desenvolvimento dos valores individuais que pudessem existir. Havia que respeitar os cabelos bran-

Geral

Ramón Navarro ao "D.L."



«Creio que o paternalismo desapareceu completamente das estruturas políticas da esquerda»

Continuação da pág. 11

A BURGUESIA DESAMPARADA

É lógico pensar que a burguesia espanhola se encontra um tanto desamparada, pois não pode já contar incondicionalmente com um aparelho policial repressivo. Além disso, não se sabe até que ponto as equipas dirigentes das grandes fábricas estão capacitadas para fazerem frente, por si mesmas, a uma greve e para negociarem com os operários de poder para poder. Poderia dizer-se que, em boa medida, o incremento alcançado pelo movimento grevista se deveu à incapacidade patronal, perante uma situação de conflito sem a polícia ao lado, pelo menos nos primeiros dias. Também há que contar com a falta de organizações operárias financeiramente capazes de enfrentarem

uma greve prolongada. Torna-se um pouco difícil prever a evolução dos acontecimentos.

A iniciativa das massas trabalhadoras é enorme. O moral é elevado. Seria possível vencer as dificuldades levantadas por falta de meios económicos das organizações operárias. Pode produzir-se uma paragem tática no actual movimento de greves. Torna-se necessário analisar cuidadosamente as conquistas obtidas, a actual correlação de forças e planejar novas acções tendo em vista os efectivos com que se conta. Sobretudo, há que ter consciência das contradições do regime e aproveitá-las ao máximo. A burguesia tem de se adaptar à nova situação, se quiser subsistir. Na realidade tem um mau aliado no Governo. O decreto-lei sobre o congelamento salarial tira capacidade de manobra à direcção das empresas.

VASCO CABRAL RECORDA O IRMÃO

"Se Amílcar fosse vivo seria o maior defensor do M.P.L.A."

«Vivemos hoje uma situação nova. Os nossos povos libertaram-se, conquistaram a sua independência, mas a luta continua e continuará até que não haja um só explorador, um só dominador estrangeiro a pisar o solo sagrado das nossas pátrias. É por isso que nós vamos cerrar fileiras e vamos manter toda a firmeza, desenvolvendo a maior solidariedade combativa em torno do M. P. L. A. e da República Popular de Angola», declarou Vasco Cabral, comissário de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação da República da Guiné-Bissau durante um convívio ontem realizado na reitoria da Cidade Universitária, em memória de Amílcar Cabral, fundador do Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde, assassinado pelas forças colonial-fascistas portuguesas, em Janeiro de 1973.

Vasco Cabral, depois de recordar a acção e o pensamento de Amílcar Cabral, afirmou que «neste momento, o nosso partido, o P. A. I. G. C., reafirma a sua inabalável decisão de dar todo o incondicional apoio ao M. P. L. A. e à República Popular de Angola, sob todas as formas possíveis e apela para todas as outras forças progressistas de Portugal e do Mundo para que manifestem, da forma que lhes for possível, essa solidariedade combativa e condenem, como nós, como a Frelimo e como o M. L. S. T. P., a bárbara e inqualificável agressão estrangeira perpetrada pelas forças racistas da África do Sul, com a colaboração de fantoches e traidores africanos associados ao imperialismo».

«Se Amílcar Cabral fosse vivo, referiu, ele seria o maior defensor, o mais firme e o mais convencido da justa causa do



O fundador da Guiné-Bissau, sobre cujo assassinio passaram ontem três anos

povo angolano nesta hora difícil, e lutaria, com alma e coração, com toda a coragem, pelo justo reconhecimento da República Popular de Angola, sob a direcção do M. P. L. A. e de Agostinho Neto, como sen-

do tal facto o melhor que corresponde aos verdadeiros e profundos interesses do povo angolano e de África.»

«A melhor homenagem que hoje podemos prestar a Amílcar Cabral, conclui, é a de conti-

nuar a luta com firmeza, dentro do princípio da unidade, estudando com objectividade e espírito científico a realidade, com clareza nos nossos objectivos, e com maior fidelidade aos princípios que adaptamos na luta anticolonial e anti-imperialista. Unidos venceremos».

Durante o convívio em que estavam presentes, além de Vasco Cabral, o embaixador da República da Guiné-Bissau e o embaixador da U. R. S. S., além de outras individualidades, usaram ainda da palavra Rogério Paulo, presidente da Associação de Amizade Portugal Guiné-Bissau, Cilas Cerqueira, do Conselho Português para a Paz e Cooperação e um membro do C. I. D. A. C. (Centro de Documentação e Informação Anticolonial). (ANOP)

A memória do cinema

Continuação da pág. 11

HOLLYWOOD E OS FILHOS DA NEP

De facto, estes dois tomos (V e VI) são construídos à volta de dois grandes pólos de atracção: Hollywood-Babilónia (mais de metade do VI) e o cinema soviético (220 páginas repartidas entre os dois volumes). Sente-se que Georges Sadoul está fascinado por estes dois universos antitéticos: a expressão mais acabada do sistema capitalista aplicado ao cinema; a criação do cinema nacionalizado que tem de redescobrir tudo sobre as ruínas do tsarismo. Dum lado, as grandes companhias tentaculares anexando, engolindo, digerindo as pequenas empresas rivais, impondo as estrelas — Douglas Fairbanks, Mary Pickford, Valentino, Garbo e

uma ideologia romanesca — e submetendo os realizadores mais ambiciosos à ditadura artística dos «producers» (o caso de Stroheim é magnificamente evocado num capítulo que é também uma monografia). Do outro, uma nação que a revolução e a guerra civil deixaram exangue e onde a Nova Política Económica (NEP) traz um fervilhante criador ao serviço do Estado, da reconstrução do comunismo.

O cinema soviético dos anos 20 era, ou quase, desconhecido, à excepção de alguns grandes nomes. Sadoul ilumina este campo objectivamente e numa maneira magistral, como que para ilustrar esta frase de Lenine tantas vezes citada: «De todas as artes o cinema é para nós a mais importante»,

que ele coloca, aliás, no contexto duma conversa de Fevereiro de 1922 com Lunartchasky, comissário do povo para a Instrução Pública. Se recorda os começos de Pudovkine e de Dvojenko, se tem uma homenagem a Eisenstein com um estudo pormenorizado do «Couraçoado Potemkin», revela também o papel fundamental desempenhado por Protazanov, Evreinov, Kulechov, Vertov, Kaufman, Ermler, Kozintsev, e Trauberg, e os começos dos cinemas nacionais nas repúblicas soviéticas. Faz-nos «ver», de súbito, filmes ignorados. Não os exalta sistematicamente. Explica-os pelo seu meio, pelas estruturas duma sociedade, diferente no concerto internacional de então.

© «Le Monde»

Nicos Poulantzas falou da "Análise do Estado"

Perante um auditório repleto e atento, o marxista Nicos Poulantzas abordou ontem, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, «O Problema Actual da Análise do Estado».

Na sua primeira obra, «Poder Político e Classes Sociais», editada pela «Maspero» em 1968, Poulantzas através de uma análise profunda e sistemática das facetas dos «clássicos» deu uma resposta marxista global aos problemas que a teoria política enfrenta hoje.

Em «Classes Sociais no Capitalismo de Hoje», o professor universitário grego, que trabalha desde 1960 em Paris, aplicou o seu método de análise a situações concretas: a luta de classes que se desenrola no capitalismo monopolista.

A análise do «Estado Capitalista de Excepção», já feita em «Fascismo e Ditadura» para os fascismos «ideais» italiano e alemão é continuada na sua última obra «A Crise da Ditadura», editada no ano passado. Esta obra põe em relevo as características da «ditadura militar» portuguesa e as condições da sua queda.

Embora muitos o identifiquem com a escola «althusseriana», Poulantzas critica Althusser pelo seu «formalismo» e «abstracção». A teoria política marxista, abandonada pelo próprio pensamento marxista, com notáveis excepções como é o caso de Gramsci, continua

hoje a ter raríssimos continuadores de que Nicos Poulantzas é um dos mais importantes.

Amanhã, haverá uma nova conferência do professor de Vincennes subordinada ao tema «O problema Actual da Análise das Classes Sociais», às 20.30, no I. S. C. P. S. (Rua da Junqueira, 86).

Social-democracia portuguesa

Continuação da pág. 3

portugueses com alguma consciência de classe. A esquerda militar em Custóias, Caxias, etc. sairá logo que objectivamente se tornar inofensiva. Assim, tudo baterá certo. Mais ano, menos ano, teremos brilhantes resultados das contas nacionais publicados novamente pelo Instituto Nacional de Estatística, ao contrário dos vergonhosos resultados dos anos (da irresponsabilidade, demagogia, etc.) de 74 e 75.

A menos que a experiência demonstre que, mesmo assim, a economia não recupera. Porque a «compreensão» europeia é irremediavelmente lenta a manifestar-se, mesmo porventura contra o seu interesse. Porque os problemas estruturais da economia portuguesa são de

tal modo fundos e agravados por factores conjunturais e políticos de vária ordem (desemprego de retornados e desmobilizados, hiper-inflação, incapacidade do aparelho de Estado, etc.) que o mais diligente neocapitalismo poderá não ter meio de dar-lhes resposta minimamente satisfatória. Teremos então de passar por um modelo brasileiro — aliança de militares direita com tecnocratas eficientes e multinacionais não menos capazes de fazerem funcionar uma economia, à sua maneira, bem entendido?

Naturalmente que a resposta caberá aos mais directamente interessados, isto é, aos trabalhadores portugueses, sobretudo aos que tiverem amadurecido nas suas lutas a consciência de um caminho viável para o socialismo em Portugal.

Estrangeiro

Cidade libanesa ocupada por forças de esquerda

BEIRUTE, 21 — (R.) — Seis mil refugiados cristãos da cidade de Damour, tomada ontem por forças esquerdistas, abrigam-se hoje na vila cerca da de Saadiyat, situada perto, na esperança de serem evacuados.

Um informador do Partido Falangista, da direita, confirmando a tomada de Damour, afirmou ontem, à noite, que as forças esquerdistas estavam a incendiar a cidade, prevendo a perda.

Saadiyat, uma vila no litoral, a cerca de 20 quilómetros ao sul de Beirute, acha-se sob violento bombardeamento.

Entretanto, milhares de refugiados muçulmanos enfrentam a perspectiva medonha de tentarem refazer a vida, após serem expulsos pelos direitos das suas casas no «bairro de lata» de Quarantina, em Beirute. Após a sua expulsão do bairro, «suldozers» arrasaram todas as barracas e casas das casas do «bairro de lata».

Continuando ontem a luta em muitas partes do Líbano — notícias de todo o país indicam o total de mortos como andando à volta de 160 — um comandante dos guerrilheiros confir-

mou a noite passada que tropas palestinas tinham atravessado a fronteira do Líbano, vindas da Síria.

No entanto, fontes afectas aos guerrilheiros indicaram os efectivos como sendo os de um batalhão, cerca de 600 homens, enquanto direitos libaneses asseveraram que cerca de 8 000 soldados do Exército de Libertação da Palestina tinham entrado no Líbano.

O dr. George Habash, dirigente da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), uma organização marxista, disse que as tropas estavam a defender as massas palestinas contra um ataque «desencadeado por reacções libaneses visando liquidar a revolução palestina».

O ministro sírio dos Negócios Estrangeiros, Abdel Halim Khaddam, era esperado hoje em Beirute para fazer uma nova tentativa destinada a acabar com a guerra civil, que se trava há nove meses, segundo revelaram fontes oficiais.

AVISO DOS EUA

WASHINGTON, 21 — (R.) — Os Estados Unidos, preocupados com a intervenção de tro-

pas palestinas apoiadas pela Síria na guerra civil libanesa, avisaram todas as partes estranhas ao mesmo para não interferirem no conflito.

A Casa Branca recusou identificar os países contactados ontem, mas pensa-se que entre estes se incluíam a Síria e Israel.

Foi esclarecido também que Washington se oporia a uma divisão do Líbano.

O secretário de Estado Henry Kissinger, actualmente em Moscovo para conversações com dirigentes soviéticos, afirmou ontem que os Estados Unidos se oporiam a qualquer acção unilateral que pudesse expandir o conflito, e avisou que as lutas no Líbano podiam prejudicar as perspectivas de paz no Médio Oriente.

O principal receio de Washington parece ser que qualquer atitude hostil da Síria possa provocar Israel.

APELO DO CONSELHO MUNDIAL DA PAZ

HELSINKI, 21 — (F.P.) — A guerra civil no Líbano não é um combate entre cristãos

e muçulmanos, mas uma luta das forças «progressistas e patrióticas» contra as falanges fascistas reacţionárias que servem os interesses do imperialismo americano e do expansionismo israelita — declarou ontem o Conselho Mundial da Paz.

O Conselho apela para a realização de manifestações de «apoio ao Líbano» em todo o Mundo, e põe de sobreaviso Israel contra toda e qualquer ingerência no país.

«As falanges reacţionárias são responsáveis pela guerra civil», afirma o Conselho — e o seu objectivo é «defender os interesses do imperialismo americano no Médio Oriente, prejudicar a resistência palestina, apoiar a aplicação da «pax americana» de Kissinger na região e consolidar os privilégios políticos da reacção libanesa».

Ofensiva palestina no Norte do Líbano

BEIRUTE, 21 — (ANOP)

Forças regulares palestinas vindas da Síria avançaram hoje em direcção ao Monte Líbano depois de tomarem uma posição do Exército libanês, no que parece constituir uma acção para conquistar território antes da chegada duma equipa síria que discutirá um cessar-fogo.

Círculos libaneses oficiais anunciaram que mais 4.000 soldados palestinos entraram hoje no Líbano para se juntarem aos 4.000 que se encontram já no vale de Bekaa, a 40 quilómetros a leste de Beirute.

No Norte, uma força de 3.000 homens do Exército de Libertação da Palestina e milhares de membros da tribo Xiita avançaram pela região de Akkar, atacando postos policiais e passando

a controlar a maior parte da região desde Tripoli, até à fronteira síria, a 56 quilómetros.

Esta ofensiva parece destinar-se à conquista de posições pelas forças palestinas e de esquerda antes da chegada, prevista para hoje, do ministro sírio dos Negócios Estrangeiros, Abdel Halim Khaddam, e do chefe do Estado-Maior-General sírio, major-general Hikmat Chehabi, para discutir as condições do cessar-fogo com o presidente Suleiman Franjeh.

Entretanto, o ministro libanês do Interior, Camille Camoun, deslocou-se à capital para conferenciar com Franjeh, tendo divulgado um apelo para a intervenção imediata das Nações Unidas ou dos Estados Unidos.

Caleidoscópio

ESPECULAÇÃO

ROMA, 21 — (R.) — O mercado italiano de câmbios fechou hoje até novo aviso, a fim de defender a lira contra especulação, maciça, no meio de ansiedade, especialmente na Europa, acerca da crise governamental no país, que dura há duas semanas.

O primeiro-ministro interino Aldo Moro, cujo Governo caiu, este mês, devido ao Partido Socialista, declarou num comunicado, emitido às primeiras horas de hoje, que o Banco de Itália despendera 528 milhões de dólares (cerca de 14 784 000 contos), em 20 dias, para defender a lira.

O encerramento do mercado é uma medida temporária dependendo de um estudo da situação. Aldo Moro notou que a especulação contra a lira atingira proporções inaceitáveis.

GULF OIL

ROMA, 21 — (R.) — O antigo presidente da subsidiária italiana da empresa petrolífera americana Gulf Oil declarou numa entrevista publicada hoje nesta cidade que a companhia pagou mais de 600 000 dólares aos partidos Demócrata-Cristão e Socialista italianos entre 1969 e 1972.

A Gulf italiana pagou legalmente aquelas quantias a casas editoras controladas pelos partidos — declarou Nicolò Pignatelli numa entrevista ao semanário «Espresso».

A Gulf é a quinta maior companhia petrolífera nos Estados Unidos e Pignatelli é agora pre-

sidente das operações europeias daquela empresa.

DEFESA

WASHINGTON, 21 — (R.) — O presidente Gerald Ford enviou hoje para o Congresso um orçamento que, segundo disse, ajudaria a manter a economia dos Estados Unidos no caminho para uma recuperação segura e um orçamento equilibrado, dentro de três anos.

O orçamento para a defesa será aumentado em 9 por cento, em 1976.

O presidente propôs um orçamento recorde para a defesa de 100 mil milhões de dólares (cerca de 2 802 800 000 contos) e advertiu que as despesas militares poderiam ser

ainda maiores se falharem as conversações sobre limitações nucleares com a União Soviética.

AMNISTIA

QUITO, 21 — (ANOP) — O Governo militar equatoriano, da presidência do vice-almirante Alfredo Burbano, concedeu amnistia a 16 oficiais implicados no falhado golpe de Estado de 1 de Setembro de 1975 contra o regime do general Guillermo Rodríguez Lara.

Da lista dos amnistiados não consta o chefe da rebelião, general Gonzalez Alvar.

Os oficiais amnistiados são seis generais, quatro conéis, quatro tenentes-coronéis e dois majores.

PUB

AO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

MOÇÃO

Considerando que a condução dos destinos do País, neste momento, é totalmente favorável à burguesia exploradora dos trabalhadores portugueses;

Considerando que não foi para a situação que no momento os trabalhadores vivem, que militares patriotas e honestos e com o apoio de todos os trabalhadores, fizeram o 25 DE ABRIL;

Os delegados sindicais do Sindicato dos Ferroviários do Sul, reunidos em plenário no dia 13 de Janeiro de 1976, decidiram exigir:

- 1.º — O levantamento imediato da suspensão da contratação colectiva.
- 2.º — Que as dificuldades que o País atravessa sejam suportadas somente pelos capitalistas, não devendo ser aumentados os artigos de consumo corrente dos trabalhadores.
- 3.º — A libertação dos militares e trabalhadores presos, no 25 de Novembro, sob a falsa acusação de contra-revolucionários.
- 4.º — Que sejam reintegrados todos os homens progressistas saneados dos cargos que ocuparam até 25 de Novembro.
- 5.º — Que os órgãos de informação progressistas sejam restituídos à situação anterior ao 25 de Novembro.

NOTA: Aprovado por unanimidade.

Gás e bastonadas em Madrid contra manifestantes

MADRID, 21 — (R.) — Vários milhares de guardas da Polícia de Choque impediram ontem, à noite, a realização na capital espanhola de um comício da oposição em apoio de trabalhadores em greve e da instituição de liberdades democráticas em Espanha após o franquismo.

Jipes e carrinhas daquela força, com o apoio de canhões de água e polícia montada, apareceram em todas as ruas e praças centrais e fizeram um apertado cordão à volta do gabinete do primeiro-ministro Carlos Arias Navarro, junto do qual, os manifestantes se deveriam concentrar.

Pequenos grupos de transeuntes, que se reuniram pacificamente nos passeios para ver o que se passava, foram carregados à bastonada pela Polícia de Choque, de capacete de aço, que dispararam também bombas de fumo e granadas de gás lacrimogénico.

A certa altura, cerca de 3000 manifestantes conseguiram formar um cordão, dando as mãos uns aos outros, e gritar «abaixo o controlo dos salários» e «amnistia» antes de serem feitos dispersar pelas granadas de gás lacrimogénico.

Outros milhares efectuaram manifestações mais pequenas noutros locais quando viram que não podiam chegar até junto do gabinete do chefe do Governo.

EXIBIÇÃO DE FORÇA

O comício foi organizado pela Junta Democrática, dominada pelos socialistas, em desafio de um comunicado da Polícia dizendo que era ilegal e que todas as medidas necessárias seriam tomadas para impedir a sua realização.

Destinada pela oposição a ser uma exibição de força, o comício transformou-se sim numa exibição de força por parte do Governo. Um helicóptero da Polícia, equipado com um holofote, pairou sobre o centro da cidade, apontando a luz para

as concentrações de manifestantes. Apareciam, logo a seguir, jipes, com as sireias a tocar e cheios de guardas.

Quando os jipes paravam, travando bruscamente e fazendo chiir os pneus, polícias de choque saíam deles e começavam logo a atacar à bastonada manifestantes, transeuntes e jornalistas, não fazendo distinção, e perguindo-os pelas ruas laterais.

O professor Ramon Tames, um distinto economista e dirigente da Junta Democrática, escondeu-se atrás de uma árvore quando os manifestantes eram dispersados pelo gás lacrimogénico. «Não podemos realizar um comício pacífico nestas condições» — observou.

BARDEM AGREDIDO

Um colega seu na comissão central da Junta, o director cinematográfico Juan Antonio Bardem, que produziu «A morte de um ciclista», uma das películas mais famosas da Espanha após a Guerra Civil, esfregava as costas ao fugir, correndo, por uma travessa.

«A Polícia agrediu-me à bastonada quando comecei a afastar-me» — disse. «Nitidamente, o Governo teme manifestações cívicas».

O comício tinha como fim ser um dos pontos culminantes do movimento grevista em Madrid, que envolveu cerca de 200 000 trabalhadores desde o fim das férias do Natal e conduziu à mobilização pelo Governo dos ferroviários e do pessoal dos correios, a fim de seevitarem paralisações nesses serviços essenciais.

Entretanto, não mostravam indícios de abrandar as greves selvagens entre empregados das companhias de seguros edos bancos, enquanto os metalúrgicos continuam a paralisar o cinturão industrial à volta de Madrid.

Fontes sindicais anunciaram

que a agitação alastrada a Barcelona, a segunda maior cidade de Espanha, onde cerca de 20 000 metalúrgicos e 9000 empregados bancários se encontram em greve.

PARECENÇA COM O REGIME DE FRANCO

NOVA IORQUE, 21 — (R.) — A Espanha deve apressar-se a reconhecer os direitos do seu povo, especialmente os dos trabalhadores, se deseja ser admitida no Mercado Comum Europeu — diz hoje o «New York Times» num editorial.

O jornal critica especialmente a maneira como o Governo enfrentou recentes greves de trabalhadores dos correios e dos caminhos-de-ferro desde que o rei Juan Carlos substituiu no Poder o falecido general Franco.

«O que é preocupante é que o regime do soberano nas últimas semanas, começou a parecer-se com nada menos que o regime do general Franco» — afirma o editorial.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALO-MECÂNICA DO DISTRITO DE LISBOA

Convocam-se as Comissões de Trabalhadores de todas as empresas metalúrgicas em autogestão ou cooperativas em formação, com problemas de credenciais, para uma reunião a realizar dia 22 de Janeiro, às 17 horas, nas instalações do Sindicato dos Rodoviários, Av. Visconde de Valmor, 34-1.º Lisboa.

NOTA: Devido ao condicionamento das instalações solicitamos que compareçam apenas dois elementos de cada comissão.

Pe/A DIRECÇÃO

Espectáculos

Concurso RTP

Entrega de originais acaba hoje

Após ter sido prorrogado por dois dias, acaba hoje, às 18 horas, o prazo para entrega de originais de canções concorrentes ao Festival da RTP, que este ano toma a designação de «Uma canção para a Europa».

Entretanto, no dia 29, os compositores e autores das canções seleccionadas reunir-se-ão com representantes dos sectores da RTP, responsáveis pelo programa «Uma canção para a Europa», para procederem à indicação dos orquestradores ou arranjadores das referidas canções, e sorteio da ordem de apresentação das canções na primeira transmissão.

Como se sabe, serão seleccionadas de oito a dez canções, por um júri de selecção constituído por onze elementos estranhos aos quadros da RTP.

SELECÇÃO DAS CANÇÕES

Os originais serão seleccionados de acordo com as seguintes regras:

O júri apreciará as canções concorrentes ouvindo as respectivas gravações e classificá-las-á, tomando em consideração não só a qualidade musical e literária da canção como o perfeito ajustamento da letra à linha melódica e estilo do intérprete.

O intérprete ou como seu delegado o maestro director da orquestra, assistirá às reuniões de apuramento final de selecção; contudo, não terá direito a voto.

O júri de selecção, na primeira reunião, decidirá qual o sistema de votação a adoptar para o apuramento das canções.

Depois de se conhecerem as canções apuradas e se proceder à abertura dos respectivos sobrescritos, o júri de selecção verificará se os concorrentes seleccionados estão nas condições requeridas pelo regulamento. Caso contrário, a respectiva canção será desclassificada passando a estar seleccionada a canção imediatamente mais votada que reúna as condições impostas pelo regulamento.

Os nomes dos compositores e autores das canções seleccionadas serão tornados públicos pela RTP.

O secretariado do júri elaborará actas de todas as reuniões as quais, depois de assinadas por todos os membros presentes, serão arquivadas na RTP, no dia seguinte à última reunião do júri.

As decisões do júri de selecção só serão válidas quando estejam presentes, pelo menos, sete dos seus membros.

No caso de se verificar empate na classificação a obter através da votação pública, o júri de selecção reunirá no dia 4 de Março de 1976, para a decisão de desempate, na presença de um delegado da autoridade.

Se nesta reunião do júri, e após três tentativas, subsistir qualquer empate, o presidente decidirá o desempate.



Humberto Madeira é um dos intérpretes do cinema cómico português, incluído nesta «Retrospectiva»

Cinema cómico português em debate

Após terem sido exibidos alguns filmes portugueses das décadas de 30, 40 e 50, o Teatro Mundo Novo e o Cineclub Universitário de Lisboa promovem hoje um colóquio que, integrado na «Perspectiva do Cinema Cómico Português», procura abrir caminho para a construção do novo cinema nacional.

Foram já projectados os filmes «O Costa do Castelo», «O Tarzan do 5.º Esquerdo», «O Leão da Estrela» e «A Menina da Rádio». Actores como António Silva, Ribeirinho, Maria Matos, Maria Olguim, Milú, Leonidas Mendes, Curado Ribeiro, e outros, passaram no «écran», revivendo uma época em que as pessoas iam ver cinema para passar «um bom bocado».

Os novos caminhos que o cinema deverá escolher é o tema que esta iniciativa deixa em aberto, a partir do debate desta noite.

Entretanto, anuncia-se para amanhã, às 18 e 30 e 21 e 30, a exibição de «O Grande Elias», com Humberto Madeira, Carmen Mendes e António Sil-

va e, na sexta-feira, à mesma hora, «A Canção de Lisboa», com Beatriz Costa, Vasco Santana, António Silva e Teresa Gomes.

Esta retrospectiva prossegue até final do mês, com programa a indicar posteriormente. Os filmes são exibidos na sede do Teatro Mundo Novo, à Rua de S. Bernardo, 60, à Estrela, com entrada livre.

«Divina comédia» no tribunal

Franco Zeffirelli e Alfredo Bini acusam-se um ao outro da responsabilidade da ruptura de um contrato para realizar um filme extraído da «Divina Comédia» — revela a agência ANOP.

O caso, de que não se conhecem ainda pormenores, foi entregue ao poder judicial, sendo Zeffirelli representado pelo advogado Imanuele Golino e Bini pelos causídicos Ercole Graziadei e Giuliano Vismara.

Os melhores da semana na Europa do disco

MADRID, 20 (EFE, ANOP) — Nos diferentes mercados europeus do disco, registaram-se esta semana as seguintes classificações (entre parentesis a posição ocupada na semana anterior):

ESPAÑA

- 1 (7) Fox on the run (The Sweet).
- 2 (3) Wingless Angels (John Stewart).
- 3 (1) Feelings (Morris Albert).
- 4 (8) Mi querido Señor (Dalia).
- 5 (-) Amor, Amor (Lolita).
- 6 (4) Red Octops (Jefferson Starship).
- 7 (10) Secretaria (Mocedades).
- 8 (9) Paloma Blanca (George Baker Selection).
- 9 (-) Sabato Pomeriggio (Claudio Baglioni).
- 10 (-) Lo Siento (John Denver).

FRANÇA

- 1 (1) Donald Melody (Jean Claude Borelli).
- 2 (-) Et Mon Père (Nicolas Peyrac).
- 3 (-) Je T'aime Tu Vois (Daniel Guichard).
- 4 (-) Quand Les Hommes Vivront D'Amour (Felix Leclerc).
- 5 (-) Vaisselle Cassee (Pierre Perret).
- 6 (-) Tous les Enfants (Mireille Mathieu).
- 7 (6) Du Côté de Chez Swan (Dave).
- 8 (-) J'Aime Tes Genoux (Henri Salvador).
- 9 (-) Toi Qui T'en Vas (Nana Mouskouri).
- 10 (5) Je Ne Suis Que L'Amour (Nicole Croisille).

HOLANDA

- 1 (1) Bohemian Rhapsody (Queen).
- 2 (3) Girls Girls Girls (Sailor).
- 3 (2) Mississippi (Pussycat).
- 4 (4) Nostalgia (Francis Goya).
- 5 (-) Let's Twist Again (Chubby Checker).
- 6 (7) You Set My Heart On Fire (Tina Charles).
- 7 (9) Golden Years (David Bowie).

- 8 (-) Patrick Mon Chérie (Kiki and Peraly).
- 9 (-) Willempje (Andre van Duijn).
- 10 (5) You Sexy Thing (Hot Chocolate).

BÉLGICA

- 1 (3) Mississippi (Pussycat).
- 2 (-) Mama Mia (Abba).
- 3 (6) Lady Bump (Penny McLean).
- 4 (4) Calupso (John Denver).
- 5 (7) Fly Robin Fly (Silver Convention).
- 6 (-) Bohemian Rhapsody (Queen).
- 7 (8) I'm on Fire (5000 Volts).
- 8 (-) The Same Old Story (Chip Taylor).
- 9 (-) Nostalgia (Francis Goya).
- 10 That's Teh Way (K. C. and Sunshine Band).

INGLATERRA

- 1 Bohemian Rhapsody (Queen).
- 2 Glass of Champagne (Sailor).
- 3 Mama Mia, (Abba).
- 4 Golden Years (David Bowie).
- 5 Wide Eyed And Lesless (Andy Fairweather Low).
- 6 Lets Twist Again (Chubby Checker).
- 7 King of the cops (Billy Howard).
- 8 Art for art's sake (1000).
- 9 The Trail of the Lonesome pine (Laurel and Hardy).
- 10 Happy to be on an island in the sun, (Demis Roussos).

ITÁLIA

- 1 (2) Lilly (Antonello Venditti).
- 2 (1) Profondo Rosso (Goblin).
- 3 (-) Il Maestro di Violino (Domenico Modugno).
- 4 (3) The hustle (Van McCoy).
- 5 (4) Wath a difference (Esther Phillips).
- 6 (9) Pagliaccio (Alunni del Sole).
- 7 (-) La tartaruga (Bruno Lauzi).
- 8 (10) Paloma Blanca (George Baker).
- 9 (5) Footstompin' music (Hamilton BOHANNON).
- 10 (6) Un'altra volta chiudi la porta (Adriano Celentano).

MARIA VITÓRIA 2

Não aconselhável a menores de 18 anos em novos horários:

1. SESSÃO, às 20.30
2. SESSÃO, às 22.45 terminando os espectáculos à 1 hora

FORÇA, FORÇA, CAMARADA ZÉ!

O espectáculo mais discutido do momento constantemente interrompido com aplausos!



Salvador, em «A Batata da Produção»

Salvador Florbela Henrique Santana

Vitor Mendes Carlos Gonçalves

Atr Moreira

L' ★ DA-
NIEL ★ ODE-
TE ANJONES ★ NELA
DUARTE ★ IGOR SAM-
PAIO ★ AIDA GOUVEIA
à frente de um grande
elenco e de um corpo de
baile internacional

AOS DOMINGOS
E FÉRIAS

«MATINÉE» às 16 horas
As 2.ªs-feiras: Descanso
da Companhia

Em breve:
TEATRO INFANTIL
«O PRINCE DAS
ORELHAS DE BURRO»

Teatro



A RTP
apresenta

«SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL»
de Bertolt Brecht
com

RAUL SOLNADO

no protagonista

Todos os dias às 21.30
horas — Domingos —
matinées, às 16 horas. Se-
gunda-feira — Descanso
da Companhia

Bilheteira Tel.: 897017

A.B.E.P. Tel.: 328823

Não aconselhável
a menores de 13 anos

Cornucópia prepara a peça «Ah Q»

O Teatro da Cornucópia continua a preparar o espectáculo «Ah Q» tragédia chinesa baseada na obra de Lu Sin, e adaptada ao teatro por B. Charteux e Jean Jourdeuil.

Quanto à actividade deste grupo, que obteve notável êxito com a peça «Pequenos Burgoes» de Gorki, adiantemos que a partir da presente temporada o Teatro Cornucópia se

propõe manter na sua sala (Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A) um contacto directo e permanente com o público e também com grupos amadores, comissões de moradores e de trabalhadores, associações culturais, com o fim de estabelecer um intercâmbio constante.

Foi dentro desta iniciativa que aparece em Lisboa o Teatro Experimental do Porto, apresentando entre 6 e 11 de Janeiro o espectáculo «O Soldado e o General», e que deu início em Dezembro e um curso prático de construção de fantoches, para a partir daí elaborar um trabalho de animação. E ainda dentro desta perspectiva que aparecerão ao longo do corrente ano espectáculos de grupos amadores a preencher os espaços em que a sala não estivera a ser utilizada pela companhia.



A Comuna-Teatro de Pesquisa apresenta a partir de hoje, em Lisboa, o seu espectáculo «Fogo», montado a partir de um texto colectivo

COMUNA

TEATRO DE PESQUISA — CENTRO CULTURAL

A PARTIR DE 4.ª FEIRA, DIA 21

DIARIAMENTE, AS 21.30 H.

F O G O !

— TEXTO COLECTIVO —

PREÇO ÚNICO DE 20.00

Praça de Espanha — Telef. 76 26 24 — Metro: Palhavã

Televisão

Canal da Crítica

AQUI, A MÚSICA É OUTRA!

Agora do Porto ensinam-nos a comer. Pela medida grande? Não direi tanto. Vão maus os tempos para grandes banquetes ou para gulodices de paladares refinados. Do Norte, onde a gastronomia é um verdadeiro latifúndio, nos poderiam vir ementas exóticas que, depois de fazerem as delícias do nosso pai Viriato, vieram por aí abaixo alimentando os possantes lusos e a dar-lhes lastro para a saudade nas horas tristes da emigração. Mas não vêm. Vêm umas cozinhas tão, tão, tão badalão fáceis que até mim ser capaz de fazer. Uns filetes de pescada, pfff! com a salada russa, pfff! Porque a necessidade de vir a emissão de tão longe?

Bom. De filetes e salada russa se tratou ontem, material que para o Filho Gouveia, no declinar da emissão de antes de ontem, terá sido motivo de muito boa disposição.

Filetes, pois. Com, maionese, pois. A notícia não está aí. A notícia está em que, a partir de agora, a menina Brigitte, que abrilhanta a emissão com o seu silêncio fugazmente entrecortado, não dirá mais os preços dos géneros — pois, como os programas são feitos com antecedência de alguns dias, os preços indicados já não poderão corresponder à realidade...

Aqui está como, sem auxílio de economistas doutores, os telespectadores ficam a saber o verdadeiro significado da inflação...

QUESTÃO DE PROTEÍNAS

No entanto, a própria televisão vai contribuindo para aumentar a angústia provocada pela ausência de produtos.

Do Porto ouvimos comerciantes contar a sua triste vida. Há duas semanas que nenhuma carne de vaca é distribuída. Os talhantes declaram que não estão para comprar carne, na origem, mais cara 25 escudos por quilo do que aquilo que a tabela permite. Por outro lado...

Por outro lado, os responsáveis oficiais dizem garantem, juram que na primeira semana do próximo mês, o problema estará resolvido com a carne importada.

Em Lisboa, a questão agudi-

za-se a um ponto nada comum entre nós. Pelo que até se compreende a necessidade de criar centros de interesse, de levantar problemas capazes de criar segundas-frentes, há sempre uma normandiazinha desconhecida à nossa espera...

Em Lisboa diz-nos a Televisão, carne de vaca, é coisa que não se vê, há uma data de tempo. Por outro lado...

Por outro lado, o dr. Mário Baptista tranquiliza os súbditos. Há contratos, sim senhores, a carne está a chegar, está messssssssmo a chegar. Não sei quantos milhares de toneladas. Até do Uruguai bem paparoça de proteínas cá prá malta.

É verdade: confirma o dr. Mário Baptista a saída para Espanha de gado bovino. Os camponeses do Alentejo tinham já denunciado a sabotagem.

(Se é que ao dizer *sabotagem* não estarei a ferir ouvidos ultimamente muito sensíveis...)

MONTAND: FRIO, FRIO

Yves Montand, uma vez mais. Um Yves Montand a trespassar a cabotinismo, excessivamente teatral. Um Yves Montand onde até o acto de cantar parece não corresponder a um *élan* vital — mas a um gosto de exibição pela exibição, da exibição de si mesmo, com a sua habilidade aqui, o seu talento, ali, e aquela sua preocupação de falar das mulheres, das jeunes filles principalmente, mesmo quando se trata de um programa face a face com o Chile.

O Chile. A voz envolvente de Vitor Jara, durante breves segundos, a descrição das torturas a que foi submetido antes do fuzilamento. Pinochet podia lá perdoar a quem soubera dar ao seu povo, em defesa da sua liberdade, todo o seu talento, a sua sensibilidade, o seu espírito de luta. Na voz de Vitor Jara se compreende, à perfeição, como a canção pode ser uma arma: a palavra certa, com a música certa, com a pessoa certa.

Esse foi um dos grandes momentos do espectáculo, particularmente para nós, portugueses, traumatizados por tudo quanto aconteceu no Chile. Mas outra lição permaneceu:

o profissionalismo, a organização, o trabalho até ao suor, até à exaustão, para retirar de uma canção tudo o que ela possa dar. Isso nos mostrou Yves Montand com excepção à vontade.

Quanto ao mais, a maioria das suas cantiguinhas passam-nos longe, longe, longe. Como se viessem doutro mundo. Canções para a França-1974, não são canções para o Portugal-1975.

Aqui, a música é outra.

COOPERATIVA 1.º DE MAIO: O FUTURO, JÁ

Aqui a música é outra, assim as pessoas queiram ouvi-la na sua totalidade.

A Pitacas Antunes — nunca é demasiado vincar bem este ponto — devemos alguma da melhor televisão que se tem feito em Portugal depois do 25 de Abril. Pode mesmo dizer-se que Pitacas Antunes foi ao nível da popularidade assente na qualidade, o caso mais singular dos últimos dois anos. Eis que de súbito alguém, longe de todos os segredos e condimentos de reportagem e de presença frente às câmaras, nos surge senhor de uma extraordinária arte de saber televisão, a falar na medida justa, a saber dar a falar na medida exacta, simpático sem ser demagógico, popular sem usar de falsos paternalismos. É bom dizer isto de alguém que, fora da Televisão, nunca vi, que não conheço, a quem nunca falei. A quem me liga apenas a enorme gratidão pelo que já fez, e pelo que está a fazer, para dignificar a nossa Televisão. Para a justificar.

Pela mão de Pitacas Antunes fomos ontem até à Cooperativa 1.º de Maio, em Avis. Fomos lá para um dos encontros mais comoventes da nossa vida de telespectadores. Comovente até às lágrimas, ia eu a escrever. Hesitei. A ma-

nifestação publica da ternura (ou emoção, ou amor, ou lá como quiserem) tem qualquer coisa de...teatral, que me arrepele. Pois que arrepele, a frase aí está: comovente até às lágrimas.

Esta emissão foi, como hei-de dizer...Foi uma espécie de antecipação histórica. Tivemos ontem, diante dos nossos olhos o embrião de um corpo que há-de ser. A mensagem do futuro. Tivemos, ontem, na *Cooperativa 1.º de Maio*, o cartão-de-visita de uma sociedade socialista a falar português.

A obrigatoriedade do trabalho. A ausência de desemprego, pela colocação da pessoa certa no lugar certo. A solidariedade. A ajuda mútua, o mútuo respeito. A defesa dos velhos que já não podem lutar pela vida. A defesa das crianças. A compreensão de cada indivíduo quanto à tarefa que lhe compete. A inexistência dos mandões de ofício («Aqui não há chefes, aqui todos nos ajudamos...»). O justo entendimento das alianças sociais: amizade fraternal ao pequeno agricultor, recusa total do grande agrário...

Sim. Para além do mais, uma lição de alta política, a política realizada na prática e não na mente dos criticistas. Ali, a coexistência com o pequeno agricultor não é uma possibilidade: *existe*.

Por exemplo: como os pequenos agricultores têm dificuldade em arranjar pessoal, os camponeses da cooperativa ajudaram primeiro a apanhar a azeitona dos agricultores, e só depois apanharam a sua! os pequenos agricultores precisam de material? Podem ali fornecer-se nas mesmas condições das cooperativas. Precisações de tractores? Serão servidos e pagaráo conforme as colheitas...

Cooperativa 1.º de Maio: ante manhã do dia que o nosso

Continua na pág. 16

PUB

UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA CONVOCATÓRIA

MUITO IMPORTANTE
EMPRESAS EM AUTO-GESTÃO E

COOPERATIVAS EM FORMAÇÃO

Conforme despacho do Ministério do Trabalho expira em 31 do corrente o prazo de revalidade de CREDENCIAIS.

Convocam-se todas as Comissões de Trabalhadores de Empresas abrangidas por esta situação para um Plenário a realizar no Sindicato dos Transportes Rodoviários na Av. Visconde de Valmor, 34 - 2.ª Lisboa, na próxima quinta-feira, dia 22, pelas 17 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 — Análise da situação existente
- 2 — Acções a desenvolver

As Comissões de Trabalhadores deverão vir devidamente credenciadas.

Pel'O Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa

PUB

SINDICATO NACIONAL DOS TÉCNICOS E OPERÁRIOS METALÚRGICOS E METALO-MECÂNICOS DO DISTRITO DE FARO MOÇÃO

A Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos e Metalomecânicos do Distrito de Faro em reunião de Direcção do dia 15 de Janeiro de 1976 apóia os objectivos das jornadas de luta anunciadas para 16, 17 e 18 de Janeiro de 1976 contra o aumento do custo de vida; contra a suspensão da contratação; pelas liberdades sindicais; pela União dos trabalhadores do campo com os trabalhadores das cidades.

A Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Faro

Por MÁRIO CASTRIM

Hoje



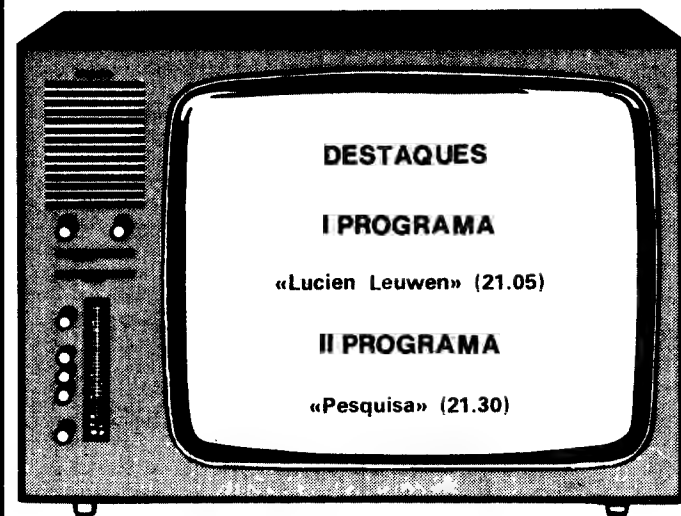
Olga Prats

I PROGRAMA

- 19.00 **Era uma Vez... Três** — «A Árvore e o Lenhador» — conto tradicional — interpretado por Eunice Muñoz, Rogério Vieira e João Perry. Realização de Bento Pinto da França. «Barba-Papa».
- 19.25 **Desenhos Animados**
- 19.25 Programa especial dedicado a João Villaret pela passagem do 15.º aniversário da sua morte.
- 19.45 **Documentário**
- 20.15 **Vamos Jogar no Totobola** — os prognósticos para o próximo concurso.
- 20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
- 21.05 **«Lucien Leuwen»** — série filmada com Bruno Garcien e Nicole Jamet. Realização de Claude Autant Lara.
- 21.35 **Afinal como é?**
- 22.10 **Cinema-76** — actividades cinematográficas. Programa apresentado e realizado por Alfredo Tropa.
- 22.40 **Telejornal** — 3.ª edição
- 23.00 Fecho

II PROGRAMA

- 20.30 Abertura e série «Os Robinsons Suíços»
- 21.00 **Recital** — pela pianista Olga Prats. No programa: Sonata n.º 3, de Fernando Lopes Graça.
- 21.30 **«Pesquisa»** — série filmada. Com Anthony Franciosa.
- 22.30 **Telejornal** — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
- 23.00 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

- 1.º Período 12.45: Abertura e Da Saúde e da Vida: 13.00: Vivendo o Futuro — locução de Gina Esteves: 13.15: Telejornal — 1.ª edição: 13.30: «O Golfinho Branco»: 14.00: Logo a Noite — cartaz dos cinemas e teatros de Lisboa e Porto e da TV: 14.10: Ciclo Preparatório TV: 14.10: Língua Portuguesa (1.º ano): 14.35: Matemática (2.º ano): 15.00: Francês (1.º ano): 15.25: Ciências da Natureza (2.º ano): 15.50: Educação Visual (1.º ano): 17.10: Matemática (1.º ano): 17.35: Língua Portuguesa (2.º ano): 18.00: Trabalhos Manuais (1.º ano): 18.25: Francês (2.º ano): 2.º Período 19.00: Programa produzido pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis: 19.30: Momento Desportivo: 20.00: Escrever e Lutar: 20.30: Telejornal — 2.ª edição: 21.05: «Os Thibault» — 2.º episódio — 1.ª parte — série realizada para a televisão Francesa por André Michel e Alain Boudet e inspirada na famosa obra com o mesmo título, da autoria de Roger Martin du Gard, Prémio Nobel da Literatura: 23.00: Telejornal — 3.ª edição: 23.15: Fecho.

II PROGRAMA

- 20.30: Abertura e Da Saúde e da Vida: 20.45: Vivendo o Futuro: 21.00: «Madigan» — 1.º episódio desta nova série policial: 21.45: Impacto — programa sobre Antero de Quental: 22.30: Telejornal: 23.00: Fecho.

Desporto ORIENTAL: três passos em frente

O Clube Oriental de Lisboa, não obstante ter «caído» na segunda divisão nacional e a carreira da equipa de honra não estar a corresponder aos legítimos anseios da sua enorme e popular massa associativa, continua a interpretar a sua vivência muito além dos resultados futebolísticos de cada domingo. Sem exageros se poderá até dizer que a vida e a actividade no clube, está a decorrer com uma animação e um entusiasmo inversamente proporcional à carreira da sua equipa de futebol.

Efectivamente, pela boca do seu presidente Mário Gonzaga Ribeiro, ficámos a saber que a massa associativa «aprendeu» já a interpretar a vida do clube independentemente dos resultados dominicais, mostrando-se pronta a responder presente quando no objectivo do chamamento estão engrandecimento não apenas do património do clube, mas também da vasta zona que cobre.

Por outro lado, tem a direcção do C. O. L. diligenciado no sentido de obter a participação das várias entidades oficiais, podendo-se anunciar que os frutos já colhidos são verdadeiramente importantes.

Assim, conseguiu já o elenco directivo do Oriental da Direcção Geral dos Desportos a

promessa da cedência de um pavilhão ginásio-desportivo, tendo já atribuído um subsídio para as obras necessárias para a adaptação indispensável de qualquer edifício já existente e que possa servir para os objectivos em vista. E fala-se em adaptação, tendo em linha de conta que também a D. G. D. entende que as medidas de austeridade a atinem, preferindo contribuir em obras de adaptação em vez de patrocinar a construção de novos edifícios.

Da Câmara Municipal de Lisboa ou mais propriamente do seu gabinete de habitação conseguiu o Oriental a promessa de um terreno, muito embora não seja essa a necessidade primordial do clube; em vez de um terreno, preferia o clube a cedência de um armazém dos muitos que existem na zona do Poço do Bispo, para então aí iniciar as obras de adaptação para o ginásio ginásio-desportivo que ali não existe e que tanta falta faz. É muito possível que se encontre uma solução, de modo a que o clube possa aproveitar as «ofertas» das duas entidades já citadas.

Mas o elenco directivo do popular clube da parte Oriental de Lisboa não ficou por aqui: tentou ainda bater à porta de uma terceira entidade e po-

de-se desde já dizer que obteve igualmente êxito; na Federação Portuguesa de Futebol admitiu-se a hipótese de uma participação para a instalação da luz artificial no eng. Carlos Salema, tanto mais que o clube não recebeu na época transacta uma verba calculada em 300 contos, por motivos ainda não suficientemente esclarecidos...

A electrificação do parque de jogos é outra necessidade prioritária do clube de Marvila-Poço do Bispo: sabendo-se como se sabe que todos os jogadores são oficiais de outros ofícios e só podem treinar depois das 19 horas.

Conseguidas estas promessas irá o Clube Oriental de Lisboa pôr uma vez mais à prova a capacidade de colaboração da sua massa associativa, chamando-a a novas tarefas; há todavia a certeza antecipada de que a resposta será presente.

E que irá desta feita a direcção do Oriental solicitar aos seus consócios? Apenas e só que sejam formadas algumas comissões de obras, que orientarão e colaborarão quando for tempo disso; e também que alguns (muitos) ofereçam a sua mão de obra, de modo a poupar divisas que serão preciosas.

Este o momento actual do clube que não chorou a descida de divisão nem invade o campo de jogos cada vez que os seus jogadores não conseguem averbar os dois pontos da vitória.

"Milionário" Albertino entre dois fogos

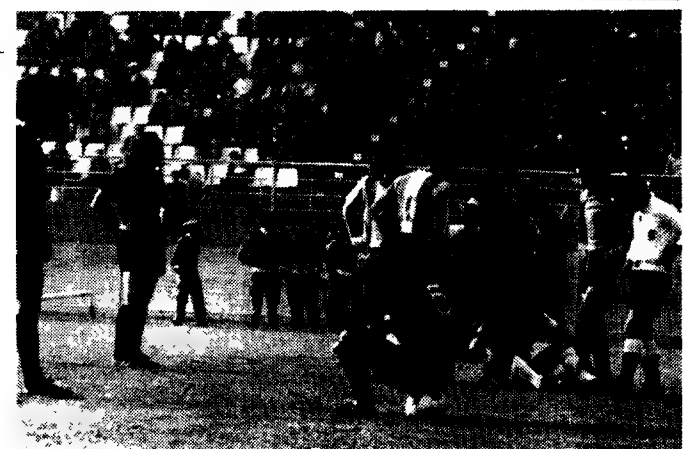
Albertino, o primeiro futebolista «milionário» desta época, acaba de sentir os efeitos perniciosos das transferências antecipadas. Aconteceu sábado passado, no Estádio do Mar, quando defrontava (exactamente) o seu próximo clube. Por causa de uma apagada exibição (perfeitamente natural e compreensível) Albertino ouviu das boas, por parte dos adeptos do Leixões, desiludidos pela sua actuação. Desde **defesa do Boavista a Os do Bessa estão a jogar com 12**, de tudo um pouco se ouviu no campo matosinhense. O jogador terá (assim) sentido os inconvenientes destas transferências feitas a largos meses da sua concretização oficial...

Entretanto, o clube da Avenida da Boavista seguiu o jogador em 2 mil contos até 31 de

Julho: isto para acautelar qualquer mazela que venha a suceder ao seu mais novo recruta.

Mas, nem só de Albertino vive o Boavista: perante o interesse manifestado pelo Benfica para recuperar o «motor» da equipa de Pedroto, a direcção boavistense assegurou já, com Alves, um contrato válido até 1978.

Voltando ao caso do Estádio do Mar, sábado passado: outro jogador que sentiu os efeitos da antipatia leixonense por Albertino foi (paradoxalmente) Frasco que, na véspera, havia garantido o contrato com o clube de Matosinhos. No final do jogo, Albertino saiu do Estádio do Mar no carro de Frasco: reconhecendo-o, alguns adeptos locais deram murros no veículo, provocando-lhe algumas amolgadelas.



A pausa no jogo

Aconteceu domingo último, nas Antas: quando o árbitro interrompeu o jogo para que um jogador do F. C. do Porto fosse assistido e um moço do Académico não esteve com meias medidas e sentou-se em cima da bola. Quer dizer: marcou pausa em cima do instrumento de trabalho ou divertimento. Imagem insólita nos campos de futebol, onde o «instrumento de marcar golos» costuma viajar de bota em bota ou de cabeça em cabeça e nunca serviu de banco a quem a maltrata. (Foto Bruno Neves)



Oeiras: disciplina em 1.º lugar

A Associação Desportiva de Oeiras é uma colectividade quase «sui generis» nela se pratica o Desporto pelo seu valor real, sem a vergastante exigência dos triunfos a todo o custo, acicatados por dirigentes quantas vezes mais preocupados na promoção pessoal que no incremento sociocultural dos emblemas que dizem representar. Pois a prestigiosa ADO tem futebol no activo: esta é a turma de iniciados, actualmente com comportamento digno de elogio no torneio distrital, não apenas pelos resultados obtidos em campo mas, fundamentalmente, pelo desportivismo e correcção que patenteia. É um exemplo que bem gostaríamos tivesse milhares de cópias, por esse país fora. E, por ser de justiça, aqui temos os pequenos e os seus mentores. Na fila cimeira, a contar da esquerda: o treinador Alvaro Reis, To Zé, Gonçalves, Domingos, Ernesto, Luis, José Carlos, José Manuel Neves de Sousa, Chantre, o presidente da ADO (Souto) e o massagista Artur Soares. Ajoelhados, pela mesma ordem: Serra e Moura, Vidal, Mazé, Bernardo, Banha, Reixa, Moura, Rosado e Galheto. Quantos esforços (de vária índole) para estes (e outros) garotos, conviverem, brincarem com a bola, gozarem o ar livre.

CONGRESSO FEDERATIVO DE FUTEBOL: TUDO MENOS O MAIS IMPORTANTE

Chega-nos às mãos o seguinte comunicado:

«Ao abrigo do parágrafo único do Artigo 20.º e do Artigo 30.º do Estatuto, o presidente da Mesa do Congresso da Federação Portuguesa de Futebol convoca uma sessão extraordinária para o próximo dia 31 de Janeiro, pelas 14 e 30 horas, nas instalações da Federação Portuguesa e com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Apreciação e votação de uma proposta da Associação de Futebol de Lisboa e outras para alteração à alínea e) do Art.º 5.º e alínea c) do Art.º 6.º, ambos da secção 2.ª, cap.º II, das «Normas para distribuição do quinhão das Apostas Mútuas Desportivas» (Totobola).
2.º — Apreciação e votação de uma proposta da Direcção para alteração do número 4 do Art.º 10 do Regulamento do Fundo de Participação de Honras.

3.º — Apreciação e votação de uma proposta da Direcção para alteração dos regulamentos das seguintes provas:
(a) Campeonato Nacional de Juniores da I Divisão;
(b) Campeonato Nacional de Juniores da II Divisão;
(c) Taça Nacional de Juvenis;

(d) Taça Nacional de Iniciados.
4.º — Apreciação e votação das seguintes propostas referentes a alterações ao Regulamento Disciplinar:

(a) Proposta da Direcção sobre a aplicação do cartão amarelo e suas consequências;
(b) Proposta da Associação de Futebol do Porto e outras para alteração dos Art.ºs 6.º, 10.º e 24.º do Regulamento Disciplinar;
(c) Proposta da Direcção para alterações dos n.ºs 1 e 8 do Art.º 13.º do Regulamento Disciplinar;
(d) Proposta da Direcção para modificação do Regulamento Disciplinar, mediante a alteração de diversos artigos e introdução de outros novos, com vista à submissão das Associações e seus dirigentes à jurisdição disciplinar federativa.

Fim de citação da extensa nota federativa, que transcrevemos para que o leitor esteja dentro da situação. Quer-se dizer: o congresso do pontapé

no couro lá vem reunir a Lisboa, gastar algumas horas na discussão dos pontos citados, para depois (talvez) ir dar uma saltada ao Parque Mayer onde continua a fazer êxito (diz a publicidade porque ainda não fomos lá) o «Força, Força, Camarada Zé».

Nada de preocupações com o horário: na ordem de trabalhos não constam (verdadeiramente) os problemas que re-

querem urgente solução. Como sejam o figurino por que vai reger-se a disputa da «Taça de Portugal» e quantos clubes há-de ter o Campeonato Nacional da 1.ª Divisão na próxima época. Porque, também pouco (ou nada) interessa saber quantos serão os emblemas que este ano irão descer automaticamente de divisão: lá por alturas da 29.ª jornada trata-se do assunto...

Portugal

Jogos inicialmente marcados para domingo foram antecipados para sábado. Da 1.ª Divisão nacional: Sporting Atlético (16 horas) e Boavista-Beira-Mar (a hora ainda a indicar); da 2.ª Divisão nacional: Famalicão-Feirense (às 15 horas); da 3.ª Divisão: Tadm-Vianense e Académico de Viseu-Penalva do Castelo (às 15 horas); juniores: C.U.F.-União de Coimbra (às 15 e 30 horas) e Lusitânia-Académico (às 16 horas).

Mais um «caso para o futebol português, este a nível da 3.ª Divisão: em foco o Vasco da Gama que «usando de artifícios pouco claros e nada desportivos» (no pensamento e na classificação do Santiago de Cacém) faz adiar a recepção das notificações emanadas pelo órgão máximo do nosso futebol. Jugado ter rovas destas acusações (graves) o União de Santiago acaba de solicitar um inquérito à Federação. Tudo se precipitou por o Vasco da Gama ter utilizado, no passado dia 11, o seu avançado Vítor Madeira, castigado quatro dias antes...

Um raquebista do Belenenses (Manuel da Costa) foi submetido a uma intervenção cirúrgica na Clínica Oliveira Martinho: foi-lhe extraído o menisco externo do joelho esquerdo.

Também o futebolista Amaral (do Atlético) vai ser operado ao menisco: a intervenção terá lugar na próxima 5.ª-feira, igualmente na Clínica Oliveira Martinho.

O técnico Peres Bandeira (duramente derrotado domingo último, no Bonfim) conta poder apresentar, no espectáculo com o F.C. do Porto, os jogadores Gonzalez e Godinho. No que diz respeito a Pietra, o seu afastamento será um pouco mais prolongado.

A selecção nacional de futebol derrotará as suas congéneres da República Democrática Alemã e da Suécia, nos próximos meses de Abril e Maio. Estes jogos integram-se no plano de preparação, com vista ao próximo campeonato do Mundo.

O Lisboa Ginásio Clube promoveu o «1.º Indoor» de tiro ao arco, onde se distinguiram os seguintes atiradores: Carlos Vieira, Daniel Buco, Hugo Silva, Carlos Ferreira, João Inácio, Henrique Santos, Alexandre Sousa, Luis Baptista, Ana Vaz e Manuel Reis. Equipas: as pontuadas: Lisboa Ginásio, Companhia Nacional de Navegação, Ginásio Clube, Benfica e Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Uma comissão de clubes lisboetas, praticantes de andebol, promove hoje às 21 e 30 no Pavilhão do CACO

uma reunião para debater diversos problemas. Em questão: algumas posições federativas em controversia com pontos de vista clubistas.

A Federação de Voleibol tenta canalizar, para um trabalho conjunto, o maior número possível de praticantes da modalidade, que tenham feito a inscrição no «Serviço Cívico».

A turma do Banco Pinto e Sotto Mayor ascendeu à 1.ª divisão norteña de voleibol, em seniores masculinos. Também deste desporto: o Esmoriz Ginásio Clube promove um torneio de minivolei para meninas, de 7 a 12 anos. Jogos a 28 e 29 de Fevereiro e nos dois primeiros fins de semana do mês de Abril.

Desempeate à contar para a «Taça de Portugal», em raguebi: Direito. 19-Benfica. 7.

Jogos do campeonato lisboeta da 2.ª divisão, em hóquei patinado: Liga de Algas-Belenenses, 1-5; Vila-Franquense-Sesimbra, 12-6; Estremoz-Hoq. Sintra, 2-2; C. Ourique-Ed. Física, 8-3 e Fut. Benfica-Queluz, 4-1.

Classificação: 1.º. Belenenses, 21 pontos; 2.º. C. Ourique, 19; 3.º. Estremoz, 18; 4.º. Hoq. de Sintra, 17; 5.º. Ed. Física, 15; 6.º. Vila-Franquense, 14; 7.º. Fut. Benfica, 12; 8.º. Liga de Algas, 9; 9.º. Queluz, 8; 10.º. Sesimbra, 7.

As «esperanças» do andebol português empataram (23-23) com um grupo de Joinville (França) em encontro desenrolado ontem, no Montijo. A turma nacional alinhou e marcou deste modo: Mesquita (Luis Filipe), Gameiro (2), Filipe (2), João Manuel (4), Delfim (1), Jorge (5), Areia (2), Veríssimo, Branco, Guerreiro (1) e João Gonçalves (6).

O Boavista revalidou, por mais uma temporada (e ainda esta não atingiu o termo...) o contrato com o seu futebolista Alves. Avisados (assim) os preteridos: agora, cruzeiros na boca Ou muito dinheiro pela cedência da «carta».

As selecções de futebol reúnem-se para treinar. Ontem, os juniores actuaram perante «team» principal do Atlético e venceram um confronto por 2-1. «Prélio» miúdo, no dizer do nosso colega «O Século», de hoje.

Por seu lado, os seniores concentram-se e vão hoje trabalhar no Jamor, sob os ordens de Pedroto. Duas faltas entre os convocados: as dos lesionados Pietra (Belenenses) e Rebelo (Setúbal).

Lá fora

DISTINÇÃO JORNALÍSTICA

O neozelandês John Walker, que bateu o recorde mundial da milha, baixando pela primeira vez a casa dos 3 m 50 s. (consequendo o tempo de 3.49.4 na prova realizada em Gotemburgo, na Suécia) foi designado «o atleta do ano», pela revista «Track and Field News» (U.S.A.).

Em segundo lugar, na votação da revista, ficou o lançador de peso Brian Oldfield, que se tornou profissional. Walker obteve 194 votos, contra 180 de Oldfield, na votação realizada por vários peritos internacionais de atletismo.

Nos lugares imediatos classificaram-se o lançador do martelo Karl-Hans Riehm (da Alemanha Federal), o barreirista Guy Drut (da França) e o decatleta Bruce Jenner (dos Estados Unidos).

MAIS «RECORDS»

Paul Heinz Weillman (RFA) estabeleceu novo máximo dos 1000 metros, em recinto coberto, com o tempo de 2' 11" 1/10. O anterior «record» (2' 19" 1/10) pertencia a Gerhard Stolle, da Alemanha Oriental.

Foram os seguintes os tempos intermédios: 400 metros, 54 s.; 600 metros, 1 m 22 s.; 800 metros, 1 m 49 s.

TOTOBOLA Jogue connosco

Académico - U. Tomar	X
Belenenses - Porto	X
Farense - Setúbal	X
Braga - Guimarães	X
CUF - Estoril	X
Leixões - Benfica	X
Penafiel - Varzim	2
Chaves - Espinho	1
Marinhense - Riopele	X
P. Ferreira - S. Leixões	X
Almada - Caldas	2
Torres Novas - Oriental	2
Portimonense - Montijo	X

Conselho de Ministros tenta baixar a alta de preços

Continuação da pág. 2

de comercialização.

A expansão do consumo de peixe congelado, a preços estáveis, permite atenuar a procura de peixe fresco, contribuindo assim para a redução dos preços especulativos que se têm registado, sem qualquer benefício para o produtor.

O tabelamento do peixe congelado será acompanhado, a médio prazo, pela melhoria dos seus circuitos de distribuição, o que implicará a existência de peixe à disposição do público, em quantidade e qualidade, a preço bastante inferior às médias actualmente praticadas.

A esta medida seguir-se-ão outras relativas a mais espécies de peixe congelado, nomeadamente as provenientes do Atlântico Norte, geralmente acompanhando o bacalhau, cuja captura e consumo interno se pretende incrementar.

São as seguintes as tabelas aprovadas:

a) Preços máximos de venda ao público de peixe e moluscos não preparados comercialmente — peixe inteiro, preço máximo por quilograma: abrota, 26\$00, mais de 60 cm, 32\$50, entre 40 e 60 cm 26\$00, menos de 40 cm 21\$00; albacora, 18\$00; alabotes (palmas), 32\$50; alicates (unhas), 14\$00; andorinhas (godinhos), 14\$00; anchovas, 14\$00; anjos, 22\$00; azevias, 49\$50; bailas, 21\$00; barrosos, 16\$00; besugo, 26\$00.

Peixe inteiro — Preço máximo por quilograma:

Bicas, 24\$00 (mais de 20 cm, 26\$00; menos de 20 cm, 21\$00); bicudas, 22\$00 (mais de 80 cm, 26\$00; menos de 80 cm 18\$00); cabras, 14\$00; cachucho, 32\$50 (mais de 25 cm, 37\$50; menos de 25 cm, 26\$00); cachucho dentão, 26\$00 (mais de 25 cm, 32\$50; menos de 25 cm, 21\$00); camelo prateado, 12\$00; camelo verde, 16\$00; cachucha (pistola), 16\$00; cautilho, 18\$00; carapau branco, 18\$00; cartas, 44\$50; cavalas, 13\$00; chareu, 14\$00; chaputa, 16\$00; charroco, 16\$00; chicharro, 13\$00.

Chicharro (francês), 11\$00; choccos, 37\$50 mais de 250 g, 37\$50, entre 100 e 250 g, 32\$50, menos de 100 g, 44\$50; choupas, 21\$00; (mais de 45 cm 32\$50, entre 35 e 45 cm 21\$00, menos de 35 cm 16\$00) congrio (safio) 32\$50 (mais de 3 kg 37\$50, menos de 3 kg 26\$00); cornudas 16\$00; corvina 54\$50; douradas, 32\$50 (mais de 45 cm 37\$50, menos de 45 cm 26\$00); espadarte (p. agulha), 49\$50; fereira (risca) 18\$00 (mais de 35 cm 21\$00, menos de 35 cm 18\$00); foguetes redondos, 16\$00.

Garoupa 55\$50 (mais de 65 cm 55\$50, entre 50 e 65 cm 65\$50, menos de 50 cm 44\$50); Caiado 16\$00; Goraz 32\$50 (mais de 35 cm 49\$50, entre 25 e 35 cm 44\$50, menos de 25 cm 32\$50); Imperador 21\$00 (mais de 30 cm 26\$00, menos de 30 cm 21\$00); Linguado 71\$50; Línguas, 37\$50; Lulas 44\$50 (mais de 100 gramas 37\$50, menos de 100 gramas 49\$50); Macacas 12\$00; Marreiros 11\$00; Morma 16\$00; Meros 44\$50 (mais de 60 cm 49\$50, entre 50 e 60 cm 55\$50, menos de 50 cm 26\$00); Palmetas 18\$00.

Pampas, 26\$00 (mais de 45 cm 44\$50, entre 30 e 45 cm 32\$50, menos de 30 cm 21\$00); pargo 44\$50 (mais de 45 cm 55\$50, entre 30 e 45 cm 44\$50, menos de 30 cm 32\$50); pata rocha, 11\$00; peixe-espada, 19\$00; peixe fino, 20\$00; peixe galo (branco), 14\$00; peixe galo (preto), 37\$50; peixe voador, 16\$00; marmota aberta, 55\$50 (mais de 50 cm 44\$50, entre 40 e 50 cm 26\$00, menos de 40 cm 19\$00); pescada tipo (O)

20\$00, tipo (1) 21\$00, tipo (2) 23\$00, tipo (3) 23\$00, tipo (4) 40\$00, tipo (5) 43\$00; marmota fechada mais de 50 cm 44\$50, entre 40 e 50 cm 37\$50.

Marmotinhas 32\$50; pimpão 26\$00; polvo 32\$50; pombo (mulato) 26\$00; (mais de 30-45 cm 37\$50, entre 35 e 45 cm 26\$00, menos de 35 cm 14\$00); potas 26\$00; (mais de 250 gr. 21\$00, entre 100 e 250 gr. 32\$50; menos de 100 gr. 26\$00); prato de alumínio 14\$00; rabetas 37\$50, (mais de 60 cm 49\$50, entre 40 e 60 cm 37\$50, menos de 40 cm 26\$00); raia 16\$00; rainhas 37\$50, (mais de 60 cm 55\$50, entre 40 e 60 cm 44\$50, menos de 40 cm 26\$00); riscadinhas 13\$00; roncadores-roncadeiras 21\$00, (mais de 60 cm 37\$50, entre 40 e 60 cm 26\$00, menos de 40 cm 16\$00); ronquinhos-passarinhas 18\$00; ruivo/cabacos 16\$00, (mais de 20 cm 21\$00, menos de 20 cm 16\$00); safias 21\$00, (mais de 40 cm 26\$00, menos de 40 cm 21\$00); salmão do mar 26\$00; salmoneite 55\$50; sapos/cabecudos 16\$00.

Sarda, 14\$00; sargos, 21\$00 (mais de 45 cm, 26\$00, entre 35 e 45 cm, 21\$00; menos de 35 cm, 16\$00); serras, 14\$00; solhas, 21\$00; tainhas, 16\$00; tamboril, 32\$50; tubarão, 16\$00; zebras, 14\$00; bacalhau s/cabeça e s/visceras, 26\$00; cação s/cabeça e s/visceras, 24\$00; caras de bacalhau, 26\$00; línguas de bacalhau, 49\$50; peixe espada s/cabeça e s/visceras, 24\$00.

Peixe fino sem cabeça e sem visceras, 26\$00; ovas de bacalhau, 32\$50; ovas de corvina, 32\$50; ovas de pescada, 44\$50; ovas de peixe espada, 26\$00; raia (asas), 21\$00.

b) Preços máximos de venda ao público de peixe e moluscos preparados comercialmente:

Sempre que embalados os preços máximos de venda ao público das espécies de peixe e moluscos congelados constantes do anexo 1 serão agravados, respectivamente com os valores de 4\$50 e 2\$00 por quilo conforme se trate de embalagens comerciais ou industriais.

PROFESSORES DAS EX-COLÓNIAS

«6. Um projecto de decreto-lei emanado do M.E.I.C. define a situação dos professores eventuais do Ensino Primário e dos professores de posto escolar dos quadros e eventuais dos Serviços de Educação das ex-colónias, promovendo uma adequada valorização profissional e uma correcta formação pedagógica desses docentes através da criação de cursos especiais, cujo funcionamento, plano das matérias ministradas, classificação profissional dos que nele obtenham aprovação e número de candidatos admitir anualmente serão regulados mediante portaria do ministro da Educação e Investigação Científica.

No caso de eventuais dificuldades na obtenção de uma formação pedagógica conveniente, ou no caso de opção de serviço não docente, poderá o ministro da Educação determinar o provimento desses docentes em lugares dos Serviços Centrais ou Externos do Ministério, bem como em estabelecimentos deles dependentes.

Os regentes escolares que actualmente frequentam os cursos intensivos previstos do Decreto-Lei 67/73, de 26 de Fevereiro, e regulamentados pela Portaria 140/73, da mesma data, poderão continuá-los até ao

seu termo, não se permitindo, neste caso, o acesso de novos alunos, dada a insuficiência desses cursos para promoverem uma adequada formação pedagógica, ou optar pelo trânsito para os cursos especiais criados pelo mesmo diploma e nas condições por este definidas.

Durante a frequência destes cursos serão mantidos os vencimentos aos regentes escolares, tendo os professores eventuais e de posto das ex-colónias, além dos ex-regentes escolares exonerados, direito a uma bolsa de estudo, concedida durante os 12 meses do ano, de montante igual a 75 por cento do salário mínimo nacional.

7. O Conselho de Ministros aprovou o projecto de orçamento ordinário para o ano económico de 1976 do Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego. Prevêem-se, para este ano económico, despesas no montante de 5 383 564 900\$ destinadas a cobrir as despesas resultantes do funcionamento do próprio organismo (144 898 900\$00), dotações, no âmbito de uma política de promoção de emprego, inscritas no orçamento do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (650 000 000\$); financiamento do sistema de protecção no desemprego (3 000 000 000\$); aplicação de 650 000 000\$ na realização de obras de melhoria social em autarquias locais (construção de habitações sociais, obras de viação rural, etc), susceptíveis de fazer baixar a taxa de desemprego; e dotações específicas destinadas a acções de manutenção e promoção do nível de emprego (557 666 000\$00).

8. O Conselho de Ministros aprovou um projecto de resolução que cria, na dependência do Gabinete do Primeiro-Ministro, um Grupo de Trabalho «Ad-Hoc» com o mandato de estudar a política a seguir em matéria de preservação e distribuição de documentação e conservação de informação científica e técnica, dado o valor de que se reveste para o estudo detalhado de determinado momento histórico e da evolução da investigação no domínio das Ciências Exactas e Humanas.

Os membros deste grupo terão direito a senhas de presença, podendo solicitar a colaboração de entidades públicas ou privadas para um mais cabal desempenho da sua missão.

Os membros deste grupo terão direito a senhas de presença, podendo solicitar a colaboração de entidades públicas ou privadas para um mais cabal desempenho da sua missão.

HORÁRIO DE TRABALHO NACIONAL

«9. O Conselho de Ministros apreciou na generalidade um projecto de diploma do Ministério do Trabalho que estabelece regras de duração de trabalho normal nacional.

Foram, em princípio, aprovados os limites mínimo e máximo de duração semanal normal do trabalho, na sequência dos dados recolhidos pela Comissão de Horário Nacional oportunamente nomeada para o efeito.

O limite mínimo considerado razoável foi fixado em 40 horas e o limite máximo em 45 horas por semana. Foi ainda admitida a possibilidade de horários escalonados, além da regulamentação de outros aspectos relacionados com a duração do trabalho.

O diploma conterá normas de adaptação progressiva dos horários actualmente inferiores e superiores aos referidos limites.

O texto voltará a uma das próximas reuniões do Conselho

de Ministros a fim de ser discutido na especialidade, passando então na forma que vier a ser provisoriamente estabelecida, a ser submetido a discussão pública para recolha de dados úteis para a sua ulterior discussão e aprovação definitiva em plenário do Conselho.

COMPANHIAS DE SEGUROS NACIONALIZADAS

«10. O Conselho de Ministros resolveu também nomear por proposta do Ministério das Finanças, os Conselhos de Gestão para as Companhias de Seguros nacionalizadas. Foram nomeados os seguintes gestores:

Açoriana: António Carlos Ribeiro (presidente); Francisco Manuel Pacheco; Carlos Figueiredo Cardoso; Oscar da Silva Pereira e Vítor Manuel Gomes da Silva Leal.

O Alentejo: Mário Palma de Carvalho (presidente); dr. António Alves Ferreira; José António Lança Perdigão e dr. Luís Mota da Costa Pereira.

Argus: Jorge Carvalho Rodrigues de Sousa (presidente); António de Oliveira Chemine e Augusto Cândido Teixeira Félix.

Atlas: dr. António Pedro Rebelo Mendes (presidente); Adelino Luís Pinto Pereira e dr. Luís Manuel P. M. Brandão.

Bonança-Câmara Resseguradora-Prudência: Fernando Luis Rodrigues Baptista (presidente); António da Mata Conde e Luís Filipe Simões Caldas.

Comércio e Indústria: António Gonçalves Raimundo (presidente); Adelino Lopes Martins; Mário Pereira Dionísio e dr. Rui Jorge da Silva Ramos.

Companhia de Seguros de Créditos: dr. Jorge Pêgodo Liz (presidente); António José de Castro Bagão Félix e dr. Arménio Avelar Luis.

Douro: dr. Domingos Soares (presidente); dr. Alberto Baptista de Oliveira Coelho e Francisco Gonçalves Mota.

Garantia Funchalense: José Pedro Soveral Gomes (presidente); Fernando Climaco Ramos e dr. Virgílio Cândido Pestana.

Império-Sagres-Universal: dr. Francisco Xavier Alves (presidente); João Sengo da Costa; dr. José Francisco Leitão Carvalho; Luis Salgado Rodrigues e Orlando Martins Ferreira.

Mundial-Confiança-Continental: Luís Alberto Valente Seixas Pereira (presidente); dr. Alfredo Marques; António Alvaro de Sousa; Arménio Orlando Marques Mota; eng.º Ivo Leopoldo Campos de Araújo; dr. José Manuel Serrano Ramos e Costa; dr. Pedro Rogério Seixas Vale e Fernando Ribeiro Baptista Cotrim.

Mutual: Ernesto Braga Rodrigues da Silva (presidente); Alcides António Relvas Soares; Osvaldo dos Santos Bicho e Alexandre Jorge Almeida.

Mutualidade-Soberana-Alliança Madeirense: Raúl Paulo dos Santos Cruz (presidente); Albino Nunes; António dos Santos Miranda Faim; dr. Fernando Quintas de Santos Castro e Manuel Leopoldo Ribeiro.

A Nacional-Vitalícia: dr. Armando Vieira dos Santos Caeiro (presidente); Rui de Sousa Pacheco e Silvino dos Santos Lopes.

Ourique: dr. José Manuel Castelhamo Enes da Lage (presidente); dr. Herminio Azevedo Carvalho e Vítor Luís Mendes Mesquita.

A Pátria: Manuel António Marques Pereira (presidente); João Horta Monteiro e Luis Enes da Silva.

A Seguradora Industrial: dr. José Santos Marques (preside-

dente); dr. José António Arez Romão e dr. António Carlos Fernão Morgado.

Tagus: Joaquim Domingues (presidente); Henrique Prista da Silva e José Raúl Mendes dos Santos.

Tranquilidade: Carlos Cabral Diogo Machado (presidente); dr. Francisco Calheiros e Meneses; Alberto Soares Carneiro; dr. Fernando Soares da Silva e José Vieira Bernardo.

Ultramarina-Equidade: Luís Celestino Monteiro da Silva (presidente); António Ferreira Gomes Pinho; dr. José Carlos Carvalho Simões; José Lopes da Água e Vasco Ângelo Cardoso de Abreu.

União: dr. Luís Januário Simões de Abreu (presidente); Fernando Guilherme Ferreira e dr. José Cecílio Pereira.

11. Um projecto de decreto-lei emanado do Ministério das Finanças determina e regula o regime de participação do Estado na administração das Companhias de Seguros de capital misto, nacional e estrangeiro, a que se refere a alínea a) do Art.º 1.º do Decreto-Lei 135-A/75. O regime ora instituído, que vigorará até à observância da parte final do Art.º 2.º e do Art.º 3.º do citado Decreto-Lei, prevê a nomeação de um administrador por parte do Estado para as sociedades em cujo capital a participação estrangeira exceda 80 por cento, ou de uma representação proporcional, por parte deste, quando a percentagem de capital nacionalizado exceda 20 por cento do capital social.

As companhias abrangidas pelo actual diploma ficam dispensadas de fazer reunir a sua assembleia geral para observância do preceituado no Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 40833, cabendo ao conselho de administração, sem prejuízo de futura confirmação ou revisão pela assembleia geral, rever o sistema de remuneração existente, cabendo aos novos administradores, nomeados por parte do Estado o resultante da média aritmética das remunerações dos membros desse conselho, salvaguardado o limite máximo, estabelecido por lei ou decisão ministerial para os membros dos conselhos de gestão das Companhias de Seguros nacionalizadas.

12. Dada a dificuldade em serem apresentados os balanços e contas das Companhias de Seguros nacionalizadas referentes a Março de 1975, um projecto de diploma emanado do Ministério das Finanças dispensou-as de apresentar essa informação, relativa ao período de exercício decorrido até à data em que foi decretada a nacionalização, desde que fique salvaguardada a possibilidade de averiguação rigorosa, não só da sua situação patrimonial em 15 de Março de 1975, mas também das eventuais responsabilidades dos conselhos de administração ou gerência, e fiscal, pelos actos praticados até essa data.

13. Foi também aprovado um projecto de decreto-lei do Ministério do Comércio Interno, que, em obediência ao esquema de descentralização administrativa que presidiu à criação da Junta de Planeamento da Madeira e da Junta Administrativa de Desenvolvimento Regional dos Açores, atribui a estas competências para elaborar documentação com vista à fixação dos preços à produção e venda ao público de carne de bovino e ainda dos preços de gado bovino para exportação. Deverão também regulamentar um eficaz sistema de controlo do abastecimento.

PROBLEMAS DA MADEIRA E AÇORES

«13. Foi também aprovado um projecto de decreto-lei do Ministério do Comércio Interno, que, em obediência ao esquema de descentralização administrativa que presidiu à criação da Junta de Planeamento da Madeira e da Junta Administrativa de Desenvolvimento Regional dos Açores, atribui a estas competências para elaborar documentação com vista à fixação dos preços à produção e venda ao público de carne de bovino e ainda dos preços de gado bovino para exportação. Deverão também regulamentar um eficaz sistema de controlo do abastecimento.

14. Um projecto de diploma emanado dos Ministérios da Administração Interna, Finanças e Assuntos Sociais determina que o Fundo de Socorro Social se deverá reger durante o ano de 1976 pelo Decreto-Lei n.º 47500, de 18-1-1967, podendo ser autorizada, mediante despacho ministerial, a constituição de um fundo permanente até 30.000\$00.

O F. S. S. será constituído por pessoal para o efeito nomeado, com direito a inscrição na Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, ou mantendo esse direito em relação à Caixa Geral de Aposentações e a qualidade de beneficiários da Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado.

15. O Conselho resolveu nomear o dr. Nuno Manuel Campos Proença e o eng.º José Maurício Correia Henriques para a comissão administrativa da Empresa de Camionagem Esteves.

16. Deliberou também nomear o licenciado Fernando Andrade Borges para a comissão administrativa do Grupo Adelino Pereira Marques, constituído pelas firmas Adelino Pereira Marques, Jorge Mariano e Companhia, e Armando Ferreira, Irmãos.

17. Foi aprovado um projecto de decreto-lei emanado do Ministério da Agricultura e Pescas que cria o lugar de auditor jurídico no âmbito daquele Ministério, que será desempenhado por um ajudante do Procurador-Geral da República.

18. Um projecto de diploma dos Ministérios da Administração Interna e das Finanças autoriza o Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos daquele Ministério a efectuar as despesas emergentes da preparação e realização de todos os actos eleitorais que ocorrerem durante o ano de 1976, bem como as despesas de funcionamento do mesmo Secretariado, dentro das verbas orçamentadas, sem precedência de quaisquer formalidades, incluindo o visto do Tribunal de Contas.

19. Um projecto de diploma do Ministério das Finanças estabelece que as novas taxas da tabela geral do imposto do selo estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 765/75 só se consideram devidas a partir de 15 de Janeiro de 1976.

20. Um projecto de diploma do Ministério do Comércio Externo que cria no mesmo Ministério os cargos de subsecretários de Estado Adjunto do Ministro, secretário de Estado do Comércio Externo e subsecretário de Estado do Turismo, e extingue a secretaria de Estado para a Cooperação Económica com os Países Socialistas, criada pelo Art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 444-A/75, de 19 de Agosto.

21. Um projecto de diploma do Ministério das Finanças aprova a orgânica do mesmo Ministério. Fica a compreender as seguintes Secretarias de Estado: A) — Das Finanças; B) — do Orçamento; C) — do Planeamento; D) — do Tesouro; e E) — dos Investimentos Públicos.



Geral

Demitidos da Emissora
acusam comissão de inquérito

«A nossa demissão teve um carácter político, o qual se situa no oposto aos motivos com que os militares da «Comissão Ad Hoc», com plenos poderes, nos chamaram em 28 de Abril de 1974» — assim se exprimem três dos trabalhadores demitidos da Emissora Nacional, Manuel Tomás, Carlos Albino e Eduarda Ferreira.

A afirmação consta de um documento agora divulgado em que aqueles trabalhadores, depois de relatarem como se encontraram na situação de demitidos («Almeida Santos baseou-se nos dados de um inquérito sumário»), contam que foram ouvidos por uma Comissão Militar de Inquérito, acerca dos acontecimentos de 25 de Novembro, dentro da Emissora Nacional, tendo a comissão procedido «como se estivesse colocada perante factos consumados». «Isto é» — prosseguem aqueles trabalhadores —, «em vez de inquirir, parece procurar justificações».

TRABALHADORES SUSPENSOS

Os delegados sindicais da Zona Sul do Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações, reunidos em plenário, exigiram a integração imediata de todos os trabalhadores suspensos dos órgãos de Comunicação Social, visto que «as nacionalizações se reduzem, na prática, a efectivar um apertado controlo, até no que respeita ao recrutamento e gestão de pessoal». Os delegados sindicais entendem que os meios de Comunicação Social nacionalizados «não estão a visar

uma melhoria de qualidade de serviço nacional», optando-se por «usar os métodos alienantes e estupidificadores que até à se haviam abandonado antes do 25 de Abril de 1974».

DIRECTOR DE «O SETUBALENSE»

Carlos Bordalo Pinheiro permanece como director do jornal «O Setubalense», com plenos poderes de administrador, na sua qualidade de proprietário da empresa. A decisão foi tomada ontem, por maioria, na reunião dos trabalhadores da empresa com a comissão de sindicância ao jornal mandada instaurar pelo ministro Almeida Santos, por motivo da tomada dos trabalhadores em Outubro passado.

Foram rejeitadas, entretanto, duas propostas dos trabalhadores: uma visando a autogestão do jornal, a outra no sentido de o proprietário alugar aos trabalhadores as instalações e as máquinas da empresa.

A reunião prossegue amanhã.



Canal da Crítica

Continuação da pág. 15

povo deseja construir. Mensagem do futuro — oxalá tenha chegado onde é preciso que chegue: aos lugares onde os agrários, os caciques, os fascistas sem máscara caluniam a Reforma Agrária, os trabalhadores rurais, o socialismo.

Bom dia, amigos!

P. S. — Os nossos amigos da Cooperativa 1.º de Maio fazem um apelo às professoras e às educadoras infantis, no sentido de os visitarem para melhor estruturar a sua creche. Posso garantir que o apelo será ouvido. Posso jurar.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral limpo o vento era fraco e havia neblina e nevoeiro em várias regiões.

TEMPERATURAS EXTREMAS

FIG. CASTELO RODRIGO

Minima 7,6°

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 13°

Atmosfera 7,6°

MARÉS DE HOJE

	PREIA-MAR	BAIXA-MAR
PORTO	6.52 4,1 m	0.09 0,8 m
P. DOURADOS	19.18 3,9 m	12.40 0,8 m
COIMBRA		Dia 22
PORTALEGRE	7.36 4,0 m	0.55 0,9 m
LISBOA	20.05 3,8 m	13.29 0,9 m
FARO		Dia 23
FUNCHAL	8.27 3,8 m	1.48 1,1 m
	21.01 3,6 m	14.24 1,2 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu limpo ou pouco nublado; vento geralmente fraco; neblina ou nevoeiro matinais; formação de geada nas terras abrigadas do interior e do Norte e Centro.

AMANHÃ

NAScer AS 8.51

OCASO AS 18.46

DIA 24 DIA 31 DIA 8 DIA 15

Curto-circuitos
provocam
incêndios

Perto de Santa Comba de Regide no lugar de Souto, (Vizela), registou-se um incêndio numa fábrica de calçado, propriedade de Joaquim Ribeiro. Os bombeiros conseguiram, depois de uma hora e meia de esforços, dominar o fogo, que teve origem, (supõe-se) num curto-circuito na secção de acabamento.

Foi igualmente um curto-circuito que provocou um incêndio na serração de madeira da firma Póvoa e Irmão, em Irol, perto de Aveiro. Grande arte da maquinaria e das instalações ficou danificada, avaliando-se os prejuízos em cerca de dois mil contos.

Nos montados florestais de Assoeira, da freguesia de Cava, (Ribeira de Pena), manifestou-se também um incêndio que se espalhou por uma área calculada em muitos hectares. Os prejuízos são elevados.

CONGRESSO
ISLAMICO
CRISTÃO

No Congresso islâmico-cristão, a realizar em Trípoli, Líbia, de 1 a 5 de Fevereiro próximo, estará representada a Comunidade Islâmica de Lisboa, através de uma delegação presidida por Suleiman Vally Mamede. Estarão também presentes também delegações das igrejas protestantes e copta, sendo um dos temas a discutir, o modo de pôr termo à divisão que tem separado as comunidades cristã e muçulmana.

BOLSA DE LISBOA			
VALORES	EFE.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 23/4 %	280\$	275\$	290\$
Cons. 3 %	320\$	310\$	330\$
Cons. 3 1/2 %	—	350\$	380\$
Centenários	820\$	800\$	1000\$
Tes. 5 %	800\$	800\$	—
Tes. 10 %	520\$	515\$	520\$
Extern. 1.ª - s.	—	—	—
Extern. 1.ª - c.	—	—	—
Extern. 3.ª - s.	—	—	—
Extern. 3.ª - c.	—	—	—
Caut. 3.ª - s.	—	—	—
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Lx. 6 %	—	790\$	950\$
C.M.L. 5 3/4 %	—	695\$	705\$
C.P. 5 1/2 % — 67	700\$	—	—
C.P. 5 1/2 % — 68	—	—	750\$
C.P. 5 1/2 % — 69	—	—	—
Corr. 5 3/4 %	—	800\$	—
Metr. 5 3/4 %	795\$	790\$	800\$
Tur. 5 3/4 %	800\$	790\$	800\$
C.P. 6 3/4 %	—	—	—
ELÉCTRICAS			
G. 5 % — 58	—	—	—
G. 5 % — 59	—	—	—
G. 5 % — 62	—	—	—
G. 5 % — 63	—	—	—
G. 5 % — 64	—	—	—
G. 5 % — 65	—	—	—
G. 6 % — 67	—	740\$	—
G. 6 % — 69	—	800\$	—
G. 7 %	—	—	650\$
H.E.A.A. 5 %	—	—	700\$
H.E.C. 5 %	—	750\$	760\$
H.E.C. 6 %	—	—	650\$
H.E.D. 5 %	760\$	760\$	—
H.E.D. 6 %	—	—	—
H.E.N.P. 5 %	—	890\$	—
H.E.S.E. 5 %	—	750\$	—
H.E.S.E. 6 %	—	—	—
H.E.Z. 5 % — 57	—	730\$	740\$
H.E.Z. 6 %	—	700\$	—
N. Elec. 6 %	—	—	620\$
N. Elec. 6 %	—	—	—
Termoel. 5 %	—	—	—
U.E.P. 5 % — 60	—	805\$	—
U.E.P. 5 % — 63	—	—	—
U.E.P. 6 %	—	—	820\$
U.E.P. 7 %	—	—	—
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % — 56	—	—	—
A.P.T. 5 % — 58	—	760\$	—
Lisnave 6 %	—	—	—
Nitratos — 60	—	860\$	—
Pet. 2.ª e 3.ª	—	850\$	900\$
Sacor 7 %	—	—	—
Sacor 5 % — 54	—	—	—
Sacor 5 % — 60	850\$	850\$	—
Sid. 5 % — 2.ª	—	—	800\$
Sid. 5 % — 3.ª	—	—	—
Sid. 5 % — 4.ª	—	—	—
Socel 5 %	—	950\$	—
R. Fabril — 67	—	—	850\$
R. Fabril — 68	—	—	850\$
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %	—	—	—
Rev. 5 % — 57	—	—	—
Rev. 5 % — 59-60	—	—	—
Moçambique 5 %	—	—	—
Sonefe 5 %	—	—	—
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	—	—	—
F.I.D.E.S.	—	—	—

palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11275

HORIZONTAIS:

- O mesmo que cavala (peixe). Esgotar.
- Fruto da ateira. Manto-real. Agora.
- Aquele que levanta.
- Título honorífico na Índia (inv.). Termina.
- Compras garrote de um ano para revender daí a dois anos para exportação. Apesar disso.
- Transpira. Guarneço de asas.
- Sente desgosto.
- A primeira vértebra cervical, o mesmo que atloide. Baú.
- Sepultura. Cobre.
- Espádua. Aparentár.
- Peneira. Ave trepadora.

VERTICAIS:

- Pilhagem. Malhos.
- Trataram por tu. Conquista.
- Vassourara o forno depois de aquecido. Brancos.
- Medida de líquidos da Holanda (inv.).
- Autores. Queimas. Apelido da mãe de Luis de Camões.
- Boro (s.q.). Cidade da antiga Caldeia. Nota musical.
- Pronome reflexo. Some. Miriara.
- Levanto. Nome de homem.
- Batera em (fig.). Enseada entre rochedos.
- Da Arábia. Mamífero dentado espécie de tatu.
- Nivelamos. Arara.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7435

HORIZONTAIS:

- Pães de lo de formato pequeno (prov.). Assolar.
- Prefixo de negação. Golpe de faca.
- Piedosa. Emblemas.
- Basta. Observas.
- Colegas.
- Em a. Niquel (s.q.). Aduz em defesa.
- Estar anelante. Interjeição de dor.
- Levantara. Magoar.
- Aniversário. Punhado. Segundo.
- Futeis. Atravessara.
- Sufixo que designa estado. Nome de flor. Sadias.

VERTICAIS:

- Deus do Amor. Freguesia do concelho de Oliveira do Hospital.
- Tempo do verbo ir. Apurar.
- Irmã da mãe. Repetições.
- Prefixo de privação. Zombas.
- Soleira da porta. Rio de Itália.
- Pessoa cruel (fig.). Ramadas.
- Nome de fruto. Pega.
- Emparelhados.
- Pêlos de certos animais. Preposição. Campeão.
- Preposição latina que designa movimento. O mesmo que gaguez.
- Título honorífico na Índia. Afastarias.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11274

HORIZONTAIS:

- Comentariam.
- Riis. Elais.
- Erva. Mês. Só.
- Roi. Sé. Mã.
- Savarim. Im.
- Minou.
- Ac. Nas. Mará.
- Mo. Gramara.
- Assa. Arrua.
- Ipê. Cartola.
- Sempre. És.

VERTICAIS:

- Crer. Mamais.
- Oiros. Cospe.
- Moviam. Sem.
- Ase. Vinga.
- Sanar. Cr.
- Temerosa. Ae.
- Ale. Iú. Mar.
- Ras. Marte.
- Il. Carros.
- Assai. Raul.
- Mia. Aas.

PROVERBIO: Erva má sempre vinga.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7434

HORIZONTAIS:

- Corgo. Par.
- Ac. Suar. Rue.
- Mel. Dio.
- Alugarias.
- Data. Onda.
- Omega. Rod.
- Amara. Ma.
- Cás. Ari. Vir.
- Asa. Ati.
- Rampas. Alia.
- Olarias. Aam.

VERTICAIS:

- Camada. Caro.
- Cela. Casal.
- Luto. Sama.
- Os. Gama. Pr.
- Ruma. Emalai.
- Ga. Rogar. Sã.
- Ordinário.
- Dai.
- Prosar. Vala.
- Au. Omítia.
- Remendariam.



Teatros de serviço

LISBOA

TURNO H-1
TODA A NOITE

ALVALADE
S. Miguel, P. Francisco de Morais, 1 (T. 771469); Roma, Av. de Roma, 85-B (T. 772466); Ideal, Av. Almirante Gago Coutinho, 49-A (T. 712803)

BAIXA
Centro Farmacêutico, R. das Portas de Santo Antão, 88 (T. 321211)

CAMPOLIDE
Pinto, R. de Campolide, 11-A (T. 682610)

CAMPO DE OURIQUE
Elma, R. D. Maria Pia, 258-A (T. 686176)

ESTEFÂNIA
Mundial, L. de D. Estefânia, 10 (T. 45578)

GRAÇA
Monte, R. Senhora do Monte, 3-A/B (T. 867842)

LUMIAR
Patuleia, Al. das Linhas de Torres, 362-B (T. 790332)

MADRAGOA
Lys, R. da Esperança, 17-19 (T. 660913)

MARQUÊS DE POMBAL
Ribeiro e Castro, R. Braamcamp, 52-C (T. 43409)

POÇO DO BISPO
Freitas, R. Zófimo Pedrosa, 11 (T. 381136)

SANTO AMARO
Santo Amaro, R. Filinto Elísio, 29-A/B (T. 637070)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Berna, Av. de Berna, 44-A (T. 773568)

TURNO H-2
ATÉ ÀS 22 HORAS

AJUDA
Lidia Almeida, C. da Ajuda, 170 (T. 637318)

ALTO DE S. JOÃO
Zion, R. Morais Soares, 58-C (T. 847708)

ALVALADE
Brisália, Av. Rio de Janeiro, 66 (T. 722368)

AREIRO
Central, Av. Paris, 2 (T. 720820)

AVENIDAS NOVAS
Cardote, Av. Visconde Valmor, 28-A/C (à Av. da República) (T. 772291)

BARRO AMÉRICA
Martins, R. Fernão de Magalhães, 33 (T. 849448)

BAIXA
Durão, R. Garrett, 90 (T. 324166)

BENFICA
Santa Cruz, Av. Gomes Pereira, 34-A (T. 704828)

CAMPO DE OURIQUE
Almeida, R. Silva Carvalho, 136 (T. 681726)

CASTELO
Santa Luzia, R. da Saudade, 2-B (T. 869831)

CHIADO
Durão, R. Garrett, 90 (T. 324166)

ESTEFÂNIA
Romano Baptista, R. Passos

Manuel, 6-10 (T. 570593)

PICHELEIRA
Marluz, C. da Picheleira, 140-B/C (T. 720703/728395)

OLIVEIRA SUL
Higiene, R. Cidade Vila Cabral, lote 43 (T. 310026)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sousa Martins (ao Matadouro) (T. 553468)

SETE RIOS
Canto, Est. das Laranjeiras, 202 B (T. 780841)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miraflores, R. António Granjo, 2 (T. 2113953)

PAÇO DE ARCOS
Godinho, Av. Patrão Lopes, 4 (T. 2432039). Toda a noite

OEIRAS
Central, R. Conde Ferreira, 29 (T. 2430058)

NOVA OEIRAS
Leal, At. às 22 horas

CARCAVELOS
Central, Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T. 260085). At. às 22 horas

PARADE
Macau, R. J. Elias Garcia, 60-C (T. 2471785). Toda a noite

ESTORIL
Amoreira, At. às 22 horas; Marques dos Santos, R. Ferreira J. A., 15 (T. 260116). Toda a noite

CASCAIS
Nova, E. de Alvide, Fontainhas (T. 280170). At. às 22 horas; Marginal, Av. Marginal (T. 280078). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora, P. 28 de Maio, 3-A (T. 935518); Carmelo, R. Elias Garcia, lote 28 (T. 933303); Helenica, R. Elias Garcia, 2 (T. 933613); S. Jorge, R. Pedro do Negro, 5, Reboleira (T. 938703)

DAMAIA
Lemos, R. de Goa, 21-A (T. 971121)

QUELUZ
Serra e Pinto, Av. D. António C. Sá, 50-E (T. 957619)

CACÉM
Guerra Rico, Agualva

MEM MARTINS
Miranda Garcia, E. de Mem Martins, 173-B (T. 2914103)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980456)

SINTRA
Misericórdia, Vila (T. 2930391)

COLARES
Abreja (T. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 234137)

ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T. 204250)

ALMADA
Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (T. 2766498)

BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, E. Nacional, 244-A (T. 2040141)

BARREIRO
Soares, Av. da República, 1 (T. 2073023)

COVA DA PIEDADE
Atlântico, R. Padre Manuel Bernardes, 1 (T. 2764466)

MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (T. 239029)

MONTIJO
Montepio, R. Almirante Reis, 93 (T. 2310035)

SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2233028)

SETÚBAL
Normal do Sul, P. do Bocage (T. 22216)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (T. 2218580)

PORTO

TURNO 30
ATÉ ÀS 22 HORAS

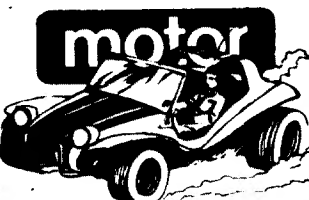
Costa Cabral, R. d. Costa Cabral, 1832; Fonte da Moura, R. de Tânger, 1463; Barros, R. do Bonjardim, 1292; Fátima, R. de Oliveira Monteiro, 475; Garantia, R. Fernandes Tomás, 696; Sa, R. Vale Formoso, 181; Sarabando, L. dos Loios, 36

TODA A NOITE

Batalha, P. d. Batalha, 26; Campo, P. da República, 118; Invicta, R. do Bonfim, 330; Mira Paulo, R. de Castelo de Numão, 37

COIMBRA

Cruz Veigas, R. do Brasil, 154 (T. 22861); Donato, R. Ferreira Borges, 6 (Tel. 22603); Rainha Santa, R. Figueira da Foz, 11 (T. 24737)



cinemas

cinemas

cinemas

CASTIL
T. 530194 15.30 18.30 21.15
Interdito a menores de 18 anos
Multissimo atrevido
3.ª Semana
METE O TEU DIABO NO MEU INFERNO!

IMPÉRIO
T. 555134 15.15 18.30 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Inspirado na obra de Oscar Wilde
A VIDA DE DORIAN GRAY
Com Helmut Berger e Richard Todd
2.ª Semana
Hoje às 18.30 (M. 10 anos)
O MEU TIO

ROYAL
T. 865037 15.15 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
PECADOS EM FAMÍLIA

POLITEAMA
T. 326305 14.15, 16.30, 19.00, 21.30
Interdito a menores de 18 anos
METE O TEU DIABO NO MEU INFERNO
4.ª Semana
O «Sexo» Ande em Escape Livre

VOX
T. 720808 14.15, 16.30, 19.00, 21.30
Não acons. men. 18 anos
A REBELDE APAIXONADA

ROMA
T. 727778 15.30-18.30-21.15
Não acons. a menores de 18 anos
PAULO O QUENTE
Realização de Marco Vicário



1.º Programa
17.00 Conjuntos ligeiros
18.00 Música portuguesa
18.30 Temas sobre a condição de retornado
19.00 Cultura e actualidade, por Luis Pereira de Sousa
O 15.º aniversário da morte de João Villaret
20.00 Jornal da noite
20.30 Melodias
21.00 Pánel da noite
21.00 Consultório educativo-programa do Secretariado para a Reestruturação do Ensino Secundário
00.00 Último jornal
00.30 Retrospectiva
01.00 Saida e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada
Horta — música na noite
02.00 Música na noite

2.º Programa
18.00 Música portuguesa
19.00 Música sinfónica
19.46 Pianistas
20.18 Intercâmbio musical
21.00 Passagem do MF 2 a Estéreo
Programa Estereofónico
21.00 Excertos da ópera «D. João», de Mozart, comentados por Maria Helena de Freitas
22.29 Anúncio de despedida de Lisboa 2 e Norte 2
22.30 Música ligeira variada
00.00 Fecho

BARES • BOITES
RESTAURANTES
TÍPICOS

DANCINGS

NINA Dancing com atracções Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364856/368197. Tina, Strip-teaseuse
CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264586/264621/264946

Em S. PEDRO DE MUEL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ CENTRAL

CALEIDOSCÓPIO
T. 795093 14.00, 16.30, 19.00 21.15
Para todos M/6 anos
Walt Disney productions
UMA ILHA NO TECTO DO MUNDO
A aventura para além da imaginação
13.ª Semana

EDEN
T. 320768 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Int. a men. 18 anos
A ESTALAGEM DO PRAZER
2.ª Semana
Um filme de Alois Brummer

ODEON
T. 326283 15.15, 18.15, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
8.ª Semana de êxito total (colorido)
A comédia de sexo e de pecado à solta
COMO CAÇAR UM MARIDO
Um festival malandricas «secretas»
Contém cenas eventualmente chocantes

APOLO 70
T. 763319 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAVOTA
4.ª Semana
Hoje às 24.00 (G. D - 18 anos)
HITLER — OS ÚLTIMOS 10 DIAS

CASINO ESTORIL
T. 26 4621 17.00, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
«A FÚRIA DO DRAGÃO»

S. JORGE
T. 54153/4 15.15, 18.15 21.15
Interdito a menores de 18 anos
TRAGAM-ME A CABEÇA DE ALFREDO GARCIA
Uma história de amor e vingança!

RESTELO
T. 610375 21.00
Não acons. a men. de 13 anos
SEMENTES DE TAMARINDO

AVIS
T. 47,63 15.30, 18.30, 21.15
Para todos maiores de 6 anos
OS MALUCOS VÃO A GUERRA
9.ª Semana
c/ Les Charlots

ESTÚDIO
T. 555135 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
Sylvia Kristel, Jean Luis Trintgnant
BRINCANDO COM O FOGO
6.ª Semana

ESTÚDIO 444
T. 779095 14.30, 16.45, 19 e 21.15 h
Interdito a menores 18 anos
J RALLYE DAS GOZONAS
Este filme contém cenas event. chocantes
4.ª Semana

CARLOS MANUEL SINTRA
Tel. 2930394 21.00
Não acons. a menores de 13 anos
HÉRCULES CONTRA OS BARBAROS



UNIVERSAL
T. 774402 15.00, 19.00 e 23.00
Não acons. a menores de 13 anos
ERICA MINOR
17 e 21 h.
CAMARADAS
de Marin Karmitz

CONDES
T. 322523 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
OS PRAZERES DO VIGÁRIO
Com Magali Noel, Solveia Anderson — Colorido

BERNA
T. 776098 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
Charles Bronson
O JUSTICEIRO DA NOITE
Um filme de Michael Winner
Em 11.ª Semana

LONDRES
T. 801313 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
BREVE ENCONTRO
Com Sophia Loren, Richard Burton
Colorido
4.ª Semana

ROXY
T. 48560 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
EMILIENNE
Com Betty Mars, Nathalie Gurin
Colorido
AVISO: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

TIVOLI
T. 570595 15.00, 18.00, 21.00
Não acons. men. 18 anos
SONHO DE AMOR
List a sua música e os seus amores
Um filme de Marton Keleti
2.ª Semana

ALVALADE
T. 897480 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
VANG YU O INVENCIVEL
Estmancolor

ALVALADE
T. 897480 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
VANG YU O INVENCIVEL
Estmancolor

PATHE
T. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Int. a men. de 18 anos
A ESTALAGEM DO PRAZER
um filme de Alois Brunner
2.ª Semana

NIMAS
T. 574362 18.15-21.15
Não acons. a menores de 18 anos
PAULO O QUENTE
c/ Giancarlo Giannini e Rossana Podesta Real. Marco Vicário

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

MÁRIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Força, Força Camarada Zé»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Família até certo Ponto!»

MARIA MATOS
21.30 (13 anos)
«Schweyk na II Guerra Mundial»

COMUNA
21.30 (13 anos)
«Fogo»

LISBOA/Cinemas

SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Os Complexos de Portnoy»

CINE-BOLSO
21.30 (18 anos)
«Kermesse Erótica»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«O Vingador do Oeste»

EUROPA
21.30 (18 anos)
«O Trio Infernal»

PARIS
21.15 (18 anos)
«Sou Curiosa»

PROMOTORA
21.15 (10 anos)
«Herbie, um Carocha dos Diabos»

JARDIM
21.00 (10 anos)
«Vamos a Isto Rapazes»

LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Ana Aquele Particular Prazer»

IDEAL
21.15 (18 anos)
«O Ladrão Veio para Jantar»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
21.15 (13 anos)
«Virilidade»

OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (13 anos)
«Alta Tensão em Nova York»

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«A Fúria do Dragão»

CASCAIS
S. José
21.15 (18 anos)
«As Irmãs»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.30 (18 anos)
«As Novícias»

SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (13 anos)
«Hércules Contra os Bárbaros»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Terrível Vingança»

ARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (18 anos)
«O Padrinho Manda Matar»

PORTO/Teatros

ANTÓNIO PEDRO
22.00 (13 anos)
«O Soldado e o General»

SÁ DA BANDEIRA
21.15 (18 anos)
«Lisboa Acordou»

PORTO/Cinemas

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Aaina»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«O Cio»

ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Os Seios de Gelo»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«As Confidências de um Leito Muito Acolhedor»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Angela»

RIVOLI
21.15 18 anos
«Tarzoon a Vergonha da Selva»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Mete o teu diabo no meu inferno»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Viridiana»

COLISEU
21.15 (18 anos)
«A Linguagem do Amor»

AGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«Chamam-lhe Amém»

S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Paul e Michele-Amigos e amantes»

TRINDADE
21.15 (18 anos)
«Yuppi-Du»

JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«Dias de Perigo»

COIMBRA

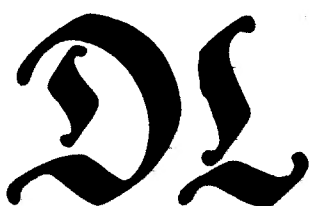
SOUSA BASTOS
21.15 (18 anos)
«A Condessa Drácula»

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Como caçar um Marido»

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«A Hora do Lobo»

S. TEOTONIO
21.15 (18 anos)
«Os Camisardos»

GIL VICENTE
21.15 (16 anos)
«A Mestarda Sobre-Me ao Nariz»



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBDA TELEF. 12363
LISBOA-PORTUGAL

Qual lixo?

Aproveitando uma nota da Secretaria de Estado das Obras Públicas, em que se apela para a adopção de regras cívicas, de disciplina e de profundo respeito pelo uso dos bens que pertencem à comunidade na afixação de cartazes de propaganda política e a pintura de frases e símbolos com idêntico objectivo, «O Dia» clamava no seu número de ontem: «O lixo fora das paredes (já)».

O apelo governamental dizia, entre outras coisas: «A afixação de cartazes de propaganda política e a pintura de frases e símbolos com idêntico objectivo, que desde o 25 de Abril de 1974 se generalizou em todo o País, não só em monumentos nacionais e outros edifícios públicos mas, também, em variadas sinalizações indicadoras de trânsito nas estradas nacionais, é um fenómeno perfeitamente compreensível num povo que acaba de reencontrar a liberdade que o anterior regime inexoravelmente reprimira ao longo de 48 anos de fascismo». Mas «O Dia», aproveitando o compreensível apelo governamental, berra, em título a cinco colunas: «O lixo fora das paredes (já)».

Qual lixo? O «Vote CDS»? O «Vote PPD»? O «Vote PS»? O «Vote PCP»? As frases e cartazes contra o custo de vida?

Qual lixo? «A liberdade é em si mesma a aspiração fundamental e o objectivo prioritário da humanidade», reconhece-se no apelo governamental. O que, traduzido em calão fascizante será «O lixo fora das paredes (já)».

MANUEL DE AZEVEDO

C.E.E. estuda relações com Portugal

BRUXELAS, 21 — (ANOP, EFE, UPI e «DL») — Os ministros dos Negócios Estrangeiros do Mercado Comum Europeu reuniram-se ontem nesta cidade para discutir as relações da Comunidade com terceiros países, incluindo Portugal e Espanha.

Quanto a Portugal, o Conselho deve discutir o mandato da Comissão de Negociações para o incremento e expansão do actual acordo de comércio entre a CEE e Lisboa.

NOVOS MEMBROS

«Se carregarmos excessivamente o barco, podemos naufragar todos», afirmou o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros holandês, a propósito da adesão ao Mercado Comum de novos países, como Portugal, a Espanha, a Grécia e a Turquia.

Numa entrevista concedida no boletim «Europe de Demain», publicado pelos serviços de informação da CEE, Laurens Brinkhorst referiu que a integração de novos países membros na Comunidade deve ser feita de forma a pôr em perigo a coesão interna da organização, embora reconhecesse que esta devia ajudar os países mais atrasados e procurar uma aproximação.

tragar todos», afirmou o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros holandês, a propósito da adesão ao Mercado Comum de novos países, como Portugal, a Espanha, a Grécia e a Turquia.

Kissinger recebe Mário Soares

NEW HAVEN, 21 — (R/DL) — Mário Soares será recebido no próximo sábado por Henry Kissinger e terá discussões com a Comissão de Relações Externas do Senado americano, durante a visita particular que efectua aos Estados Unidos a convite da Universidade de Yale.

Mário Soares, que chegou ontem aos E. U. A. vindo de Copenhague, preferirá uma série de conferências sobre a situação política portuguesa, avistando-se depois com o bispo de Boston.

monsenhor Medeiros, de origem açoriana, e como comunidade portuguesa local. O secretário internacional do P. S., Rui Mateus, que acompanha a visita de Mário Soares, declarou que o «leader» socialista se avistaria com vários senadores democratas, incluindo Hubert Humphrey, Georges McGovern e Edward Kennedy.

Ontem Mário Soares encontrou-se com importantes autoridades do Chase Manhattan Bank, em Nova Iorque, para discutir a situação económica em Portugal

Encontro em Moscovo

Continuação da pág. 1

SALT apesar da questão de Angola.

O secretário de Estado americano partiu a noite passada para Moscovo, para as discussões que deverão prosseguir até sexta-feira de manhã, dando a entender que havia uma boa possibilidade de êxito, embora prejudicada pela crescente ameaça ao desanuviamento devido à crise angolana.

DIVERGÊNCIAS

MOSCOVO, 21 — (F. P.) — Antes mesmo de começarem

os contactos soviético-americanos no Kremlin, Léonid Brejnev e Henry Kissinger manifestaram frente aos jornalistas, esta manhã, as suas divergências acerca de Angola.

«Abordarão o problema de Angola?» — perguntou um jornalista americano a Brejnev: «Não tenho qualquer pergunta a fazer sobre Angola» — respondeu Brejnev. «Angola não é o meu país» — acrescentou firmemente.

«Falar-se-á certamente de Angola» — replicou friamente Kissinger.

AINDA O PACTO M.F.A.-PARTIDOS

Delegação do P.S. avista-se com a Comissão do C.R.

Uma delegação do Partido Socialista desloca-se hoje ao Conselho da Revolução para um encontro que lhe foi marcado pela comissão de membros do CR encarregados de negociar, como representantes deste órgão militar supremo, a revisão do Pacto M.F.A.-Partidos. O encontro a haver entre a delegação do P.S. e os elementos da referida comissão (Ramalho Eanes, Vasco Lourenço, Canto e Castro, Martins Guerreiro e Melo Antunes) inaugura uma série deles com os demais partidos signatários da plataforma vai para um ano e representados da Constituinte. A ordem por que estes encontros terão lugar respeita a hierarquia dos números relativos à representação das diversas organizações na Assembleia

Constituinte. Se o PS é o primeiro, o MDP/CDE será o último. A seguir ao PS, a comissão do CR terá encontros com o PPD, o PCP e o CDS. Depois de encontros em particular com as cinco organizações interessadas, o processo de revisão do pacto entra na sua fase final.

Os responsáveis dos diversos partidos têm dedicado os últimos dias ao exame da contraproposta que na passada semana lhes foi apresentada por parte dos militares (leia-se, do CR) em resposta às propostas recebidas no passado dia 30 de Dezembro. Desconhecem-se os pontos de vista dos partidos acerca dos termos da contraproposta. Tudo leva a

crer, no entanto, que CDS, PPD e PS levantarão objecções de monta, pelo que os resultados finais deverão ser intensamente negociados.

Lembra-se, a propósito do encontro que vai realizar-se esta tarde, uma afirmação de Mário Soares em Copenhaga ao enviado da Anop ainda anteontem, e segundo as quais o PS não está de acordo com o projecto apresentado pelos militares. A discordância do PS não será tão larga como as do PPD e do CDS. De qualquer modo, deverá prevalecer esta discordância, tanto no que respeita a generalidades como em aspectos pontuais, pelo que a posição dos militares deverá conhecer alterações e sobretudo um recuo bastante sensíveis.

Conversações com a Guiné-Bissau

Fracassaram, no seu aspecto mais importante — o domínio económico-financeiro — as conversações entre Portugal e a Guiné-Bissau, que desde o passado dia 14 vinham decorrendo em Lisboa, na sequência de outras anteriormente realizadas nas duas capitais.

Um informador do gabinete coordenador para a Cooperação, contactado esta manhã, recusou colocar o impasse em termos absolutos, referindo apenas que as conversações, no domínio em causa, «não avançaram». Por sua vez, da parte da delegação da Guiné-Bissau, também contactada esta manhã, não foi confirmada nem desmentida a notícia, limitando-se Vasco Cabral, comissário de Estado do Desenvolvimento Económico e da Planificação, a adiantar que fará uma

comunicação a todos os órgãos de Informação no momento da sua partida.

Embora o mesmo informador do gabinete coordenador para a Cooperação revelasse que as conversações conduziram a «certos resultados positivos» no domínio exclusivo da Cooperação, nomeadamente no campo dos Correios e Telecomunicações, é de frisar que o ponto mais importante desta quarta fase de contactos entre os dois Governos incidia nos assuntos económicos e financeiros, abrangendo questões como as da situação dos bancos Nacional Ultramarino e do Fomento Nacional, questões financeiras decorrentes da administração colonial e questões empresariais, entre as quais inclui a posição de nove empresas portuguesas estabe-

lecidas na Guiné-Bissau, tais como a Sacor/Cidra, Companhia de Seguros e TAP.

Da parte de Portugal, confia-se que as conversações — numa quinta fase, portanto — poderão, apesar de tudo, prosseguir em qualquer altura e eventualmente até vencer o impasse actual. Desconhecem-se a posição da Guiné-Bissau, aventando-se a hipótese de ser mais rígida.

Embora da parte portuguesa nada tenha sido mencionado sobre o assunto e o silêncio da parte guineense também não obrigue a tal conclusão, não será de excluir o facto da deterioração progressiva a que o problema de Angola vem votando as relações de Portugal com as suas ex-colónias ter pesado consideravelmente no decurso das conversações.

Vasco Lourenço no R.I.S.

“Quem dividiu os militares de Abril?”

SETÚBAL, 21 — O brigadeiro Vasco Lourenço visitou esta manhã o Regimento de Infantaria local, tendo sido recebido pelos soldados em parada. Foi a primeira vez, após o 25 de Abril, que um comandante da Região Militar de Lisboa visitou aquele Regimento — o comandante da unidade, tenente-coronel Velasco.

Vasco Lourenço, dirigindo-se aos oficiais, sargentos e praças, aludiu ao relatório preliminar do 25 de Novembro, afirmando a dado ponto:

«Pela minha parte, foi com enorme mágoa que vi implicados nesses acontecimentos os nossos camaradas mais responsáveis pelo 25 de Abril.

Ramalho Eanes no Norte

Parte amanhã de manhã de avião para o Porto o general Ramalho Eanes, chefe do Estado Maior do Exército. O objectivo desta viagem é uma visita a algumas das unidades militares da Região Militar do Norte.

Ramalho Eanes deve chegar ao Porto ao meio da manhã, visitando, em primeiro lugar o RHP, e, logo a seguir, o RASP. Ainda amanhã, o chefe do EME deslocar-se-á a Lamego

Continuo a ver cair nas prisões camaradas de armas que nos são queridos. A eles nos ligam laços de amizade, de camaradagem, e de luta em comum, que não são fáceis de destruir ou esquecer.

E, mais adiante, perguntou: «Quem nos divide? Quem se aproveita da relativa inexperiência, e da generosidade de jovens militares, entusiastas e patriotas? Quem, com demagogias e por detrás de certas teo-

rias, tenta confundir-nos e intoxicar-nos? Porém, em Custóias e em Caxias, quase só se vêem militares. Serão eles os verdadeiros responsáveis?

O comandante da R. M. L. apelou à confiança total entre oficiais, sargentos e praças, «para se obter um rigoroso respeito pela disciplina a fim de que as Forças Armadas cumpram, tal como lhes compete, as missões de que o povo português as incumbiu».

Detidos em Custóias dependem de Lisboa

PORTO, 21 — A responsabilidade e a competência para decidir da situação dos detidos em Custóias e dos seus contactos com os advogados pertence à Polícia Judiciária Militar, em Lisboa, segundo se infere de uma comunicação emanada do comando da Casa de Reclusão da R.M.N.

Esta informação foi dirigida ao advogado signatário de um requerimento relativo aos antifascistas presos em Custóias. Entretanto, deslocou-se aquele presidido um funcionário notarial que, ali, lavrou um certificado da impossibilidade absoluta de passagem de procu-

ração e de conferência dos advogados com os presos, nomeadamente para o fim específico de estes processarem o governador civil, dr. Cal Brandão, pela sua nota sobre os acontecimentos do dia 1.

Segundo os advogados da CAARP que conseguiram ouvir sobre o assunto, o facto é contraditório com diversas ordens e citações anteriores. Disse-ram-nos, nomeadamente ser incompreensível que, estando os presos em Custóias, não existam no Porto entidades com competência para resolver um problema tão pequeno e que requer decisão imediata.

3
tome
a

APROPRIADA ESCOLHA

Respondendo a diversos leitores que nos interrogaram sobre o mesmo ponto: Sardoeira Pinto, participante no último «Teleforum» (assunto: droga) como representante português de pais e educadores é, na verdade, o mesmo dr. Sardoeira Pinto, ex-redactor do «Diário do Norte» e, também, dirigente desportivo irradiado por, num Congresso de Associação de Futebol, ter declarado que estava «ao lado de quem agredia os árbitros, pois achava legítimo que eles, quando errassem em julgamentos, fossem abatidos a tiro, na estrada, como salteadores de carteiras». Há poucos meses foi levantada a irradiação ao dr. Sardoeira Pinto: e o seu nome prontamente eleito para o elenco directivo da Federação... de Pugilismo.

A JANELA

No noticiário das 8 horas de terça-feira, o locutor da Radiodifusão deu a informação sobre o tempo. Disse ele que às seis da manhã, quando entrou de serviço, havia nevoeiro. E acrescentou: «Agora, não sei».

Será que lhe fecharam a janela?

Rosa Coutinho não pensa sair de Portugal

O almirante Rosa Coutinho não fez quaisquer diligências para abandonar o País.

Trata-se de uma informação confiada esta manhã ao «DL» pelo próprio almirante, contactado pela Redacção do nosso jornal.

Rosa Coutinho viria a acrescentar que não se sentia obrigado a revelar os seus planos pessoais, sublinhando, contudo, não terem o menor fundamento notícias postas a circular, segundo as quais ele teria pedido autorização para sair de Portugal.

Preço da água

Continuação da pág. 1

A medida visa, em especial, sobrecarregar os grandes consumidores, designadamente os estabelecimentos hoteleiros e proprietários de vivendas com piscinas e grandes jardins.

A hipótese de aumento do custo no metro cúbico da água foi aventada pelo nosso jornal no penúltimo dia de Dezembro. Dias depois, já devidamente documentados, confirmámos aquela notícia, adiantando, até as modalidades e condições em que se verificaria a partir de Fevereiro o seu agravamento de preço, que os responsáveis da E. P. A. L. (Empresa Pública das Águas de Lisboa) nos expuseram como recurso para evitar até 1978, um défice de dezenas de milhares de contos.

Entretanto foram introduzidas algumas modificações ao que inicialmente, estava proposto, alterando os privilégios que auferiam departamentos militares e de assistência, casas hospitalares e associações humanitárias.